



PROFHISTÓRIA

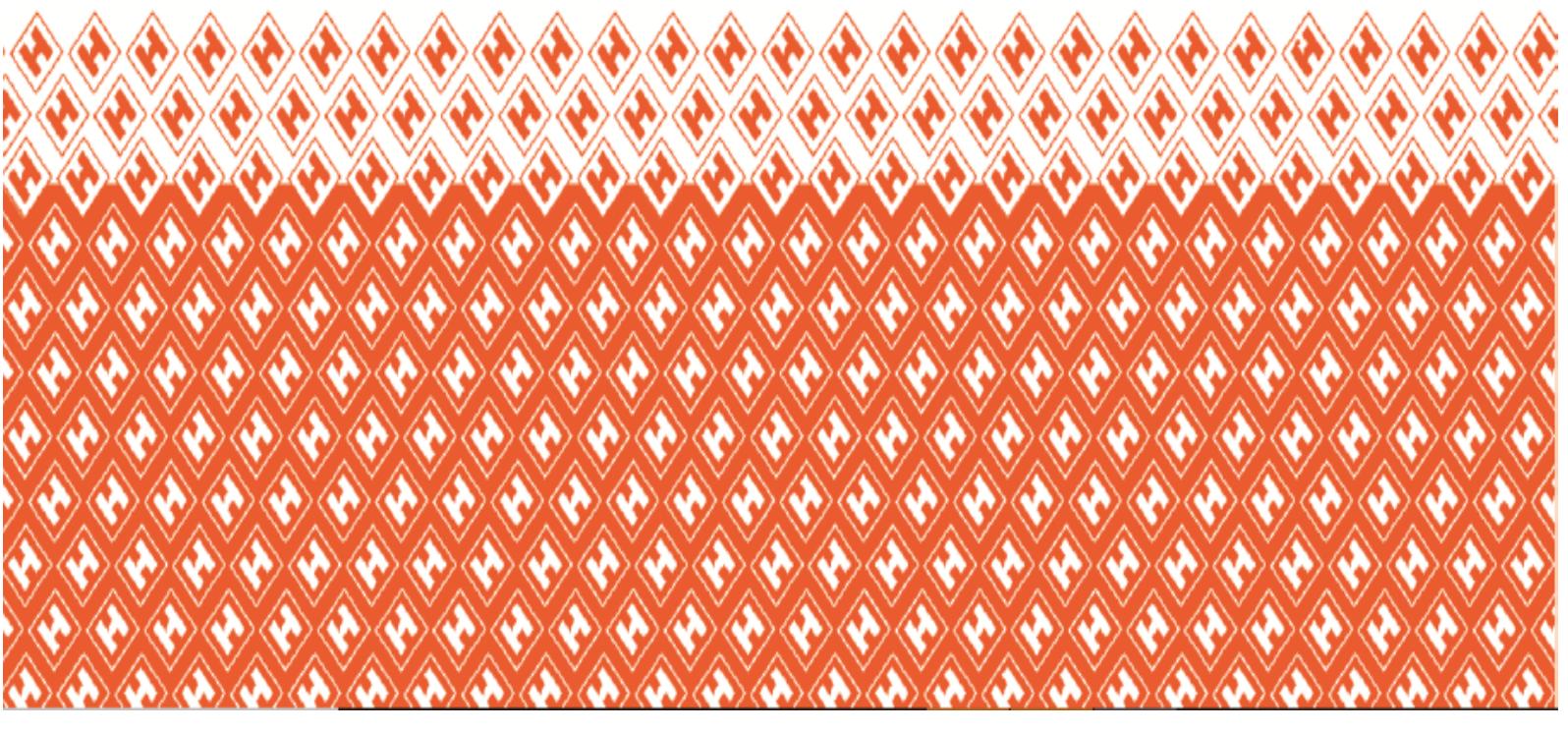
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Léo Barbosa Ribeiro

**Futebol e Ditadura: o futebol como recurso pedagógico no estudo da
ditadura civil-militar em sala de aula.**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Janeiro/2021



LÉO BARBOSA RIBEIRO

**FUTEBOL E DITADURA: O FUTEBOL COMO RECURSO
PEDAGÓGICO NO ESTUDO DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM
SALA DE AULA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dra. Alessandra Carvalho.

RIO DE JANEIRO

2021

BR484f Barbosa Ribeiro, Léo
Futebol e Ditadura: o futebol como recurso pedagógico no estudo da ditadura civil-militar em sala de aula / Léo Barbosa Ribeiro. -- Rio de Janeiro, 2021.
109 f.

Orientador: Alessandra Carvalho.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História em Rede Nacional, 2021.

1. Ensino de História. 2. Ditadura civil-militar.
3. Futebol. I. Carvalho, Alessandra, orient. II.
Titulo.

Folha de aprovação

Léo Barbosa Ribeiro

Futebol e Ditadura: o futebol como recurso pedagógico no estudo da ditadura civil-militar em sala de aula

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito à obtenção do título de Mestre.

Banca examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alessandra Carvalho (UFRJ)

Prof. Dr. Fernando Luiz Vale Castro (UFRJ)

Prof.^a Dr.^a Lívia Magalhães Gonçalves (UFF)

Aprovada em 11 de fevereiro de 2021.

RIBEIRO, Léo Barbosa. **Futebol e Ditadura: o futebol como recurso pedagógico no estudo da ditadura civil-militar em sala de aula**. 2018. 101f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Resumo

Esta dissertação tem o objetivo de analisar a utilização do futebol como recurso pedagógico nas aulas de História sobre a ditadura civil-militar (1964-1985) no Brasil. A proposta aqui apresentada parte do pressuposto de que o estudo desse tema na Educação Básica é restrito a questões políticas, não permitindo que os alunos tenham uma noção mais ampla de como outros setores da sociedade foram atingidos pelo autoritarismo estatal, mesmo não fazendo parte do universo político. Por meio do estudo da relação entre o futebol e os interesses políticos do regime militar, se busca entender como o esporte mais popular do planeta serviu como instrumento de propaganda para o governo brasileiro e, também, como de resistência à ditadura. Para demonstrar a aplicabilidade desta pesquisa em sala de aula, foi elaborado um caderno de atividades, que os professores podem reproduzir em sala de aula, de acordo com os seus interesses.

Palavras-chave: Ensino de História; ditadura civil-militar; futebol.

RIBEIRO, Léo Barbosa. **Futebol e Ditadura: o futebol como recurso pedagógico no estudo da ditadura civil-militar em sala de aula.** 2018. 101f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Abstract

This dissertation aims to analyze the use of football as a pedagogical resource in History classes about the civil-military dictatorship (1964-1985) in Brazil. The proposal presented here assumes that the study of this theme in Basic Education is restricted to political issues, not allowing students to have a broader sense of how other sectors of society were affected by state authoritarianism, even though they are not part of the universe. political. Through the study of the relationship between football and the political interests of the military regime, we can understand how the most popular sport on the planet served as a propaganda tool for the Brazilian government as well as a way of resistance. To demonstrate the applicability of this research in the classroom, an activity notebook was prepared, which teachers can reproduce in the classroom, according to their interests.

Key-words: History teaching; civil-military dictatorship; soccer.

Agradecimentos

Eu gostaria de começar agradecendo aos meus pais, que sempre motivaram os filhos a estudar e a valorizar a Educação como a única forma de alcançar uma vida melhor.

Tenho que agradecer também à minha esposa, Elizângela. Ao longo de toda esta caminhada juntos, ela sempre me apoiou, sendo companheira e motivadora do meu retorno à vida acadêmica.

Os meus filhos também são essenciais. João Pedro, Laura e Rodrigo são a mola propulsora da minha vida, me motivando a evoluir como pai e professor. E nesta caminhada, aprendo todos os dias.

Não posso deixar de citar aqui a minha orientadora, Alessandra Carvalho. Neste período tão nebuloso que atravessamos, eu não poderia ter tido uma pessoa mais paciente e compreensiva como a minha guia em todo este processo. Não tenho como agradecer aqui à sua colaboração ao longo de todo este tempo. Além de gostar de futebol, é flamenguista também. Eu não poderia ter escolhido uma orientadora melhor. Valeu, Alessandra!

Tenho que agradecer também aos meus colegas de profissão. Muitos deles, são grandes profissionais, realizando um trabalho incansável na valorização da Educação Pública. Sem a convivência diária com eles, eu não aprenderia tanto, todos os dias.

Aos meus colegas e professores do Profhistória, também devo muitos agradecimentos. Voltar a compartilhar o espaço da universidade com pessoas que valorizam a Educação como um instrumento de transformação dos seres humanos, foi uma honra.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro também só tenho a agradecer. Lá, me graduei e quase vinte anos depois retorno para cursar o mestrado. Esta universidade, além de um centro de referência na produção científica, é um símbolo de como o ensino público deve ser priorizado pelos nossos governantes, pois ele não só forma grandes profissionais, como salva vidas também.

Por último, tenho que agradecer ao futebol e ao Flamengo. Fui apresentado aos dois, ainda criança, pelo meu saudoso pai. O futebol já me deu várias lições: de convivência com o diferente, de como aprender com as derrotas e a valorizar as pequenas coisas em nossas vidas. Quanto ao Flamengo, agradeço pelas muitas alegrias e até pelas decepções. Mesmo sendo um adulto e pai, ainda choro por este time, como naquela tarde de 23 de novembro de 2019. À estas duas paixões, devo esta dissertação.

Sumário

Introdução.....	p.9
Capítulo 1: O ensino da ditadura civil-militar	
1.1: A Anistia e o apoio civil a ditadura.....	p.15
1.2: Discutindo a ditadura em sala de aula e fora dela.....	p.22
1.3: O futebol como recurso pedagógico.....	p.29
Capítulo 2: Futebol e ditadura	
2.1: Futebol e História.....	p.33
2.2: A seleção brasileira e o regime militar.....	p.40
2.3: A criação do Campeonato Brasileiro.....	p.52
2.4: Futebol: espaço de resistência.....	p.58
Capítulo 3:	
Caderno de atividades: Futebol e Ditadura.....	p.66
Conclusão.....	p.103
Referências bibliográficas.....	p.106

Introdução:

O objetivo desta dissertação é investigar a possibilidade da utilização do futebol como recurso pedagógico no ensino da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), nas aulas de História da Educação Básica. Essa ideia surgiu a partir da minha percepção de que ao privilegiarmos a análise do tema por meio de suas imbricações políticas e econômicas, destacando a face violenta do regime militar contra figuras publicamente conhecidas, deixamos de lado os efeitos que um governo autoritário pode provocar em nosso cotidiano. Assim, vejo no futebol a oportunidade de abrir um novo ponto de estudo do tema, pois além de ser uma atividade esportiva de grande popularidade, nos permite observar como os militares e seus aliados políticos fizeram deste esporte um importante instrumento de propaganda. Não deixando de lado que o futebol foi também um espaço de resistência à ditadura civil-militar.

O ensino da ditadura civil-militar passou por várias mudanças desde o fim do regime militar, no ano de 1985. Se na década de 1980, ainda podíamos encontrar livros didáticos que tratavam o golpe de 1964 como uma revolução, por outro lado, nesta mesma época, já assistimos ao surgimento de uma visão mais crítica do período militar, considerando-o uma ditadura. Ao longo dos anos seguintes, várias obras acadêmicas trataram do tema. Na literatura, obras escritas por pessoas que sofreram com os abusos cometidos pelo Estado brasileiro, passaram a balizar a visão dos livros didáticos sobre o assunto (ROCHA, 2015, pp. 103-4). Contudo, é interessante destacar que não somente aqueles que se defrontaram publicamente contra o regime militar foram punidos, mas que mesmo aqueles que não o fizeram, sofreram com a sua interferência. Daí, a minha opção pelo futebol como objeto de pesquisa.

O futebol brasileiro, ao longo do regime autoritário, contou com intensa participação dos militares e de políticos da situação e da oposição, na sua organização. Podemos destacar, por exemplo: a criação do Campeonato Brasileiro, em 1971, a construção de estádios em vários pontos do país e a interferência dos militares na Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Estes exemplos servem para demonstrar que o futebol era para o governo da época um instrumento primordial para propagandear as suas benfeitorias. E, por outro lado, exemplos como o a Democracia Corintiana, no início da década de 1980, indicam a possibilidade de o futebol ter servido como meio de resistência e de luta contra a ditadura civil-militar.

O futebol, no Brasil, possui um percurso ligado a vários períodos da história do país. Da sua chegada no país, na passagem do século XIX para o XX, da sua popularização nas primeiras décadas do século passado, do processo de profissionalização dos atletas nas décadas de 1920 e 1930, da consolidação do esporte como parte da cultura brasileira, até as vitórias da seleção brasileira nas Copas do Mundo, podemos observar as imbricações deste esporte com a história

política brasileira. O futebol possui uma relação umbilical com a formação social de nosso país. É o esporte mais popular do planeta, praticado por milhares de pessoas ao redor do mundo, gerador de paixões e de esperança de uma vida melhor para muitos jovens.

A utilização do futebol como instrumento político, ocorreu desde a sua popularização nas primeiras décadas do século XX. Surgiu como um divertimento das elites, praticado nos clubes sociais, frequentados por pessoas que faziam parte de famílias ricas e tradicionais. Depois, com a sua popularização entre as classes pobres e, sobretudo, com o processo de profissionalização, a partir da década de 1920, o futebol deixou de ser praticado apenas nos clubes da elite. Surgiram os clubes de futebol, atraindo inúmeros torcedores, contando com atletas que passaram a receber salários. Além disto, o governo brasileiro passou a exercer um maior controle sobre esse esporte, observando a sua capacidade de mobilizar grandes públicos. Assim, durante a Era Vargas, o Estado brasileiro, além de interferir na questão da profissionalização dos jogadores, viu no futebol a possibilidade de construir um novo símbolo nacional, que gerasse sentimentos patrióticos no povo brasileiro.

As conquistas da seleção brasileira de futebol pelo planeta, iniciadas na Copa do Mundo de 1958, fizeram dela alvo de propaganda para vários governos. Os campeões de 1958 foram recebidos pelo presidente Juscelino Kubitschek, os de 1962, recebidos pelo presidente João Goulart, e os campeões de 1970, recebidos pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. Em cada uma destas recepções, podemos perceber o interesse dos governantes em utilizar a popularidade dos jogadores vitoriosos a seu favor. As vitórias da seleção brasileira representavam um Brasil que desejava ser grande também em outras áreas. Como dizia o dramaturgo e jornalista Néelson Rodrigues, o Brasil deixava de ser um “vira-lata” entre as nações¹.

Durante o século XX, seja nos governos fascista e nazista, seja durante a Guerra Fria, o esporte tornou-se um campo de disputas entre as nações, simbolizando o ideal de cidadão de uma nação. A vitória dos atletas de um país sobre os atletas de outro, significava uma vitória, não somente esportiva, mas política. Era a vitória de um ideal de civilização sobre o outro (MAGALHÃES, 2014, pp. 23-24). O esporte tornou-se um importante elemento político e, na segunda metade do século XX, um grande entretenimento, movimentando grandes somas de dinheiro.

Como já foi dito acima, o futebol não escapou de ser utilizado como meio de propaganda política por vários governantes. No Brasil, sobretudo durante as épocas de regimes autoritários,

¹ Ver Rodrigues, Néelson. A pátria em chuteiras: novas crônicas de futebol. Org: Ruy Castro, São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 54.

isso aconteceu. Na Era Vargas, mais exatamente durante o Estado Novo (1937-1945), o futebol seria visto como um elemento cultural identificador do povo brasileiro. Já, mais tarde, durante a ditadura civil-militar (1964-1985), o futebol serviu como instrumento de propaganda para o governo e sofreu com interferências sobre a sua organização esportiva e administrativa.

O futebol brasileiro sempre possuiu uma estrutura organizativa, que permite um controle de cima para baixo. Os jogadores e demais funcionários, geralmente, não possuem espaço para reivindicações dentro dos clubes, tendo uma postura de resignação quanto às condições de trabalho. Os dirigentes (presidentes de clubes e federações) sempre foram representantes da elite branca do Brasil. Boa parte dos clubes de futebol brasileiro têm as suas origens ligadas aos clubes sociais, frequentados pela elite. E mesmo após a profissionalização, combatida por parte desta elite (MAGALHÃES, 2010, p. 16), o controle administrativo do futebol, continuou em suas mãos.

Por outro lado, o futebol também representou um espaço de resistência, seja na introdução de jogadores negros contra a vontade de boa parte dos dirigentes da época, ainda na década de 1920, seja na atuação de jogadores de futebol e clubes, que expressaram a sua insatisfação com a ditadura civil-militar. Hoje, ainda, podemos ver no futebol este espaço de resistência, como, por exemplo, na luta das mulheres em todo o mundo para que tenham o mesmo espaço que os homens, na cobertura da mídia e das premiações dos seus torneios².

Em 2019, após a posse do presidente Jair Bolsonaro, um declarado defensor da ditadura civil-militar, houve a polêmica de como seria tratado o dia 31 de março, data em que ocorreu o golpe de Estado de 1964. O presidente buscou motivar celebrações favoráveis aos militares³. Muitos de seus seguidores nas redes sociais fizeram o mesmo. Por outro lado, grande parte da sociedade condenou a comemoração de uma data que deu início a um período tão obscuro da História do Brasil⁴.

E o futebol? Como os grandes clubes do futebol brasileiro iriam ou não se manifestar quanto ao aniversário de um episódio tão marcante na história do país? A atitude da maioria foi de omissão e silêncio. Foram poucos aqueles que se manifestaram contra a ditadura e a favor da democracia. Dos grandes clubes brasileiros, apenas Corinthians, Bahia e Vasco da Gama publicaram no Twitter repúdios à ditadura e valorizando a democracia. Em sua conta, o

² Ver <https://www.cartacapital.com.br/blogs/futebol-por-elas/nao-e- apenas-futebol-o-legado-politico-da-copa-do-mundo-feminina/>. Acessado em 20/09/2020.

³ Ver <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-determina-comemoracao-do-golpe-de-1964/> e <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-determinou-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-1964-diz-porta-voz.shtml>, acessados em 26/04/2020.

⁴ Ver <https://veja.abril.com.br/politica/juiza-proibe-governo-de-comemorar-golpe-militar-de-1964/>, acessado em 26/04/2020.

Corinthians deixou a seguinte mensagem: “Ganhar ou perder, mas sempre com democracia”. Já o Bahia, na mesma rede social, afirmou: “Na alegria ou na tristeza, na saúde ou na doença, de Democracia a gente entende”. Por sua vez, o Vasco da Gama compartilhou a letra da música “O Bêbado e o Equilibrista”, composta por Aldir Blanc e João Bosco, e logo depois postou: “só lembranças que nos recordem que a democracia deve ser sempre a nossa verdade e nunca mais uma esperança equilibrista”.

Em outro episódio, o Clube de Regatas do Flamengo demonstrou o comportamento de grande parte dos clubes brasileiros em relação à data do 31 de março. Sócios do clube, torcedores e familiares do ex-remador do clube, Stuart Edgar Angel Jones, morto e desaparecido pelos agentes Centro de Informações da Marinha (Cenimar) em 1971 (Brasil, 2014, p. 598-607), prestaram uma homenagem ao atleta em frente à sede do clube, no bairro da Lagoa, na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, pouco depois, o clube, de forma oficial em suas redes sociais, publicou uma nota retirando do ato qualquer responsabilidade sua. Afirmou que a homenagem foi uma iniciativa de familiares e de alguns sócios, mas que ela não representaria o posicionamento oficial da diretoria. Segue abaixo, a nota publicada pela diretoria:

"Em relação à nota publicada nesta segunda-feira na coluna Ancelmo Gois - do jornal O Globo - o Clube de Regatas do Flamengo esclarece que, por ser uma verdadeira Nação, formada por mais de 42 milhões de torcedores das mais diversas crenças e opiniões, não se posiciona sobre assuntos políticos.

A homenagem citada na nota foi realizada diretamente por um grupo de sócios e torcedores do Clube, sem nenhuma participação da instituição - algo que, inclusive, é estatutariamente vedado”

Interessante, entretanto, é ressaltar que o próprio clube, no ano de 2010, homenageou oficialmente Stuart Angel, em um ato organizado em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República no âmbito do projeto Direito à Memória e à Verdade.⁵

O posicionamento contrário à homenagem da diretoria do Flamengo, em 2019, demonstra, assim, um novo contexto de relação com o passado e os interesses políticos envolvidos no episódio. Poucos dias antes do ato em memória de Stuart Angel, o deputado estadual Rodrigo Amorim, do Partido Social Liberal (PSL), que ganhou grande visibilidade ao

⁵ <https://www.flamengo.com.br/noticias/flamengo/fla-homenageara-stuart-angel-com-estatu>. Acesso em 11 de junho de 2019.

ter quebrado uma placa que homenageava a vereadora Marielle Franco, assassinada em 2018, em um atentado até hoje não esclarecido, teria recebido uma camisa do clube, com o seu nome impresso (ato também negado pela diretoria do clube). Além disto, o mesmo deputado teria sido convidado pelo clube para comemorar a conquista da Taça Rio, no gramado, junto aos jogadores, no dia 31 de março de 2019. Existia a possibilidade de o clube desejar uma aproximação com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, já que o político acima mencionado era aliado do então governador, Wilson Witzel, também presente no ato de destruição da placa da vereadora assassinada, em meio às negociações para a concessão para a utilização do estádio do Maracanã. No mês de novembro, o mesmo governador foi acompanhar a final da Taça Libertadores da América, na cidade de Lima, no Peru. Entrou em campo⁶, após a conquista do torneio pelo clube carioca, e participou do desfile do elenco pelas ruas do Centro do Rio de Janeiro⁷, tentando obter ganho político com a situação.

Ao longo deste trabalho de pesquisa, procuro destacar essa íntima relação entre o futebol e a política, durante a vigência da ditadura civil-militar. E, desta forma, viabilizar o uso do futebol como instrumento do entendimento deste período em sala de aula. Por isto, procurei estruturar esta dissertação de forma a facilitar o entendimento deste processo.

No primeiro capítulo, tenho como objetivo discutir o ensino da ditadura civil-militar. Faço uma análise de como o estudo deste tema sofreu transformações ao longo das últimas décadas, e de como questões do presente interferem nas memórias sobre este período. Procuro também destacar as dificuldades impostas ao tratar deste tema nos dias de hoje frente ao avanço de discussões nas redes sociais, da internet, nem sempre embasadas por critérios científicos e por uma juventude distante temporalmente de um período tão trágico de nossa História.

No segundo capítulo, procuro dar um enfoque maior na relação entre futebol e ditadura. O capítulo se organiza de forma a seguir uma cronologia dos fatos entre 1964 e 1985. Dividi o capítulo em duas partes. Na primeira, que abarca o período entre 1964 e 1974, procuro relacionar o período mais “duro” do regime militar com uma maior interferência dos militares na organização do futebol brasileiro (criação do Campeonato Brasileiro, da Loteria Esportiva, construção de novos estádios etc.). Na segunda parte, entre 1974 e 1985, procuro demonstrar a relação entre os interesses políticos do processo de abertura, iniciado no governo Geisel (1974-

⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/11/witzel-se-ajoelha-diante-de-gabigol-que-nao-corresponde.shtml>.

⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/11/de-aviao-e-no-trio-eletrico-witzel-pega-carona-em-festa-do-fla.shtml>.

1979) e o surgimento de movimentos de ruptura com o regime, sendo o mais destacado a Democracia Corinthiana.

O último capítulo é a apresentação do produto que planejei para esta pesquisa. A criação de um caderno de atividades que permita aos professores e alunos trabalharem com a temática da relação entre futebol e ditadura civil-militar. Por meio de imagens, vídeos e outras fontes históricas pretendo propor atividades a serem realizadas em sala de aula.

Assim, podemos chegar à conclusão de que o futebol não está isento de influências políticas, como a nota oficial do Flamengo pretende nos demonstrar. Desde o seu advento no Brasil, o esporte foi constantemente instrumentalizado por vários governos. Por ser um grande mobilizador de multidões, o futebol foi alvo do Estado e das autoridades brasileiras, seja para dar publicidade às suas iniciativas, seja para tentar exercer o controle sobre a população. Contudo, ao longo de sua trajetória, o futebol também foi espaço de resistência política e de defesa da democracia.

Capítulo 1: O ensino da ditadura civil-militar

1.1: A Anistia e o apoio civil à ditadura militar

Falar sobre o período da ditadura civil-militar (1964-1985), nos dias de hoje, pode ser o estopim de conflitos, seja em conversas entre amigos e parentes, seja nas redes sociais da internet. O tema sempre foi alvo de discussões sobre as heranças deixadas pelo regime, liderado pelos militares. Para alguns, a ditadura civil-militar não somente foi um período de violências praticadas pelo Estado (censura, prisões arbitrárias, torturas, sequestros, AI-5), como também de muita corrupção, não divulgada em razão da censura imposta à imprensa. Para outros, incluindo aí os militares e seus apoiadores, o Golpe de 1964 significou a defesa da democracia brasileira diante da possibilidade de grupos de orientação comunista, aliados ao presidente João Goulart, tomarem o poder, implantando uma ditadura. Além disto, a violência sistemática do Estado brasileiro, durante o período, seria uma reação à ação armada de grupos de oposição⁸.

A ideia de que o golpe de 1964 foi uma ação preventiva à ação de grupos ligados ao socialismo internacional é uma tentativa de legitimar as violências cometidas pelo Estado brasileiro. A defesa de um “golpe preventivo” passa pelo fato de que boa parte da elite política e econômica brasileira sempre esteve atrelada a um ideário liberal, teoricamente defensor das liberdades individuais, visto como o extremo oposto da “ditadura do proletariado”, defendida pelos socialistas. Contudo, a defesa deste liberalismo político seria uma contradição diante de um Estado opressor, como foi o Estado brasileiro, entre 1964 e 1985. Pois seria um direito do indivíduo lutar contra a opressão, o que dá razão aos grupos de oposição ao regime militar. sobretudo aqueles que partiram para a luta armada (PEREIRA, 2015, p.873).

Mas, como justificar as atrocidades cometidas por agentes do Estado contra cidadãos e cidadãs brasileiros, tendo como base, possíveis benefícios do governo liderado pelos militares? O período após o fim da ditadura civil-militar, a partir de 1985, foi muito influenciado pelo processo de anistia, sob controle dos militares, realizado em 1979, ainda durante o governo dos generais-presidentes. Se por um lado, a anistia permitiu o retorno de pessoas exiladas por lutarem contra a ditadura, por outro, permitiu a pessoas que participaram ativamente de atos de sequestro, tortura e assassinatos de opositores do regime militar, não correrem o risco de serem julgadas pelos seus crimes. Isto, somado ao fato de que mesmo após o fim da ditadura civil-militar, não houve de imediato uma tentativa do Estado brasileiro de fazer justiça a inúmeros casos de tortura e desaparecimentos, determinou que o período da ditadura civil-militar deveria

⁸ Assistir entrevista no link <https://www.youtube.com/watch?v=qIDyw9QKlvw> . Acessado em 12/12/2020.

ser deixado para trás, sem o necessário julgamento das responsabilidades do Estado brasileiro (REIS, 2010, p. 176).

Para Daniel Aarão Reis (2010, p. 173), esse processo de anistia contou com três silêncios importantes: sobre a tortura e os torturadores, sobre o apoio da sociedade civil ao regime militar e sobre os projetos revolucionários de esquerda, entre 1966 e 1973. A anistia fez com que a maioria das pessoas optassem por não falar sobre o tema da tortura. Ele cita a obra literária de sucesso, publicada por Fernando Gabeira, em 1979, intitulada “O que é isso companheiro?”, como um exemplo de tentativa de se desvencilhar de um passado, que se queria deixar para trás. O livro tratou questões fortes com humor e ironia, suavizando a ditadura e as lutas contra ela.

Nos livros didáticos de História, podemos perceber o quanto o ensino da ditadura civil-militar foi influenciado pelas questões políticas. Helenice Rocha (2015), em sua pesquisa sobre livros didáticos, demonstra que a conceituação do período entre 1964 e 1985 como uma ditadura, atendeu à evolução da política brasileira. A utilização do termo ditadura só ocorreu a partir do momento em que o período foi reconhecido como tal. As narrativas dos livros didáticos só começaram a se modificar a partir dos anos 1980, mais exatamente a partir de 1985, com o fim oficial do regime militar (ROCHA, 2015, p. 103).

Na educação básica, a ditadura civil-militar é estudada no 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio, conforme podemos analisar na maior parte das orientações curriculares de Estados e Municípios. E muitas vezes, o tema é tratado em paralelo a assuntos ligados à História Geral. Desta forma, o objetivo é demonstrar as ligações entre o golpe de 1964 e a Guerra Fria, período em que EUA e URSS disputavam áreas de hegemonia política e militar em todo o planeta. Porém, na grande maioria dos livros didáticos, a precária identificação dos grupos políticos de esquerda e de direita, e de outros setores da sociedade não permitem analisar detalhadamente como o conjunto geral da sociedade brasileira via a ditadura (ROCHA, 2015, p 109).

Outro aspecto, relacionado ao ensino da ditadura civil-militar, presente nos livros didáticos, é o grande destaque a figuras individuais que participaram deste período da História do Brasil. Tanto no que diz respeito aos grupos que fizeram oposição ao regime militar, quanto àqueles que ajudaram na sua implantação, é dado grande destaque à participação de artistas, intelectuais, participantes da luta armada, pelo lado dos opositores, e do protagonismo dos militares na condução e manutenção da ditadura. E o restante da sociedade? Qual foi a sua participação na oposição e no apoio ao regime militar? A impressão é de que a sociedade civil se manifestou somente no momento do Golpe e nas manifestações favoráveis ao fim da

ditadura, já nos anos 1980 (ROCHA, 2015, p. 111). Nos dá a impressão de que a sociedade brasileira se manifestou apenas quando foi convocada, como se o povo brasileiro (este conceito tão amplo) necessitasse de algo ou alguém para levá-lo às ruas e se fazer ouvir.

O processo de redemocratização, após o ano de 1985, também não foi muito favorável à construção de um ambiente democrático, que discutisse o passado brasileiro, impedindo o reaparecimento de ideias favoráveis ao regime militar. O processo de redemocratização se caracterizou por uma ausência de ruptura com o passado ditatorial. Nasceu uma “Nova República”, isenta de qualquer ligação com o passado, e onde não foram encaminhadas muitas das discussões deixadas em aberto, como a punição dos atos violentos praticados pelos agentes do Estado (FICO, 2013, p. 251). A interpretação da Lei de Anistia, de 1979, ao perdoar os crimes e abusos cometidos pelos agentes estatais durante a ditadura civil-militar, contribuiu para uma ausência de debate público sobre as heranças do período. Os autores das torturas e dos assassinatos não puderam ser, oficialmente, considerados culpados. Pelo contrário, muitos continuaram atuantes na política nacional, contribuindo para forjar uma ideia equivocada sobre o regime militar (PEREIRA, 2015, p. 884).

O Estado brasileiro pós-1985 deixou de ser autocrático no todo. Mas, continuou a ser excludente e autoritário na sua forma, obedecendo a uma ordem burguesa (IASI, 2015, pp. 81-106). Uma ordem política e social que favorece a concentração de renda nas mãos de poucas pessoas, uma elite empresarial, de caráter liberal, que no seu relacionamento com o Estado, nas três esferas de poder, procura sempre ser favorecida, em detrimento dos interesses comuns de boa parte da população brasileira.

A responsabilidade pela falta de uma discussão sobre as heranças autoritárias do regime militar também pode ser debitada ao próprio Estado brasileiro. Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, três pessoas que sofreram punições do regime militar, podemos observar a persistência de uma estrutura estatal autoritária, principalmente no que diz respeito às questões relativas à Segurança Pública. Isto impediu a construção de um imaginário democrático e desafiador do autoritarismo estatal brasileiro (QUINALHA, 2013, p. 183). Mesmo no cenário econômico, apesar de uma maior distribuição de renda, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), podemos observar a persistência da elite econômica brasileira na defesa dos seus interesses.

O Brasil possui uma tradição conciliatória no tratamento de temas traumáticos. Temas sensíveis à sociedade brasileira como o racismo, por exemplo, são tratados de forma a evitar maiores conflitos, de forma a expressar o desejo de uma nação sem conflitos sociais. E esta conciliação é sempre feita pelo “alto”, ou seja, não leva em conta a participação do conjunto da

sociedade brasileira (PEREIRA, 2015, p. 889). Característica esta que faz parte de nossa tradição política, onde o Estado tutela a sociedade, criando artifícios políticos que visam o seu controle, sobretudo, daqueles grupos sociais e políticos que possuem um discurso voltado para a subversão da ordem social, econômica e política do Brasil. Um exemplo desta postergação dos problemas nacionais é questão do racismo, sempre escamoteado e muitas vezes negado, em uma sociedade que durante mais de 300 anos viveu com a escravidão como uma prática social corriqueira.

Para Quinalha (2013), a desqualificação da luta armada pelos defensores do regime militar foi uma das maneiras de justificar o endurecimento do regime militar e as violências cometidas contra os membros da oposição (2013, p. 191). A condenação dos grupos armados facilitou a adoção de uma visão segundo a qual a ditadura civil-militar apenas reagiu às violências impostas pelas organizações de esquerda, que optaram pela luta armada. Assim, configurava-se a “teoria dos dois demônios”, que justificava as ações violentas cometidas pelos Estados autoritários sul-americanos, durante os seus regimes militares, como uma resposta às ações armadas dos grupos de oposição. A ideia de que era um ambiente de guerra, onde qualquer ato violento pode ser justificado como uma resposta a uma ação violenta do outro lado, legitimava a desumanização do inimigo.

Quando comparamos o tratamento dado pelas pesquisas acadêmicas sobre regimes autoritários, no Brasil e na Argentina, podemos perceber o efeito danoso da anistia para a visão sobre o tema no nosso país. Levando-se em conta a duração de cada regime militar (no caso brasileiro foi de 21 anos, e no argentino foi de 7 anos), a forma como cada país lidou com as violências cometidas pelo Estado, também é diferente. Na Argentina, após a redemocratização, houve todo um processo de culpabilização dos agentes do Estado pelos seus crimes, durante o regime militar, que levou à condenação de mais de 500 pessoas, fruto também das pressões exercidas por movimentos sociais. Já no Brasil, a Lei de Anistia, de 1979, um movimento que também contou com a participação da sociedade civil, levou à volta de milhares de exilados políticos ao país e à inimizabilidade de agentes do Estado brasileiro, militares e civis, que colaboraram com as violências cometidas pelo regime militar (BALESTRA, 2016, p. 252).

A partir do ano de 2004, em todos os ciclos educativos da educação argentina, o período da ditadura militar passou a ser tratado como período de “Terrorismo de Estado”. Aliás, desde o fim do regime militar argentino, havia a preocupação de como tratar este período recente da história do país, nas aulas e livros didáticos, pois a história recente do país, em comparação com o período da História colonial e da independência era muito menos valorizado (BALESTRA, 2016, p.253).

Na Argentina, a construção de uma memória sobre o último período ditatorial tornou-se uma política educacional voltada para a promoção dos Direitos Humanos. Desta forma, a educação tornou-se uma arma importante na defesa da democracia. Isto levou o sistema escolar argentino a passar por diversas reformas, ao longo da década de 1990. Todas elas tinham como objetivo construir a memória do período da ditadura militar, visto como um período de enorme desrespeito aos Direitos Humanos (BALESTRA, 2016, pp. 253-254).

O ensino da ditadura civil-militar brasileira (e das outras ditaduras militares sul-americanas) ainda tem de lidar com uma outra questão fundamental: o Tempo Presente. O estudo de eventos traumáticos, relacionados à História do Tempo Presente representa uma constante relação entre história e memória. Estes eventos, por serem tão próximos ao nosso tempo, e ainda contarem com os seus atores vivos e com voz para darem o seu testemunho, moldam a forma como estes temas são tratados pela sociedade. A imbricação entre a história e a política demonstra que estamos imersos em uma mesma temporalidade que, de certa forma, não acabou (FICO, 2012, pp. 45-46).

Trazendo essa questão para o Brasil contemporâneo, podemos observar o desdobramento dessa relação mais próxima entre história e memória. Vivemos um período histórico, no qual um representante de grupos conservadores, ligado a extrema-direita e a setores evangélicos, chegou ao poder. O presidente Jair Bolsonaro, ao longo de toda a sua trajetória política, iniciada na década de 1990, após ser julgado por suspeita de planejar um atentado contra postos militares, e reformado pelas Forças Armadas⁹, sempre defendeu que a ditadura militar trouxe benefícios ao país, e que a conduta violenta do Estado em relação aos opositores era uma forma de defender o Brasil contra a interferência de grupos comunistas.

Somado a isso, as redes sociais da internet se tornaram um campo de batalha, no que diz respeito à memória da ditadura civil-militar. Versões, nem sempre baseadas em fontes confiáveis, defendem as realizações do regime militar, imbuídas pela ideia de que, entre outras coisas, não houve corrupção neste período da História do Brasil. Defendem a versão de que a violência praticada pelo Estado brasileiro foi uma reação à violência iniciada pelos grupos opositores da luta armada, e que as torturas, sequestros e assassinatos eram atos necessários, pois o país estaria mergulhado em uma guerra. Além disto, outra ideia correntemente defendida por estes grupos conservadores é a crítica sistemática aos Direitos Humanos. Para eles, a defesa de direitos, incluídos na Constituição brasileira de 1988 e na Declaração Universal do Direitos

⁹ Ver <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>. Acessado em 03/11/2020.

Humanos, seria um artifício que permitiria a realização de crimes e a diminuição das penas de criminosos, dando a estes a possibilidade de repetir os seus crimes¹⁰.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, no governo de Dilma Roussef, foi uma vitória de vários movimentos sociais, que lutavam pelo reconhecimento por parte do Estado brasileiro, dos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar. Centenas de famílias, até hoje, não conhecem o destino de parentes (filhos, filhas, pais e mães). E a anistia, da forma que foi conduzida pelos militares, representou um grande obstáculo na busca por informações. A Comissão da Verdade foi instalada para investigar crimes cometidos pelo Estado brasileiro. Não há como comparar a violência cometida pelos grupos de oposição com a perpetrada pelos agentes a serviço do Estado (FICO, 2012, p. 49).

Mesmo que hoje seja contestada pelos grupos políticos, que defendem a postura do Estado brasileiro, durante o regime militar, a CNV representou um avanço na obtenção por respostas aos familiares, que continuam em busca de Justiça aos seus parentes. E demonstrou a sua força ao ser atacada por militares, apoiadores e, até mesmo, pelo próprio presidente, Jair Bolsonaro¹¹, pois estes temem as consequências de uma possível abertura dos arquivos militares, já que eles podem comprovar a prática sistemática de torturas e execuções, praticada pelas Forças Armadas, durante a ditadura.

Além dos problemas envolvidos na questão da forma como feita a anistia, temos também aqueles personagens, que durante o regime militar, assumiram uma posição favorável ao Governo e lucraram muito com os anos de regime militar. Assim, mesmo após o fim da ditadura civil-militar, muitos políticos, que fizeram parte da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido situacionista, permaneceram ocupando postos políticos, herdando do regime militar o poder político que acumularam durante aquele período. José Sarney é um dos maiores exemplos. Foi “senador biônico” na década de 1970, e candidato a vice na chapa encabeçada por Tancredo Neves, em 1985, que faleceu antes de assumir a presidência, dando a ele a oportunidade de se tornar presidente do Brasil.

A mídia também aderiu, com raras exceções, ao golpe de 1964. Os grandes veículos de comunicação de massa, sobretudo os jornais, apoiaram o golpe político dos militares, patrocinado pelo empresariado nacional e pelo governo norte-americano. Grandes jornais como

¹⁰ Ver <https://www.youtube.com/watch?v=qIDyw9QKlVw>. Este era um programa de entrevista chamado “Camera Aberta”, apresentado por Jair Marchesini. A entrevista com Bolsonaro foi realizada em 1999. Acessado em 03/11/2020.

¹¹ Ver <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/30/bolsonaro-desqualifica-434-mortes-identificadas-pela-comissao-da-verdade.htm>. Acessado em 17/09/2020.

“O Globo” e “O Estado de S. Paulo” aderiram à narrativa de uma luta contra a implantação de uma ditadura de viés socialista, apoiada pela URSS. O desenvolvimento da tecnologia de transmissão pela TV, chegou ao Brasil, e por meio da supervisão estatal permitiu ao Grupo Globo construir uma grande rede nacional, transformando esta empresa em uma das maiores do ramo das comunicações em todo o mundo. E em troca, a Rede Globo acabou se tornando um “diário oficial informal” do regime militar (IASI, 2014, pp. 131-150), propagandeando as suas realizações.

Mesmo após mais de 50 anos do fim da ditadura civil-militar, os setores da elite e da mídia tradicional, favorecidos pelo regime militar, não fizeram um movimento de autocrítica de suas atuações naquele período. Há algumas exceções, como o editorial publicado pelo jornal “O Globo”¹², em 2013, reconhecendo o erro. Porém, surgiu um movimento revisionista, que procura abrandar as ações do Estado brasileiro, durante o período entre 1964 e 1985. Além disto, muitos grupos econômicos que alcançaram grandes lucros, na época do regime militar, silenciaram sobre a sua colaboração com o Estado opressor. Até porque, parte do aparelho repressivo foi financiado por eles (IASI, 2014, pp. 131-150), como podemos ver no caso do Estado de SP, com a Operação Bandeirante (OBAN).

É fundamental para o fortalecimento da democracia brasileira o esclarecimento dos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar. Não conhecer somente aqueles que cometeram os crimes, mas também os seus mandantes e aqueles que apoiaram e, sobretudo, financiaram toda a montagem do aparelho repressivo, que foi primordial para o planejamento das ações violentas do Estado brasileiro, naquela época. Muitos dos responsáveis por este apoio econômico aos órgãos de repressão continuam atuantes na vida política brasileira. Podemos citar grandes empresas como Ultragaz, Ford, Volkswagen, Chrysler, Scania e o Banco Itaú, que agora são grandes financiadores de campanhas eleitorais (IASI, 2014, p.152).

A frustração trazida pela lei de anistia, que não puniu crimes cometidos pelo Estado, tornou a transição brasileira um processo sem fim (FICO, 2012, p. 52). Até hoje, continuamos sem fazer justiça com um passado, que reflete muito do que é o Estado brasileiro, até os dias de hoje. Um Estado que deixou de perseguir opositores, mas que continua sendo opressor com as classes mais baixas. Podemos observar isto, na enorme desigualdade social, pois o Estado não presta serviços básicos como educação e saúde de qualidade aos cidadãos e cidadãs mais pobres.

¹² Ver <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acessado em 03/11/2020.

1.2: Discutindo a ditadura em sala de aula e fora dela

A ditadura civil-militar é um tema que pode ser considerado de difícil abordagem. Ainda vivemos em um país, que sofre as consequências daquele período. Questões como a anistia aos agentes do Estado brasileiro, que participaram ativamente da violenta repressão política, além da contribuição de setores da sociedade civil para o golpe de 1964 e para a manutenção das estruturas repressoras, ainda são estudadas. É uma parte da nossa história onde não há um consenso, ou seja, versões diferentes sobre o tema estão em disputa. Por isto, podemos dizer que é um “tema sensível” (ARAÚJO, 2013, p.9).

Os “temas sensíveis” são assim definidos porque são períodos da história onde prevaleceram o autoritarismo e a violência praticada pelo Estado. Além disto, há aquelas partes da história, que geram sofrimento para determinados grupos sociais, tornando-se geradores não só de violência física, mas também simbólica. Um exemplo disto é o tema da escravidão e das políticas reparatórias. E na maioria das vezes, estes episódios são contados e recontados por pessoas que passaram por aquele sofrimento. Recolher depoimentos pode ser, inclusive, uma forma de gerar novos debates, gerando embates entre as partes envolvidas.

No que diz respeito ao Brasil e a sua ditadura civil-militar, os personagens que viveram aquele período e que foram figuras fundamentais, como militares e membros de grupos da luta armada, ainda estão vivos e, em alguns casos, ainda são figuras políticas relevantes. Temos ainda as famílias dos desaparecidos políticos que seguem na luta para que seja feita justiça.

Quando falamos sobre o período da ditadura civil-militar com nossos alunos, em sala de aula, podemos perceber uma certa dificuldade de estabelecer uma relação mais profunda com o tema. O regime militar deixou de existir em 1985, ou seja, há mais de 30 anos. Atualmente, a grande maioria de nossos alunos nasceram neste século. Pode ser que até mesmo os seus pais, tenham nascido após o fim da ditadura ou já no final deste período. Podemos concluir então que mesmo com este tema fazendo parte daquilo que chamamos de história contemporânea, para os nossos alunos este assunto não tem nada de contemporâneo. Pelo contrário, para eles, este período da História do Brasil está localizado em um passado distante. Ao tratar de ditadura, torturas, perseguições, luta armada, censura e outros temas ligados ao ensino da ditadura civil-militar, o professor deve ter o cuidado de conectá-los ao cotidiano de seus alunos.

Mas, como podemos fazer um tema tão importante para o entendimento de nosso país, despertar o interesse de nossos alunos? Podemos relacionar aquele período de nossa história com a situação atual de nosso país? No seu cotidiano, os alunos podem notar sinais de um Estado que, em determinados momentos, usa a força contra os mais pobres? Penso que estas

questões devem ser respondidas, se queremos tornar o ensino da ditadura civil-militar fundamental para a formação de nossos alunos.

A minha justificativa para usar o futebol como objeto de pesquisa é, justamente, trazer uma outra perspectiva para o estudo do regime militar brasileiro. Pode-se perceber, no estudo da ditadura civil-militar, um certo privilégio dado a questões políticas centradas em figuras publicamente conhecidas. Se por um lado, acho fundamental a análise em sala de aula de como o Estado reprimiu políticos e artistas, por meio da censura e da tortura sistemática, por outro, vejo que isto pode levar a interpretação de que somente aqueles que se opuseram publicamente ao regime militar sofreram com a repressão.

O futebol pode ser um instrumento importante para desconstruir a ideia de que somente quem enfrentou o regime publicamente foi punido por isto. Sendo um grande entretenimento e um esporte praticado por milhares de pessoas, com grande mobilização de torcedores, o regime autoritário imposto pelos militares não deixaria de utilizá-lo como instrumento de propaganda. Desta forma, fica claro como um Estado ditatorial interfere na vida de todos nós, das mais diversas formas. Seja na reprodução de uma lógica autoritária na forma como o Estado lida com a sua população, como exemplificam a tortura e a censura, seja no controle de uma prática esportiva, interferindo na sua organização e na sua utilização como meio de propagandear as conquistas do regime.

O ensino deste tema deve então se aproximar do cotidiano dos alunos. Deve aproximar as dificuldades vivenciadas pelos alunos em seus bairros e cidades, demonstrando que os resquícios da violência e da tortura, apesar de não serem mais uma política de Estado, ainda estão presentes em nossa sociedade (CARVALHO, QUINAN, 2015, p. 124).

Na cidade do Rio de Janeiro, a violência faz parte do dia a dia da maioria absoluta da população. O narcotráfico domina os bairros e comunidades pobres, milícias (organizações criminosas formadas por membros e ex-membros das Forças de Segurança) tomam áreas cada vez maiores da cidade do Rio de Janeiro, controlando serviços básicos e lucrando muito com isto. Além disto, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro é uma das forças de segurança que mais mata (e morre) em todo o mundo¹³.

O futebol também não escapa da violência. As torcidas organizadas dos clubes estão constantemente envolvidas em conflitos umas com as outras e, às vezes, até internamente. O

¹³ Ver <https://piaui.folha.uol.com.br/policia-que-mais-mata/>. Acessado em 03/11/2020.

envolvimento de pessoas ligadas a outras práticas criminosas com as torcidas organizadas, também já foi confirmado por investigações policiais¹⁴

Durante a ditadura, todo o aparato repressivo, montado pelo Estado brasileiro, estava voltado para censurar, perseguir, prender e torturar os indivíduos e grupos, que se opunham ao regime militar. Não somente membros das Forças Armadas, mas também as polícias militares e civis dos Estados fizeram parte de grupos responsáveis por perseguir pessoas que fizeram parte da luta armada, entre as décadas de 1960 e 1970, e que torturaram e assassinaram centenas de homens e mulheres. Muitos desapareceram até os dias de hoje.

Após o fim da ditadura civil-militar, em 1985, com um processo de transição política, caracterizado por uma Anistia que impediu o julgamento daqueles que participaram de crimes contra a humanidade, as polícias estaduais mantiveram em seus quadros, grande parte destes agentes. Assim, se antes os órgãos de repressão estavam voltados para perseguir aqueles que opunham-se publicamente ao regime militar, a partir do fim da ditadura passam a trabalhar em favor de políticas públicas de Segurança, voltadas para o conflito armado com o crime organizado, mas que no fim das contas, têm como principal consequência o crescimento da violência nas comunidades mais pobres, do número de mortes entre jovens pobres e negros, e o crescimento acelerado do número de armas circulando nas pequenas e grandes cidades.

Desta forma, podemos contextualizar juntos aos alunos as consequências da permanência da estrutura de um Estado com caráter autoritário entre nós. Nas comunidades mais pobres, a polícia assume uma postura mais autoritária e violenta. Não são poucas as denúncias de moradores destes lugares, nos quais os policiais se comportam de forma truculenta, invadindo residências e cometendo outras irregularidades contra homens e mulheres. Muitos de nossos alunos, sobretudo aqueles que moram nestas comunidades mais pobres, e estudam em escolas públicas, já passaram ou continuam passando por estas situações. Este é um bom exemplo de como determinadas características autoritárias ainda permanecessem na atuação do Estado, sobretudo, junto a parcela mais pobre da população brasileira.

Devemos desenvolver nos alunos, a capacidade crítica em relação ao conhecimento produzido sobre o tema. Se necessário, nos afastar de uma abordagem mais conteudista, e dar enfoque a questões relativas aos Direitos Humanos e formas de construção da memória do período. O ensino da ditadura civil-militar deve estar ligado a questões relativas ao nosso

¹⁴ Ver <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/12/policia-acha-provas-do-envolvimento-de-organizadas-com-traffic-e-milicias.html>. Acessado em 03/11/2020.

presente. Além disto, devemos valorizar outras experiências em relação a este período da História do Brasil, dando espaço a histórias locais, distantes do conhecimento histórico hegemônico (QUINAN, CARVALHO, 2015, p.215).

É fundamental, então, levarmos em conta os saberes trazidos pelos alunos. Construir junto com eles, o conhecimento histórico necessário para o esclarecimento dos efeitos de se viver sob um regime autoritário. Além dos conteúdos necessários ao entendimento do tema, seria importante o professor, junto aos alunos, buscar histórias pessoais de gente que viveu o período da ditadura civil-militar. Buscarem no lugar onde vivem, histórias de pessoas e lugares que fizeram parte deste período da história de nosso país. Pesquisarem quem são as pessoas que dão nome a ruas, praças, escolas etc., e que têm relação com o período estudado. Quais os interesses envolvidos no destaque dado a determinadas figuras? Por que outras tem a sua história apagada? Estas questões sendo respondidas, podem ajudar, e muito, na compreensão do que significou viver sob uma ditadura.

Outra reflexão necessária quando se trata do tema ditadura é trabalhar o conceito de democracia. Sendo esta, entendida aqui, dentro daquele modelo de uma democracia liberal, com poderes independentes (Legislativo, Executivo e Judiciário), com os representantes dos dois primeiros, escolhidos pelos eleitores, e com restrição do direito ao voto àqueles que fossem vistos como maiores de idade. Em 1988, foi elaborada uma Constituição, que ficou conhecida como a “Constituição Cidadã”, caracterizada pela defesa dos Direitos Humanos e pela introdução de direitos dos povos indígenas e afrodescendentes. Mas, como fazer os nossos alunos valorizarem a vida em um ambiente democrático? A respostas a esta questão é fundamentais para trabalharmos com o tema em sala de aula.

Por meio do ensino da ditadura civil-militar, podemos refletir sobre a construção da nossa democracia. Somente ao entendermos os contextos social, político e econômico da implantação da ditadura no Brasil, podemos evitar que os alunos formem ideias equivocadas sobre este período (PERES, 2014, p. 71). Uma ideia interessante pode ser a análise de como a denominação do período entre 1964 e 1985 sofreu alterações ao longo dos últimos anos. Se na década de 1980, ainda poderíamos encontrar livros que tratavam o episódio do dia 31 de março de 1964, como uma revolução, ao longo das últimas décadas podemos perceber a adoção dos conceitos de golpe e ditadura para denominar esse período. Além disto, nos últimos tempos, tem se utilizado o termo ditadura civil-militar (e não apenas ditadura militar), por ser necessário destacar o apoio de amplos setores da sociedade civil ao golpe político realizado pelos militares (REIS, 2010, p.174).

Ensinar é um ato político. E tratar de um tema tão complexo como este, ainda mais nos dias de hoje, também é optar por escolher um lado. O ensino da ditadura civil-militar implica um posicionamento político. É também por meio da análise e da reflexão sobre este período da História do Brasil, podemos fazer com que nossos alunos possam raciocinar sobre as práticas de um Estado autoritário (PERES, 2014, p.73). Ao adquirir esta noção, os alunos não somente estariam capacitados a valorizar uma vida política democrática, mas também a lutar pelos seus direitos básicos na sua rua, no seu bairro e na sua escola. O estudo deste assunto deve ser uma forma de preparar o aluno para a vida democrática. Sendo assim, os alunos devem ter uma maior participação na elaboração do material, na escolha da metodologia e na produção de conhecimentos a partir dos seus próprios referenciais.

O conhecimento de fatos passados, destacando os erros cometidos, evita que estejamos vulneráveis a reincidências. O estudo destes temas, deve estar imbuído da formação de uma consciência crítica em relação às violações dos Direitos Humanos. Somente desta forma, podemos cuidar para que tendências autoritárias diminuam em nossa sociedade. Ensinar temas traumáticos de nossa História é, certamente, um ato político. Isto porque não significa apenas relembra um passado repressivo (e que ainda paira sobre nossas cabeças), mas trazer justiça para as vítimas e permitir que toda a sociedade esteja engajada na construção de uma cultura democrática (ABRÃO, 2013, p.7).

A professora argentina Sandra Maria Raggio, envolvida na construção de um programa que visa à transmissão da memória da experiência argentina para as gerações mais jovens, dentro das escolas, toca em questões fundamentais quando falamos das ditaduras militares sul-americanas, nas décadas de 1960 e 1970. O projeto “Programa de Jóvenes y Memorya de la Comisión Provincial por la Memorya”, que existe desde 2002, tem por objetivo fazer das escolas um local de reflexão sobre o seu papel como instrumentos de construção de uma sociedade mais democrática. Porém, junto a esta intenção, há a necessidade de pensar a escola como uma instituição estatal, ou seja, que já esteve em outros momentos da História, envolvida na construção de uma sociedade que atendesse aos interesses de governos nem um pouco democráticos (RAGGIO, 2017, p.1).

O regime militar argentino teve uma duração menor do que a do seu similar brasileiro. Entre 1976 e 1983, os militares governaram o nosso vizinho continental. Porém, na Argentina, o regime militar foi mais violento, impondo desde o início uma política de eliminação de seus opositores. No Brasil, por mais que a ditadura civil-militar tenha excedido os limites do que diz respeito ao respeito pelos Direitos Humanos, o regime sempre tentou propagandear a ideia de

que era um governo voltado para a preservação da paz, onde o Estado não se via como responsável pelos crimes cometidos pelos seus próprios agentes.

O processo de redemocratização argentino foi envolvido por diversas questões relativas à ideia de se evitar o retorno de um governo autoritário. Ainda nos anos 1980, podemos encontrar resoluções ministeriais, que têm como objetivo dar a escola um papel fundamental na formação de jovens para uma vida democrática (RAGGIO, 2017, p.1). O processo de construção de uma memória na Argentina está ligado ao crescimento de um movimento democrático dentro da sociedade. O projeto “Nunca Más” faz parte deste processo, pois visa a construção de uma sociedade onde as condições para o surgimento de um governo, que viole os direitos humanos, não possam ressurgir (RAGGIO, 2017, p. 2).

Para o sucesso de um projeto, que envolva a construção de uma sociedade democrática, por meio das gerações mais jovens, é fundamental se discutir o papel da escola. A instituição escolar é parte integrante do Estado. Os professores das escolas públicas também são agentes do Estado. Mesmo que busquemos a construção de uma escola e de uma comunidade escolar que tenham autonomia para decidir os seus caminhos, não podemos deixar de destacar, que as escolas são instituições com regras impostas pelo Estado, onde professores tem pouco espaço para se organizarem enquanto classe, e onde os alunos têm muito pouca participação na elaboração das regras. Desta forma, reproduzimos em nosso cotidiano, dentro das escolas, sinais do autoritarismo que tanto queremos afastar. Alunos sem espaço para se colocarem como agentes na construção de um ambiente democrático e professores pressionados pelas exigências administrativas e por um processo de proletarização de suas atividades, com uma carga de trabalho cada vez maior, colocando obstáculos ao seu desenvolvimento intelectual.

A implantação de um projeto, que tenha como objetivo construir uma sociedade democrática, deve levar em consideração as contradições existentes dentro do próprio Estado. As discontinuidades democráticas dos governos, interrompidas por períodos ditatoriais, e mesmo um Estado democrático, que não respeita os direitos básicos dos cidadãos, demonstram que apenas a implantação de uma lei, não basta para a construção de um projeto democrático de fato (RAGGIO, 2017, p. 3).

A experiência vivida pelos organismos políticos, que lutaram a favor dos direitos humanos, durante a ditadura argentina, ajudaram na construção de um ideal de democracia. Desta forma, a formação de um projeto de memória que vise a construção de um Estado democrático, caminhou lado a lado com a ideia de defesa dos direitos humanos (RAGGIO, 2017, p. 4). Não podemos deixar de lado o papel fundamental que a sociedade civil representa na formação de um regime democrático.

As lutas pela Memória envolvem os vários grupos sociais que constituem a sociedade. Este processo não tem a ver somente com o passado, ou seja, com a História. Ele também envolve disputas que ocorrem no presente, e se dá dentro e fora da escola. O processo de apropriação de uma memória passada pelas novas gerações envolve uma série de processos sociais, culturais e políticos, onde se inscreve também a sua própria formação. A transmissão de um fato passado não se dá somente de forma vertical. Ela ocorre em todas as direções. É um processo circular, onde as novas gerações constroem a sua própria noção sobre o passado, de acordo com as suas próprias experiências. Assim, as ideias que formamos sobre o período do regime militar continuam em constante construção (RAGGIO, 2017, p. 6).

Como tratar de um assunto tão delicado quanto a vida sob um regime autoritário, se impomos aos alunos como e de que forma eles devem estudar este tema? É primordial a construção de um ambiente de estudo, onde professores e alunos possam trocar conhecimentos e sensações sobre um assunto tão relevante na constituição do nosso presente.

O respeito pela autonomia do outro deve ser um dos objetivos de um projeto escolar, que envolve a formação de uma sociedade democrática. Somente ao convivermos com um outro, que pensa diferente de nós, com outro percurso intelectual, com outra formação cultural, podemos falar de fato em uma democracia (RAGGIO, 2017, p. 7). Será que a escola é um espaço de respeito à diversidade e de formação de indivíduos autônomos? Em grande parte de nossas escolas, o tratamento da questão da diversidade (seja ela sexual, cultural etc.) fica restrita a projetos escolares, que ocupam um determinado espaço nos calendários, não sendo parte integrante dos currículos. E, ao mesmo tempo, a autonomia intelectual de nossos alunos não é estimulada, pois temos um currículo, muitas vezes, inflexível e que pouco leva em consideração a formação cultural de nossos jovens.

A transmissão de eventos passados deve situar-se em um lugar de encontro com o outro, reforçando as relações humanas e comunitárias. Não podemos deixar que a imensa capacidade de criação de discursos, proporcionada pelas redes sociais, que tão rapidamente constroem e reconstroem versões da História, impeça a nossa capacidade de conversar com o outro. O debate deve ser estimulado, não como uma forma de criar barreiras entre as pessoas, mas com a intenção de se estreitar as relações humanas (RAGGIO, 2017, p. 8).

Para as gerações passadas, o peso da luta contra a ditadura remete a luta por democracia e pelos direitos humanos. Já para a geração atual, o peso da ditadura não existe, ou melhor, ele está localizado no passado (RAGGIO, 2017, p.8). Tratar de um assunto que envolve violências cometidas pelo Estado, pode ser uma oportunidade de falar sobre a importância da participação

da sociedade na criação de políticas que estimulem a formação de um Estado voltado para a defesa dos direitos humanos.

Com o passar do tempo, a história da ditadura começou a adquirir novas feições para as gerações mais jovens. Além da sempre presente história das violências e desaparecimentos provocados pela ação do Estado autoritário, outras dimensões (culturais, econômicas e sociais) passam a fazer parte também da história da ditadura (RAGGIO, 2017, p. 9). Neste ponto, por exemplo é que defendo aqui a utilização do futebol.

Temos de enxergar as gerações mais jovens, não como meros depósitos de memórias construídas por leis e por projetos escolares. Devemos ver os alunos como atores ativos na formação dessa memória de eventos traumáticos. Pois ao exercer o papel ativo na elaboração destes projetos, os alunos estão exercendo também a sua cidadania, sua liberdade e sua autonomia (RAGGIO, 2017, p. 10).

Passados mais de 30 anos do fim das ditaduras militares no continente sul-americano, ao mesmo tempo em que ainda temos de tratar dos Estados autoritários, devemos também nos preocupar em criar uma memória de nossas democracias (RAGGIO, 2017, p.11). Devemos nos perguntar por que o fim da ditadura civil-militar brasileira não significou o surgimento de um Estado voltado para a diminuição das desigualdades? Por que ainda temos um Estado repressivo, sobretudo, no que diz respeito às manifestações das classes populares? As respostas a estas perguntas devem fazer parte de qualquer projeto que tenha como objetivo fazer com que os nossos alunos entendam o valor de se viver em uma democracia.

1.3: O futebol como recurso pedagógico

O futebol faz parte do imaginário do povo brasileiro. É uma paixão nacional. Mesmo aqueles e aquelas que não gostam deste esporte, de alguma forma, tem as suas vidas afetadas por ele. Podemos perceber isso com clareza ao analisarmos os momentos da realização das Copas do Mundo, quando o país tem grande mobilização popular, com ruas pintadas e com a paralisação de muitas atividades econômicas, durante os jogos da seleção brasileira. Além disto, o futebol é uma das partes que formam, de certa maneira, o tripé dos símbolos da cultura brasileira no exterior: futebol, samba e carnaval.

Quando pensamos na formação histórica do Brasil, vemos como o futebol pode ser de grande contribuição para o ensino de História. O futebol chegou ao Brasil no final do século XIX, período inicial da República brasileira. O desenvolvimento deste esporte teve profunda relação com questões sociais e políticas brasileiras, durante a Primeira República. No Rio de Janeiro e em São Paulo, as duas cidades que reuniam o maior número de trabalhadores urbanos,

foram os locais onde o futebol alcançou, inicialmente, o seu maior desenvolvimento. Na década de 1930, foi instrumentalizado pelo Estado como objeto de propaganda de um ideal de nação para o Brasil. E nas décadas seguintes, além de importante componente da política nacional, consolidou a imagem de “país do futebol” do Brasil, no exterior.

No que diz respeito à elaboração de propostas para a utilização do futebol em sala de aula, como recurso pedagógico para o ensino de História, destaco aqui duas dissertações do Programa Nacional de Mestrado Profissional para professores de História da Educação Básica (Profhistória). A primeira delas é de Tarik de Almeida Abrahim (2018). Nela, o autor propõe a utilização da história do surgimento do Bangu Athletic Clube como meio para se promover a história local do bairro de Bangu. Na segunda, a autora Mainnã Zago (2019) propõe a formação de uma oficina que utiliza o futebol como recurso pedagógico no ensino do Estado Novo (1937-1945).

Nos dois casos, podemos perceber a intenção de fazer com que o ensino de História esteja mais próximo do cotidiano dos alunos. Os dois autores veem no futebol uma possibilidade de fazer com que as aulas de História não estejam limitadas apenas aos conteúdos dos currículos escolares. Pelo contrário, as duas dissertações representam a tentativa de fazer com que as aulas não fiquem restritas apenas ao tradicional modelo, onde o professor expõe o seu conhecimento, e os alunos sejam apenas como ouvintes.

Para Abrahim, o futebol e sua história devem ser analisados como um meio de interpretar o lugar do aluno na sociedade. Um exemplo claro disto é avaliando como a Copa do Mundo interfere na localidade onde ele mora. Como este torneio modifica o ambiente onde ele vive? E os times de futebol? Eles servem como meio de propagar costumes e hábitos de uma localidade? As rivalidades entre os torcedores são consequência da capacidade do futebol para formar identidades? (2018, p. 40). Estas questões colocadas pelo autor, demonstram como este esporte pode se relacionar com assuntos que vão além da mera atividade física.

Aqui neste meu trabalho, pretendo avaliar como o futebol serve como instrumento para fins políticos. Neste caso, como ele foi apropriado pela ditadura civil-militar. O esporte oferece a possibilidade de ser utilizado pelo professor em sala de aula, como instrumento de estratégia pedagógica, pois as práticas esportivas transcendem o espaço das atividades físicas, podendo ser analisado como objeto de projetos políticos, aproximando os alunos do conhecimento do passado (ABRAHIM, 2018, p. 38).

Contudo, se temos como objetivo fazer com que nossos alunos sejam atraídos por nossas aulas, além de novas dinâmicas, precisamos levar em conta um outro fator importante: a emoção. O esporte tem uma grande importância como recurso pedagógico em sala de aula, pois

ele mexe com a emoção, tendo um significado sentimental para as vidas de inúmeras pessoas. Sendo assim, o futebol, esporte mais popular do Brasil, é um importante recurso mobilizador para a aprendizagem na escola (ABRAHIM, 2018, p. 39).

Para Zago, a percepção sobre o futebol como recurso pedagógico não é diferente. A relação entre História e futebol é uma maneira de trazer a realidade dos alunos para dentro de sala de aula. Segundo a autora, trazer elementos do cotidiano dos alunos para a sala de aula, os estimula a estabelecerem relações entre o que se vive e o que se estuda na escola (2019, p. 43).

A utilização de novos recursos pedagógicos em sala de aula, permite aos alunos uma melhor contextualização dos conteúdos apresentados pelo professor. Assim, as aulas tornam-se mais dinâmicas possibilitando aos alunos a compreensão dos conteúdos de forma mais interativa. Já para o professor, seria uma forma de avaliar de forma mais efetiva o seu trabalho, observando o desenvolvimento de novas habilidades pelos alunos (ZAGO, 2019, p. 50).

Nossos alunos e alunas, cidadãos e cidadãs deste país, possuem um papel essencial na utilização de novas metodologias de ensino em sala de aula. Como os nossos alunos são afetados pelo futebol? Eles enxergam no futebol um ponto favorável ao aprendizado da História do Brasil? O meu objetivo aqui não é realizar uma pesquisa quantitativa sobre a opinião dos alunos sobre o futebol como instrumento pedagógico. Porém, na minha experiência como professor, sempre vi no futebol uma oportunidade de aproximação com a maior parte dos alunos, seja por meio da mobilização que ele gera, seja porque ele possui profunda relação com a identificação do indivíduo, perante a sociedade.

Para os alunos, a aproximação entre futebol e política, por exemplo, não é uma relação difícil de ser estabelecida. Para eles, não é difícil entender as relações entre o futebol e o processo de construção da identidade brasileira, e que em razão disto, seria também um meio de mobilização da coletividade para atender aos interesses de determinado grupo político. Um exemplo claro disto foi a forma como a ditadura civil militar fez do futebol uma importante ferramenta de propaganda para o governo (LUIZ, 2019, p. 75).

Assim, o futebol representaria uma possibilidade concreta como ferramenta pedagógica. Pois o esporte, de uma maneira geral, nos dá a exata noção de como a História pode ser apropriada pelos governos. Quando um governante se apropria de uma conquista esportiva como se ela representasse uma vitória do Estado e de um modelo de sociedade, o futebol serve como instrumento de construção de uma História que se pretende oficial. E isto, os alunos conseguem enxergar com clareza no seu cotidiano: a forma como os Estados se utilizam de mecanismos para construir um modelo de sociedade.

Quando tratamos do ensino da ditadura civil militar, essas questões ficam ainda mais claras. Em um governo autoritário, como foi o regime militar, a imagem do vencedor é fundamental para a construção de um ideal de nação. Para os militares brasileiros, sobretudo nos primeiros anos de seu governo, quando ainda enfrentavam uma oposição mais forte nas ruas (os “subversivos”), era primordial deixar claro ao povo brasileiro quem estava disposto a trabalhar pelo bem do Brasil. A vitória brasileira na Copa do Mundo de 1970 serviu para reforçar a ideia de que somente a unidade do povo brasileiro, cristalizada no trabalho em grupo dos jogadores, poderia fazer do Brasil uma nação desenvolvida. Quem não se encaixasse neste modelo, neste caso a oposição, deveria deixar o país.

Desta forma, o futebol justifica a sua utilização como ferramenta de apoio pedagógico. O ensino de História não pode prescindir desta relação entre conteúdo e cotidiano de nossos alunos. A ideia aqui, neste trabalho, é justamente reforçar que o conhecimento histórico escolar se constrói no aprofundamento da relação professor e aluno. E de que a busca por outras ferramentas para aprofundar o conhecimento dos alunos sobre temas de fundamental importância, como a ditadura civil militar, pode renovar o estudo deles.

Capítulo 2: Futebol e ditadura

2.1: Futebol e História

Desde o momento em que nascemos, muitos de nós recebemos uma roupinha com o escudo de um time, geralmente, como um presente dos próprios pais, fazendo pressão para que adotemos o mesmo time. Ao longo de nossas vidas, crescemos torcendo (e sofrendo) por um time de coração. Frequentamos os estádios, compramos camisas e outros objetos ligados a ele. Desde a época da escola, brincamos com os colegas que torcem para outros clubes, comemorando ou chorando as derrotas de nossos times. Em época de Copa do Mundo, o país tem suas ruas decoradas e ocupadas por gente vestindo a camisa da seleção. Nos dias de jogos da seleção brasileira, praticamente, é decretado um feriado nacional. Mas, além de um grande entretenimento, podemos ver no futebol os reflexos das coisas boas e ruins de nosso país. O futebol é um espaço onde podemos perceber a influência da autoridade do Estado e, ao mesmo tempo, ser um espaço de resistência popular aos desígnios da elite.

A relação entre futebol e política pode ser sentida em todos os momentos. No Chile, por exemplo, onde protestos contra o governo são realizados durante o mês de outubro de 2019, o meio do futebol não ficou de lado. Torcidas organizadas realizaram protestos, inclusive durante os jogos. Os torcedores se manifestaram contra o atual governo e relacionaram os atuais problemas econômicos e sociais enfrentados pelo país com as mazelas da ditadura militar, liderada pelo falecido general Augusto Pinochet¹⁵.

No Brasil, o atual presidente também gosta de marcar presença nos jogos de futebol. Durante a Copa América, realizada no Brasil, no ano de 2019, ele frequentou a maioria dos jogos da seleção brasileira, marcando presença no jogo final do torneio entre as seleções brasileira e peruana. Após o fim do jogo, com a conquista do título pela seleção brasileira, Jair Bolsonaro foi até o campo para participar da entrega da premiação aos vencedores. No caminho até o pódio foi vaiado e aplaudido por parte do público¹⁶. Sua presença em outros eventos relacionados ao futebol, demonstra que para o atual presidente, o futebol tem enorme importância como meio de comunicação com os seus eleitores.

Ao longo de sua história, o futebol demonstrou profundas ligações com a sociedade e que não é apenas uma prática esportiva, sem interferências de questões políticas e econômicas.

¹⁵ <https://www.folhape.com.br/esportes/mais-esportes/futebol/2019/10/27/NWS,120979,68,551,ESPORTES,2191-COMO-FUTEBOL-UNIU-POVO-CHILENO-PROTESTOS-CONTRA-GOVERNO.aspx>. Acessado em 03/11/2020

¹⁶ <https://veja.abril.com.br/esporte/na-disputa-entre-as-vaias-e-aplausos-bolsonaro-saiu-derrotado-do-maracana/>. Acessado em 03/11/2020.

O futebol, tal como o conhecemos nos dias de hoje, surgiu na Inglaterra, durante o século XIX, tornando-se um esporte cada vez mais popular. Se no seu início, era um esporte das elites, com o passar do tempo tornou-se cada vez mais popular entre as camadas mais pobres. É um esporte que não requer equipamentos para a sua prática, somente os pés e uma bola, e com um número de regras simples, de fácil entendimento. Além disso, com o crescimento cada vez maior do número de trabalhadores e de bairros operários, o futebol acabou servindo como um elemento importante de um processo civilizador (MURAD, 2012, p. 72), pois uniformizava uma prática esportiva, que fazia parte do cotidiano das elites e das classes populares.

Ao ser praticado pelas classes pobres, o futebol tornou-se não somente um entretenimento, mas também uma importante ferramenta de controle sobre elas por parte do Estado. Ao mesmo tempo que se constituía como um espaço de participação em uma atividade social, dirigida por regras e valores comuns a toda a sociedade, o futebol só poderia ser disputado em determinados lugares, onde as classes populares tinham pouco espaço para contestar as regras e, sobretudo, a organização dos campeonatos e dos clubes, administrados pela elite.

No Brasil, o futebol chegou no final do século XIX, trazido pelos empregados das grandes fábricas inglesas, que se instalaram no país. Estes funcionários praticavam o esporte, nos seus horários de folga. E como necessitavam de um alto número de jogadores, começaram a estimular a participação dos trabalhadores brasileiros nas partidas. Porém, nas primeiras décadas do século XX, o futebol era uma prática esportiva praticada pelas elites, nos clubes frequentados por pessoas do seu círculo social. Portanto, era um esporte das elites, e enquanto continuou desta forma, permaneceu um esporte amador (MAGALHÃES, 2010, p.16).

A República brasileira, nascida em 1889, ansiava por modernizar o país. A abolição da escravidão, em 1888, não resolveu os problemas sociais do país, herdados de seu passado escravista. Os negros, se não eram mais escravizados, continuavam excluídos da sociedade. Continuavam realizando trabalhos subalternos, não tinham acesso a um sistema educacional que lhes permitisse ascender socialmente e continuavam sendo vistos como seres inferiores por boa parte dos estudiosos, em plena era do darwinismo social. Isto foi transplantado para o futebol que, no Brasil desta época, era um esporte das elites brancas onde não era permitida a entrada de negros e mulatos (MURAD, 2012, p. 75).

Mas, assim como ocorreu em outros lugares do mundo, o futebol tornou-se um esporte cada vez mais popular no Brasil. As partidas passaram a aglomerar um número cada vez maior de torcedores. Os clubes de futebol, ainda eram um espaço das elites, mas gradativamente, os

estádios passaram a ser frequentados pelas camadas populares. No início do século XX, surgiram os primeiros campeonatos estaduais, estimulando a formação de times permanentes pelos clubes. Desta forma, surgiu a discussão sobre a necessidade de profissionalização do esporte.

A profissionalização dos atletas era mal vista pela maioria dos clubes, que como já foi dito anteriormente, eram compostos por membros de uma elite branca. Porém, em um país que, desde há muito tempo, não dava aos mais pobres, em sua maioria negros, oportunidades de ascensão social por meio do trabalho e da educação, o futebol era uma maneira de conquistar uma vida melhor. Assim, tornou-se para as classes pobres uma oportunidade de ascender socialmente. Seria uma chance de igualar-se às elites, em uma prática esportiva e social, que também era praticada por elas (MURAD, 2012, p. 76).

Contudo, no Brasil, a resistência à profissionalização dos jogadores de futebol foi grande. Os clubes mais tradicionais não aceitavam a inclusão de jogadores negros, e eram estes os que mais necessitavam receber um salário por jogar futebol. Desta forma, a oposição entre profissionalização e amadorismo no futebol demonstrava a presença óbvia do racismo em nosso país. Na década de 1920, alguns clubes passaram a contar com jogadores profissionais em suas equipes. O Clube de Regatas Vasco da Gama, do Rio de Janeiro, foi um dos pioneiros na escalação de jogadores negros profissionalizados, em sua equipe, sofrendo represálias por esta decisão.

Na década de 1930, dois fatores contribuíram para a profissionalização dos jogadores de futebol no Brasil: o interesse dos clubes estrangeiros na contratação de jogadores brasileiros e o ambiente político, a partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder (SARMENTO, 2013, p. 55). Para a manutenção de seu poder político, Vargas necessitava de amplo apoio popular. Para alcançar tal objetivo, além de contar com o apoio das Forças Armadas, eliminar os seus opositores (sobretudo, durante o período do Estado Novo), ele precisava conquistar o apoio das classes populares, com destaque para os trabalhadores, desamparados pela ausência de uma legislação trabalhista.

A criação de todo um arcabouço legal para a proteção dos trabalhadores (criação do salário-mínimo, férias etc.) fez de Getúlio Vargas um governante popular. Os órgãos de propaganda oficiais construíram a imagem de “Pai dos pobres” para o presidente. A imagem do brasileiro ideal era a do trabalhador, que obedece às leis e sustenta a sua família. E o futebol, principal esporte do país e aglutinador das massas, não escaparia à influência do Estado varguista.

O jogador de futebol não era bem visto pela sociedade da época. A sua imagem estava associada à do malandro. Sendo um esporte popular, o futebol também era um objeto para os órgãos oficiais de propaganda do governo. Desta forma, transformar os jogadores de futebol em trabalhadores assalariados, com carteira profissional, era não somente uma forma de regulamentar mais um grupo de trabalhadores, como uma forma de controle social sobre estes indivíduos (MAGALHÃES, 2010, p. 23).

Como já foi dito mais acima, o futebol não escapou ao controle governamental. Sendo um grande mobilizador de massas, era fundamental para o Estado controlar as suas manifestações. Em razão disto, o Estado brasileiro via o esporte como um instrumento fundamental para a construção de um elo de com o povo, sendo um importante meio de divulgação das características do ideal de povo. Por outro lado, o futebol seria um elemento de reforço do modelo racial brasileiro. O esporte era um instrumento de valorização de um povo forte, que se adaptou à vida nos trópicos (SARMENTO, 2013, p.63).

A imagem do povo brasileiro era construída pelo Estado varguista, como aquela oriunda da mistura das três raças: o europeu, o índio e o negro, em um processo marcado pela miscigenação. O autor brasileiro que consolidou esta imagem foi o estudioso pernambucano Gilberto Freyre, na sua obra mais famosa, “Casa Grande e Senzala”. Freyre consolidou ainda um outro termo que ajudou na construção da ideia de um país miscigenado: o “mulatismo”. Assim, sendo a grande maioria dos jogadores de futebol pessoas de cor mais escura, isto acabou auxiliando na construção de um “jeito brasileiro” de jogar futebol, que mais tarde tornaria o futebol brasileiro sinônimo de “futebol-arte” (MURAD, 2012, p. 77).

O futebol brasileiro era então uma expressão da miscigenação do povo brasileiro. A forma como os jogadores brasileiros jogavam futebol era uma expressão artística do povo brasileiro. Pelo menos, daquilo que se pretendia ser a imagem do país. Os negros, que nos legaram a capoeira e o samba, com a sua tradicional “malemolência”, fizeram do futebol mais um espaço de manifestação de sua arte. Assim, com o futebol brasileiro tornando-se um símbolo da brasilidade, o Estado necessitava exercer um forte controle sobre ele (SARMENTO, 2013, pp. 71-72).

No entanto, a popularização do futebol, o crescimento do número de torcedores e a entrada dos negros, não tornou o meio do futebol mais democrático e acessível às classes mais pobres. Se no campo, os negros eram grandes jogadores, tornando-se grandes estrelas, e tinham reconhecimento social, fora dele, nas tomadas de decisões mais importantes, na administração

dos clubes e federações, os jogadores tinham pouco ou nenhum poder de decisão. Os grandes dirigentes eram membros da elite. Brancos em sua totalidade¹⁷

Fora do Brasil, o futebol sempre foi um importante instrumento de propaganda para governantes. Ao longo do século XX, quando o esporte, de uma forma geral, torna-se um grande entretenimento, os Estados passam a vê-lo como um meio de controle da sociedade, em razão de seus modelos de conduta e das regras, e como forma de construção de um ideal de cidadão. Os Jogos Olímpicos, sobretudo a partir da Guerra Fria (1945-1991), foram utilizados pelas duas grandes superpotências, Estados Unidos e União Soviética, como um elemento que demonstrava a superioridade de um regime sobre o outro. As conquistas esportivas eram uma celebração do modelo de homem construído por um dos regimes, o Capitalismo e o Socialismo.

Sendo o esporte mais popular do planeta, o futebol, desde o início do século XX, era alvo de regimes políticos. Mas, o fato que impulsionou essa utilização deste esporte como instrumento de propaganda política foi o surgimento das competições entre as seleções nacionais, principalmente, a criação da Copa do Mundo de futebol, a partir de 1930. O crescimento das seleções nacionais fez do futebol um elemento de civismo. A adoção das cores nacionais nas camisas, a reprodução dos hinos nacionais antes do início das partidas e as rivalidades regionais, transplantadas para dentro de campo, fizeram destas competições internacionais uma fórmula de sucesso. E isto fez com que as seleções nacionais passassem a representar os ideais éticos de suas nações (MAGALHÃES, 2010, pp. 23-24).

Com a seleção brasileira não foi diferente. Na América do Sul, o primeiro campeonato sul-americano de futebol foi disputado em 1916. A competição serviu para consolidar o surgimento da Confederação Sul-americana de futebol. Apesar das disputas políticas pelo controle da entidade, sobretudo entre brasileiros e argentinos, a competição foi um sucesso. Porém, até a década de 1930, as duas grandes potências do futebol do continente eram Uruguai e Argentina. Os primeiros foram campeões olímpicos em 1922 e 1926. Já os argentinos, possuíam uma liga interna mais organizada e com um processo de profissionalização dos jogadores mais acelerado do que o brasileiro.

A seleção brasileira participou dos dois primeiros mundiais, em 1930 e 1934. Porém, as campanhas foram fracas. Na formação dos grupos para as disputas das duas competições, questões políticas, como a rivalidade entre Rio de Janeiro e São Paulo, atrapalharam. Mas, para

¹⁷ Até os dias de hoje, podemos observar que nenhum dos times da Série A do futebol brasileiro possui um presidente negro. Mesmo entre os treinadores, a presença dos negros também é pequena. O racismo estrutural atinge todos os níveis da sociedade brasileira. E o futebol não escapa disto, conforme expressou com brilhantismo o treinador Roger Machado, do Esporte Clube Bahia, em uma entrevista coletiva, no ano de 2019.

a Copa do Mundo de 1938, podemos observar uma mudança de postura em relação ao planejamento para a disputa. Em pleno Estado Novo (1937-1945), durante a ditadura varguista, o Estado vê no selecionado nacional uma forma de exaltação da nacionalidade brasileira. O futebol, nos anos 1930, já era importante mobilizador das massas brasileiras. Em razão disto, o Estado brasileiro via o esporte como um instrumento fundamental para a construção de um elo de com o povo. Sendo o futebol, um importante meio de divulgação das características do ideal de povo brasileiro. Por outro lado, o futebol seria um elemento de reforço do ideal racial brasileiro. O esporte era um instrumento de valorização de um povo forte, que se adaptou à vida nos trópicos (SARMENTO, 2013, p.63).

A partida da seleção brasileira para a Copa do Mundo de 1938 foi cercada de expectativas. A filha do presidente, Alzira Vargas, foi escolhida como madrinha do selecionado nacional. Os jogos foram transmitidos por rádio e atraíram a atenção de grande parte do público brasileiro. E mesmo não alcançando o título (a seleção ficou em 3º lugar), o apoio popular ao grupo se manteve. Na volta, os jogadores foram recebidos pelo presidente.

Com a Segunda Guerra Mundial, os dois mundiais seguintes, de 1942 e de 1946, não foram realizados. Somente em 1950, a Copa do Mundo voltou a ser disputada. E desta vez, seria no Brasil. Com os países europeus ainda se recuperando dos estragos da guerra, o Brasil apresentou-se como candidato para a organização do Mundial. Quando retorna ao poder neste mesmo ano, pautado por um discurso nacionalista, Vargas via na realização da Copa do Mundo uma possibilidade de construir a imagem de um país unido. A construção do Maracanã, no Rio de Janeiro, que passou a ser o maior estádio do mundo, significou a construção de um ideal coletivo: consolidar o Brasil em posição superior no mundo (SARMENTO, 2013, p. 87).

Mas, apesar de todo o favoritismo da seleção brasileira para a conquista do torneio, o Uruguai acabou sendo o campeão mundial, após derrotar o Brasil por 2 x 1, na grande final no Maracanã. Este episódio marcou a história do futebol brasileiro, pois se passou a acreditar na ideia de que os jogadores brasileiros não tinham condições físicas e psicológicas de disputar e vencer, sobretudo, dos europeus, vistos como superiores a nós. Seria a consolidação daquilo que o dramaturgo e cronista esportivo Nelson Rodrigues chamaria de “espírito de vira-lata”, que fazia o brasileiro sentir-se inferior ao restante do mundo.

Na década de 1950, após os fracassos da seleção brasileira nos mundiais de futebol, chegou-se à conclusão de que não bastavam somente a técnica e a pretensa disposição natural do brasileiro para a prática do futebol. Seria necessária também a utilização de métodos científicos na preparação dos jogadores. Porém, mesmo assim, podemos perceber uma inferiorização do jogador brasileiro em relação ao europeu. Uma visão preconceituosa, ainda

via a questão da miscigenação racial brasileira como um obstáculo. O negro era visto como alguém incapaz de entrar em uma disputa esportiva com um europeu, branco, bem constituído fisicamente, e preparado psicologicamente para enfrentar as adversidades do esporte (SARMENTO, 2013, p. 109). Um exemplo disto é que no início da vitoriosa campanha da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1958, Garrincha e Pelé não faziam parte do time titular, pois eram vistos como despreparados para enfrentar os europeus. Somente após o mal desempenho inicial do time no torneio, e com a pressão de alguns jogadores do elenco, os dois entram no time para não sair mais e serem decisivos na primeira conquista do Mundial pelo Brasil.

Os campeões mundiais de 1958 foram recebidos com enorme festa pelo povo brasileiro. Desfilaram pelas ruas da capital, o Rio de Janeiro, e foram recebidos pelo presidente Juscelino Kubistchek. Na época, o Brasil passava por um intenso processo de industrialização, baseado na entrada de grandes empresas internacionais, promovendo o consumo de bens duráveis por parte da população. A vitória da seleção brasileira representava a vitória de um ideal desenvolvimentista, que levaria o país a tornar-se uma grande potência econômica (SARMENTO, 2013, p. 116).

A conquista da Copa do Mundo de 1962, também foi utilizada politicamente. Desta vez, o presidente João Goulart recebeu os campeões. Desde o início do seu governo, o presidente enfrentava grande resistência de grupos de oposição. A sua posse envolveu uma grande negociação política. Receber os jogadores brasileiros campeões mundiais poderia ser a oportunidade de vender a imagem de uma país vencedor e voltado para o desenvolvimento político e econômico.

O golpe civil- militar de 1964, que depôs João Goulart, representou um forte ataque à democracia brasileira. Com o apoio de parte da sociedade civil, sobretudo do empresariado, e do governo dos Estados Unidos, os militares deram início a uma ditadura que duraria 21 anos, tornando-se uma das mais longevas no continente. O desrespeito aos Direitos Humanos caracterizou o regime militar brasileiro. Torturas, sequestros, assassinatos e outros crimes foram cometidos por agentes a serviço do Estado brasileiro. E o futebol, uma paixão nacional, não passou ileso à influência do regime autoritário, liderado pelos militares.

O futebol brasileiro passou por intensas transformações, durante a ditadura civil-militar. Os militares souberam capitalizar a popularidade do futebol. A conquista do tricampeonato mundial pela seleção brasileira, em 1970, foi uma oportunidade de celebração de uma país que crescia cada vez mais, conforme pregava a propaganda oficial do Governo. O general-presidente, Emilio Garrastazu Médici, que vendia a imagem de um apaixonado pelo futebol,

sempre presente aos estádios, com o seu rádio colado ao ouvido, recebeu os jogadores brasileiros no Palácio da Alvorada. Era a época do Milagre brasileiro, período em que a economia nacional, incrementada pela entrada de capital internacional, assistiu o crescimento industrial do país.

Nesse período, estádios foram construídos pelo país, por meio de investimentos do Estado. O campeonato brasileiro surgiu em 1971, e ao longo da década obedeceu aos interesses políticos do regime militar, aumentando enormemente o número de times e estados participantes. A Loteria Esportiva, criada também em 1971, foi uma iniciativa estatal voltada para a arrecadação de recursos para os clubes e para as federações esportivas. A CBD passou a sofrer intensa interferência do regime militar. A partir de 1975, o Almirante Heleno Nunes passou a presidir a entidade, interferindo na administração do futebol nacional e no planejamento da seleção brasileira.

Mas, se vemos no futebol uma expressão cultural do povo brasileiro, tão importante quanto a música e as outras expressões artísticas, devemos considerar que o futebol é também um espaço de resistência. Se durante o regime militar, o Estado tentou controlar e usar deste esporte como instrumento de propaganda, por outro lado, ele foi também um espaço de manifestações individuais e coletivas contra o regime militar. Isto ocorreu, seja na imprensa esportiva, que adquiriu uma importância maior dentro das redações dos jornais, seja por meio de movimentos organizados, como a Democracia Corinthiana, que contribuiu para reformular não só a relação entre jogadores e clube, mas também o envolvimento dos jogadores com a luta pelo retorno da democracia no Brasil.

Podemos ver então que o futebol tem grande importância como instrumento de estudo da História. No que diz respeito ao Brasil, o futebol reproduz as nossas principais mazelas e, ao mesmo tempo, representa parte da produção cultural brasileira. Apesar de nos últimos tempos, o futebol brasileiro não ser tão vitorioso, como já foi anteriormente, nossos jogadores, espalhados pelo mundo, ainda simbolizam a ideia de que o brasileiro é o principal representante daquilo que chamamos de “futebol-arte”, o futebol jogado com a alegria típica do povo brasileiro.

2.2: A seleção brasileira e o regime militar

Durante a vigência da ditadura civil-militar, entre 1964 e 1985, a seleção brasileira disputou cinco Copas do Mundo de futebol: 1966, 1970, 1974, 1978 e 1982. Ao estudarmos o regime militar, podemos perceber que este período não foi homogêneo, no que diz respeito ao cenário político. Isto, de certa forma, repercutiu na maneira como a participação da seleção

brasileira em cada um destes torneios foi instrumentalizada pelo governo. Afinal, se o futebol pode ser entendido como a expressão cultural de um povo, a Copa do Mundo é o palco onde as nações exibem o seu ideal de cidadão. É uma oportunidade para os países reafirmarem a sua identidade perante o resto do mundo (MAGALHÃES, 2014, p. 39).

A seleção brasileira, como já foi visto anteriormente, foi utilizada por vários governos como instrumento de propaganda. No entanto, a partir do momento em que o Brasil alcança o seu primeiro sucesso internacional, conquistando a Copa do Mundo de 1958, na Suécia, a seleção passa a representar um símbolo de vitória. O futebol poderia ser para o governo uma forma de diálogo com o povo, que não fosse pela via política. Isto se deu com a conquista da Copa do Mundo de 1962 e, sobretudo, durante o regime militar (MAGALHÃES, 2010, p. 63).

Após a conquista do bicampeonato mundial, no Chile, em 1962, o futebol brasileiro alcança o status de “futebol-arte”. Pelé se torna a principal referência esportiva do país. O time onde ele jogava, o Santos Futebol Clube, passa a excursionar por vários continentes, realizando amistosos. Nos anos de 1962 e 1963, o clube conquista o bicampeonato da Taça Libertadores da América e do Mundial Interclubes. Outro jogador de sucesso na época, Garrincha, do Botafogo de Futebol e Regatas, famoso por seus dribles, também ajuda o futebol brasileiro a alcançar um grande prestígio internacional. Assim, a Copa do Mundo seguinte, a ser disputada na Inglaterra, seria a chance de conquistar a taça Jules Rimet em definitivo¹⁸.

A preparação da seleção brasileira para a Copa de 1966 foi repleta de equívocos. O retorno do treinador Vicente Feola, campeão em 1958, não significou a certeza da vitória. Mais de 40 jogadores foram convocados para o início da preparação, sendo divididos em 4 times. Houve uma mudança na preparação física: Paulo Amaral foi substituído por Rudolf Hermann, preparador de Judô. A seleção fez um tour por diversas cidades do Brasil, pois muitos políticos desejavam capitalizar com o sucesso do time. Ainda na Inglaterra, jogadores foram cortados. Apesar da vitória sobre a Bulgária na estreia, duas derrotas nos jogos seguintes, contra Hungria e Portugal, selaram o destino da seleção brasileira, que terminou o torneio na 11ª colocação¹⁹. Foi uma trajetória catastrófica do time brasileiro.

Contudo, se na preparação para a Copa de 1966, a interferência do regime autoritário foi menos sensível, na seguinte, a ser realizada no México, em 1970, ocorreu o contrário. Podemos dizer, inclusive, que a Copa do Mundo de 1970, com a conquista do tricampeonato mundial pela seleção brasileira, foi o exemplo mais bem acabado da interferência do regime

¹⁸ A primeira seleção que conquistasse a taça três vezes, ficaria com ela em definitivo.

¹⁹ Ver <https://www.terra.com.br/esportes/futebol/copa-do-mundo/2010/1966-sonho-do-tri-se-transforma-em-vexame-historico,f2ead71d4e13d310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>. Acessado em 21/10/2020.

militar na esfera do futebol. Nas outras quatro Copas, ocorridas durante o período ditatorial, isto não ocorreu com tanta ênfase.

A Copa do Mundo é um momento de expressão do nacionalismo por meio do esporte. Desta forma, no período da ditadura civil-militar brasileira, em que os militares estavam no auge de seu combate aos seus opositores políticos, simbolizada pelos grupos que optaram pela luta armada, o uso da seleção brasileira para propaganda das benfeitorias do regime seria uma oportunidade imperdível. E como o torneio ocorreria fora do país, os militares não teriam que enfrentar críticas ao seu governo, pois o foco da cobertura jornalística estaria no time de futebol e não na situação política e social do país, como ocorreu com a ditadura militar argentina, durante o Mundial de 1978 (MAGALHÃES, 2012, p. 235).

Assim, a partir da desastrosa participação da seleção na Copa da Inglaterra, os militares decidiram intervir na organização do futebol brasileiro. Após a derrota, discutiu-se a possibilidade de instalação de um inquérito parlamentar para investigar as razões da fraca participação do Brasil no torneio. O empenho de membros do poder legislativo e dos militares define bem o ambiente de denunciamento reinante no país, naquela época. Em um cenário como este, o governo agia em uma perseguição obsessiva por culpados. Além disto, o Serviço Nacional de Informação (SNI) passou a acompanhar os passos de João Havelange, presidente da CBD. Para o SNI, o futebol era um importante elemento de representação nacional, podendo ter os mais distintos usos, interpretações e manipulações (SARMENTO, 2013, p. 134). Ou seja, para a ditadura civil-militar, o futebol tinha importância estratégica.

Em razão das pressões sofridas, João Havelange decidiu tomar algumas providências, tentando acalmar os ânimos. Formou uma comissão, a Comissão Seleccionadora Nacional (Cosena), composta por dirigentes de federações, representantes dos militares. O objetivo dela era escolher o treinador e a comissão técnica da seleção brasileira. Porém, a constante pressão feita pelos seus membros sobre a CBD, terminou por criar um ambiente desagregador. O primeiro técnico escolhido por este grupo foi Aymoré Moreira, em 1967, que tinha como incumbência principal descobrir jovens jogadores. Mas, mesmo com o prestígio de um campeão do mundo, o treinador não resistiu muito tempo no cargo, sendo demitido no ano seguinte (SARMENTO, 2013, pp. 134-137).

Além das questões políticas, a derrota da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1966 deixou em aberto uma outra questão: a evolução da preparação física das seleções europeias. E mesmo com a confusa preparação do time brasileiro para o torneio, ficou claro para os críticos que os europeus estariam a frente dos brasileiros, no que diz respeito não só à parte física, como

também à parte tática. Ou seja, a técnica apurada dos jogadores brasileiros não seria mais suficiente para vencer os jogos (SARMENTO, 2013, p. 132).

Esse atraso brasileiro em relação a questões das partes física e tática deveria ser superado com uma melhor preparação dos profissionais responsáveis. Assim, aliado a uma tradição de qualidade dos profissionais de Educação Física do Brasil, e à estrutura oferecida pelo Exército, os profissionais brasileiros compensaram a distância em relação aos europeus. João Havelange, com a ajuda de outros profissionais, elaborou o “Planejamento México”, que seria um conjunto de ações para enviar os preparadores físicos brasileiros ao exterior, tendo contato com novas técnicas, criando um planejamento técnico-científico para o selecionado nacional, objetivando a Copa do Mundo de 1970 (ROCHA, 2019, p.657).

No entanto, para tal empreendimento seria fundamental um grande investimento. Em um relatório anual da CBD, calculou-se que seriam necessários 9,5 milhões de cruzeiros novos para a realização do projeto. O socorro de verbais estatais não era bem visto pela presidência da entidade, pois uma derrota na Copa do Mundo de 1970 poderia servir de motivação para a implantação de um processo administrativo, nos moldes dos conhecidos Inquéritos Policiais Militares, os IPMs (ROCHA, 2019, p.657). Isto demonstra como João Havelange tinha a consciência do valor do futebol e da seleção brasileira para o regime militar, e do quanto poderia custar um insucesso na Copa.

Para que o “Planejamento México” obtivesse sucesso, foi solicitado o apoio de um dos maiores empresários do país: Walther Moreira Sales, que além de dono da União de Bancos Brasileiros (UBB), era também embaixador. Como a política econômica do regime militar favorecia os grandes bancos, durante a era do “Milagre brasileiro”, seus lucros eram enormes. E para o restante do empresariado nacional, o financiamento da campanha da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970 serviria como propaganda, pois visava demonstrar às classes subalternas que eles viviam e sentiam os problemas do país. Desta forma, tentavam criar um ambiente de união do povo brasileiro, onde não havia luta de classes e onde todos estavam unidos em torno do objetivo de construir um Brasil vitorioso (ROCHA, 2019, p. 662).

Outro ponto que demonstra a ligação entre os interesses do regime militar e a seleção brasileira é a questão da transmissão da Copa do Mundo de 1970. Pela primeira vez, o torneio seria transmitido ao vivo pela TV. Isto, para um governo autoritário, era visto um como um importante elemento para impulsionar a imagem do Estado brasileiro. Em um período econômico benéfico para o governo, como já foi dito antes, o poder de compra de parte da população melhorou. Com isto, o setor de eletrodomésticos cresceu, proporcionando o acesso da população a esses bens, sobretudo, os televisores. Mesmo que grande parte das transmissões

ainda fosse em preto em branco, como foi durante a Copa de 1970, a instalação de uma estrutura tecnológica que permitisse o televisionamento dos jogos foi utilizada pela ditadura civil-militar como uma propaganda para o governo, pois demonstrava o desenvolvimento do país e a possibilidade de aproximar o povo de sua seleção (MAGALHÃES, 2014, p.81).

Com a questão financeira acertada, o que permitiu aos preparadores físicos brasileiros irem ao exterior ter contato com técnicas avançadas de preparação física, faltava decidir quem seria o treinador. Após a saída de Aymoré Moreira, no fim de 1968, o presidente da CBD, João Havelange, por meio de uma manobra política, ofereceu o cargo de treinador da seleção brasileira ao jornalista João Saldanha. Irreverente e de personalidade forte, o novo treinador tinha pouquíssima experiência na função. Mas mesmo diante da resistência de parte dos militares, que compunham a Cosena, o nome de João Saldanha foi mantido e anunciado em 4 de fevereiro de 1969 (SARMENTO, 2013, p. 137).

O nome de João Saldanha envolvia outra questão, que poderia servir como um importante obstáculo: o jornalista era ligado ao Partido Comunista Brasileiro. Era também um defensor recorrente dos grupos de oposição ao regime militar. Foi investigado pelos órgãos de repressão por enviar correspondências ao exterior para denunciar o regime autoritário brasileiro. Além disto, após o assassinato de Carlos Marighella pelos agentes de repressão, seu amigo de longa data, no fim de 1969, Saldanha, durante a viagem para o sorteio dos grupos para a Copa do Mundo, em janeiro de 1970, montou um dossiê em que citava 3.000 presos políticos e outras centenas de presos e torturados pelo regime militar para ser entregue às autoridades estrangeiras²⁰.

Desde a sua estreia, em abril de 1969, Saldanha tentou impor uma ruptura em relação ao passado recente da seleção. Convocou novos jogadores, apelidados de “feras” por ele mesmo. Durante a sua administração, o treinador construiu uma grande autonomia, não admitindo interferências externas no seu trabalho. Os primeiros resultados foram extremamente satisfatórios, vencendo todos os nove jogos que disputou no ano de 1969. A última partida, disputada em 31 de agosto, no estádio do Maracanã, contra a seleção do Paraguai, garantiu a vaga do Brasil para o Mundial de 1970. Porém, poucos presenciaram a ríspida discussão entre o treinador brasileiro e o general Elói Menezes, no vestiário do estádio, que desejava aproveitar a celebração da vitória para pedir apoio ao presidente Costa e Silva, que havia sofrido um acidente vascular cerebral (SARMENTO, 2013, p. 138).

²⁰ Ver https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/01/deportes/1498862110_086687.html. Acessado em 22/10/2020.

Após a classificação para a Copa do Mundo, João Saldanha passou a enfrentar dificuldades no comando da seleção. Além da oposição dos militares, o treinador passou a enfrentar problemas dentro de campo. O principal deles, tinha relação com a maior estrela do futebol mundial: Pelé. Saldanha passou a questionar publicamente se o jogador estava enxergando direito. Resultados ruins em dois amistosos realizados no Brasil (uma derrota para o Atlético Mineiro e um empate com o Bangu), serviram para aumentar as críticas ao treinador. Assim, apesar dos esforços de João Havelange para mantê-lo, a pressão da imprensa e, sobretudo, dos militares, selou o destino de João Saldanha a frente da seleção nacional. O anúncio oficial da demissão do jornalista do cargo de treinador foi realizado em 18 de março de 1970 (SARMENTO, 2013, p.138).

João Saldanha foi substituído por Mario Jorge Lobo Zagallo. O ex-jogador, bicampeão mundial em 1958 e 1962, era mais palatável para os militares. Foi formada uma nova comissão técnica, responsável pela preparação física da seleção brasileira. Esta foi entregue a profissionais oriundos da Escola de Educação Física do Exército: Raul Carlesso e Cláudio Coutinho. Além deles, havia também outro profissional: Carlos Alberto Parreira. Eles traçaram um plano apoiado em novas técnicas, baseadas em estudos médicos e fisiológicos. A preparação física da seleção brasileira para a Copa do Mundo de 1970 chegou a ser elogiada em relatório da Unesco. No total, foram quase três meses de preparação para o Mundial de 1970, contando inclusive com atividades voltadas para enfrentar os efeitos da altitude do México (SARMENTO, 2013, p. 139).

A escolha por Zagallo para o cargo de técnico da seleção agradou os militares que faziam parte da delegação. Dentre eles, podemos citar o major-brigadeiro Jerônimo Bastos, vinculado à chefia do SNI, designado como chefe da delegação, e o major Ipiranga Guarany, responsável por organizar a segurança da delegação brasileira (SARMENTO, 2013, p. 139). No entanto, não devemos enxergar o trabalho do novo treinador pela perspectiva de uma continuidade do trabalho de João Saldanha, nem como submisso à vontade dos militares (apesar do treinador ter levado Dadá Maravilha, jogador responsável por rugas entre o ex-treinador e o presidente Emílio Garrastazu Médici, que pedia a sua convocação). Dentro de campo, ele alterou a estrutura tática do time, conseguindo unir jogadores que jogavam nas mesmas posições em seus clubes (como Gérson, Jairzinho, Rivelino, Tostão e Pelé) e modificando a posição de outros, como Piazza, deslocado para a zaga.

A trajetória vitoriosa da seleção no Mundial de 1970 é amplamente comemorada até os dias de hoje. O time venceu as seis partidas disputadas. Na final contra a Itália, vencida com um placar de 4x1, a seleção brasileira conquistou a taça Jules Rimet em definitivo. Pelé e os

demais jogadores foram incensados pela crítica como representantes do mais puro “futebol-arte”. Até hoje, o time ainda é considerado a melhor seleção de todos os tempos. Na volta para o Brasil, o time foi recebido por uma multidão nas ruas da capital do país, Brasília.

O investimento feito na preparação da seleção brasileira para a Copa do Mundo de 1970 tinha como principal motivação, além da vitória, a possibilidade de utilizá-la como propaganda pelo regime militar. Neste período, os confrontos entre o governo e os grupos que optaram pela luta armada, na oposição à ditadura, estavam no auge. No ano anterior, o embaixador norte-americano, Charles Elbrick, havia sido sequestrado por membros da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), em troca da libertação de militantes presos. A violência era o principal instrumento do Estado brasileiro para lidar com a oposição, além da censura aos órgãos de imprensa e ao meio cultural.

O órgão do governo militar, responsável pela sua propaganda era a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), criada em 15 de julho de 1968. O sucesso da seleção brasileira era uma oportunidade para estimular a ideia de união nacional. Demonstrava que a vitória do Brasil, no México, foi fruto da união dos jogadores. Como dizia a letra de uma marchinha que fez sucesso na época:

*Noventa milhões em ação
Pra frente Brasil, no meu coração
Todos juntos, vamos pra frente Brasil
Salve a seleção!!!
De repente é aquela corrente pra frente,
parece que todo o Brasil deu a mão!
Todos ligados na mesma emoção,
tudo é um só coração!
Todos juntos vamos pra frente Brasil!
Salve a seleção!*

Ou seja, era fundamental para o governo usar o futebol como um meio para estar mais próximo ao povo. A união nacional seria estimulada pelo esporte, um ambiente à parte da política. A vitória da seleção era uma vitória do grupo de jogadores. E a propaganda do governo, atrelada a conquista da Copa do Mundo, era uma forma também de humanizar o presidente Médici, que sempre demonstrava gostar de futebol, estando presente nos estádios (MAGALHÃES, 2012, p. 238). Inclusive, quando a seleção voltou ao Brasil, trazendo a taça

Jules Rimet, desfilando pelas ruas de Brasília, o presidente fez questão de registrar o momento em que levanta o troféu junto com o capitão do time, Carlos Alberto Torres²¹.

Mas, e a oposição? Como os membros dos grupos que lutavam contra a ditadura, viam a torcida pela seleção, durante a Copa do Mundo? Muitos estavam presos ou exilados. Porém, houve uma divisão dentro deste grupo. Enquanto parte deles, via o fato de torcer pela seleção brasileira como uma forma de contribuir para a propaganda da ditadura, outro grupo via o futebol como parte da cultura nacional, ou seja, torcer pelo futebol brasileiro seria uma forma de aproximação com o povo (MAGALHÃES, 2010, PP. 69-70).

Aproveitando a vitória brasileira na Copa de 1970, o sucesso econômico do regime militar nos primeiros anos da década e as comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil, a CBD contou com o apoio do governo federal para realizar a Taça Independência, em 1972. Apesar da ausência de Pelé, que havia se despedido da seleção no ano anterior, existia uma grande expectativa para a realização do torneio. Seriam convidadas todas as campeãs mundiais (Itália, Alemanha, Inglaterra e Uruguai), além de outras seleções. O objetivo era realizar uma “mini” Copa do Mundo.

Contudo, para o sucesso da competição seriam necessários investimentos. Qualquer torneio desta envergadura requer o mínimo de obras de infraestrutura, seja para a hospedagem das delegações, seja para os estádios. A realização da Taça Independência gerou uma comunhão de interesses entre o governo federal e os governos estaduais. Verbas foram liberadas com mais rapidez, auxiliando na realização de obras em estádios e de infraestrutura (ALMEIDA, 2013, p. 158).

O torneio foi disputado em onze sedes. Os jogos foram distribuídos pelo território nacional com o objetivo de promover a integração nacional. Os principais estádios utilizados foram: Maracanã, no Rio de Janeiro, o Mineirão, em Belo Horizonte, o Beira-rio, em Porto Alegre e o Rei Pelé, em Maceió. Todos eles, possuíam capacidade de público acima de 100 mil pessoas. As seleções foram distribuídas em quatro grupos, onde as cinco pré-classificadas (Brasil, Uruguai, União Soviética, Tchecoslováquia e Escócia) para a fase final, aguardariam as outras três seleções mais bem colocadas de cada grupo. Podemos observar que a distribuição dos jogos pelo território nacional obedeceu a critérios políticos. Questões técnicas foram deixadas de lado para que demandas políticas regionais fossem atendidas (ALMEIDA, 2013, p. 160).

²¹ Ver <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-06-07/a-selecao-que-presenteou-a-ditadura-com-uma-taca.html>. Acessado em 24/10/2020.

Os grandes veículos de comunicação tiveram um papel fundamental na promoção do Taça Independência. Grandes jornais como O Globo, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e o Jornal do Brasil ajudaram na criação de um cenário de euforia para a disputa do torneio (ALMEIDA, 2013, p. 159). A intenção do regime militar era fazer com que ela servisse como uma propaganda para o Brasil no exterior. Neste período, o país ainda vivia a euforia do “milagre econômico”, enquanto a perseguição aos grupos opositores recrudescia.

No entanto, mesmo com os investimentos e com toda a promoção feita para a competição, os organizadores enfrentaram problemas. As seleções campeãs mundiais convidadas não vieram. Alegando problemas de calendário, acabaram desistindo. O presidente da CBD, João Havelange, estava em franca campanha para assumir a presidência da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA). O torneio poderia ser visto como parte da campanha de Havelange. E isto também preocupava os militares, que não desejavam associar a realização do torneio com a imagem dele. Para os militares, a Taça Independência seria uma oportunidade para mostrar ao mundo a capacidade brasileira para organizar grandes eventos (ALMEIDA, 2013, p. 163).

Outro problema para a organização do torneio foi a questão dos ingressos. Como antes do torneio a procura não foi grande, João Havelange decidiu distribuir ingressos para os estudantes de escolas públicas. Essa ideia serviu para incrementar o público nos jogos iniciais. Contudo, muitos ingressos foram parar nas mãos de cambistas, irritando o governo. A polícia foi acionada para reprimir a venda dos ingressos dos estudantes, obrigados a se identificarem na entrada dos estádios (ALMEIDA, 2013, p. 167).

Mesmo com a ausência de Pelé, a seleção brasileira conseguiu vencer o torneio. Zagallo promoveu a entrada de jogadores mais jovens no time, como o goleiro Leão e o meia Paulo César Caju, que participaram da campanha no México, em 1970. Por outro lado, outros “medalhões”, como Gérson, Tostão, Rivelino e Jairzinho permaneceram. Se algumas atuações não fizeram jus ao time que encantou o mundo na Copa anterior, o rendimento foi suficiente para vencer o torneio, derrotando a seleção portuguesa na final, no Maracanã. O presidente-general Emílio Garrastazu Médici estava, obviamente, presente no estádio, entregando a taça ao time brasileiro, e ajudando a consolidar a imagem de um governante próximo ao povo, que gostava de futebol, torcendo com um rádio de pilha no ouvido, e “sofrendo” junto com todo o povo.

Nas Copas do Mundo seguintes, a atuação do selecionado nacional não sofreu tantas interferências como em 1970. No Mundial de 1974, a seleção comandada por Zagallo foi derrotada nas semifinais pela seleção da Holanda, o “carrossel holandês”. O ambiente político

no Brasil era um pouco diferente de 1970. A oposição armada havia sido desbaratada. Ernesto Geisel substituiu Médici na presidência, com a intenção de promover uma distensão política controlada. No exterior, as denúncias contra o Estado brasileiro, por torturas e desaparecimentos, cresciam. Além disto, o “milagre econômico” vinha perdendo força. O futebol não poderia mais esconder as mazelas do país. Porém, continuou sob o controle dos militares.

Em 1974, após a Copa do Mundo, João Havelange conseguiu ser eleito para a presidência da FIFA. No seu lugar, na CBD, em 1975, o Almirante Heleno Nunes assumiu a presidência da entidade. Para dirigir a seleção brasileira na Copa de 1978, na Argentina, então governada também por uma ditadura militar, foi escolhido um dos componentes da ala militar da comissão técnica brasileira, de 1970: Cláudio Coutinho. Ou seja, os militares continuariam interferindo no futebol.

Para a Argentina, a Copa do Mundo de 1978 seria uma oportunidade de demonstrar a capacidade do seu povo para organizar grandes eventos. Porém, o ambiente externo não era dos mais favoráveis aos militares argentinos. O presidente dos Estados Unidos, Jimi Carter, chegou ao poder com um discurso de defesa dos Direitos Humanos. As denúncias de violações destes, pelas ditaduras sul-americanas (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai), cresciam cada vez mais. Assim, ao mesmo tempo que a realização do Mundial seria uma chance para o regime militar argentino ressaltar o espírito de unidade do seu povo (MAGALHÃES, 2014, p.74), era também um problema, pois a presença das delegações estrangeiras e de jornalistas de várias partes do mundo representava uma chance de denunciar os crimes cometidos pelo Estado.

Para esta Copa, em relação à anterior, o elenco da seleção brasileira foi bastante modificado. Do time campeão em 1970, só restavam Leão e Rivelino. Novos nomes de destaque no cenário nacional despontavam. Mas, vamos destacar aqui dois jogadores: Reinaldo e Zico, do Clube Atlético Mineiro e do Clube de Regatas do Flamengo, respectivamente. Estes dois jogadores foram dois exemplos claros da interferência do regime militar na seleção brasileira.

Os dois jogadores, em sua trajetória profissional, sofreram com os desígnios dos militares. Nando, irmão de Zico, era estudante de filosofia e decidiu entrar como voluntário para o Plano Nacional de Educação (projeto organizado por movimentos sociais e pela Igreja católica, que tinha como objetivo alfabetizar 5 milhões de pessoas em 2 anos), em 1963. Com o golpe militar de 1964, o projeto foi extinto e seus participantes, entre eles, Nando, foram considerados subversivos. Isso acabou prejudicando também a sua carreira como jogador de futebol, encerrada prematuramente quatro anos depois. Seus irmãos, Edu e Zico, acabaram por sofrer as consequências. A família acredita que a não convocação de Edu para a Copa do Mundo

de 1970 e a não convocação de Zico para os Jogos Olímpicos de Munique, em 1972, tenha tido relação com a perseguição a Nando, estendida a toda a família (PEINADO, 2017, p. 143).

Reinaldo também sofreu com as perseguições do regime militar. Artilheiro do campeonato brasileiro de 1977, quando obteve um recorde de gols (27), o qual durou vinte anos, costumava comemorar os seus gols com um braço levantado e o punho fechado, gesto semelhante aos Pantera Negras, movimento político que lutava contra o racismo, nos EUA. Em 1978, o jogador concedeu uma entrevista ao jornal Movimento, um jornal alternativo e de oposição ao governo, criticando o regime militar, e defendendo a anistia e a democracia. Antes da partida para a Argentina, a seleção participou de um evento, onde o jogador passou por uma desagradável situação ao ser confrontado pelo presidente Geisel, em pessoa. Ele foi levado a uma sala, onde foi advertido pelo ditador brasileiro de que deveria se preocupar “apenas” em jogar futebol (PEINADO, 2017, p. 145).

Durante o Mundial, tanto Zico, como Reinaldo, que começaram como titulares, chegando a marcar gols, foram substituídos. Segundo Reinaldo, o Almirante Heleno Nunes teria exigido que ele fosse sacado do time titular, assim como Zico. Os dois não jogaram mais nenhuma partida inteira do Mundial. Reinaldo, inclusive, continuou sendo perseguido por membros da imprensa, que tentavam manchar a sua imagem (PEINADO, 2017, pp. 145-146).

Para a Copa do Mundo seguinte, a ser disputada na Espanha, em 1982, o cenário político, econômico e social do Brasil seria bem diferente. A era do “milagre econômico” tinha ficado para trás. O país convivia com uma inflação galopante. As políticas econômicas dos governos Geisel e Figueiredo não conseguiram resolver a situação. A década de 1970 foi marcada por uma intensa mecanização do campo brasileiro, parte integrantes dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (os PNDs), do regime militar. As grandes cidades brasileiras passaram por um intenso processo de crescimento demográfico, refletidos na expansão de suas regiões periféricas, gerando ainda mais desemprego e pobreza. Assim, à falta de liberdades de democráticas somava-se um ambiente de arrocho salarial e desemprego (FRAGA, 2011, p. 13). Por outro lado, a abertura política avançava. Neste mesmo ano, seriam realizadas as primeiras eleições diretas para os governos estaduais, desde 1965²².

A nova seleção não contava mais com os jogadores campeões em 1970, a maioria já havia se aposentando, inclusive o próprio Pelé. Agora, jogadores como Zico, Sócrates, Falcão e outros, eram a esperança para que o Brasil voltasse a conquistar um Mundial. O comando da

²² Ver <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,o-brasil-volta-as-urnas,7277,0.htm>. Acessado em 22/11/2020.

seleção brasileira estava nas mãos do treinador Telê Santana. E o primeiro grande teste desta seleção seria o Mundialito, no Uruguai, em 1981. Este torneio tinha como objetivo celebrar os 50 anos da disputa da primeira Copa do Mundo, no mesmo país.

O Uruguai, naquela época, era uma ditadura militar, assim como o Brasil. Para o governo uruguaio, a vitória no Mundialito também era vista como uma forma de unir o povo uruguaio e demonstrar as benesses de seu regime militar. Muitos opositores estavam presos. Durante a realização do torneio, um episódio marcou a relação entre as ditaduras uruguaia e a brasileira. O cientista uruguaio Claudio Benech, preso pela ditadura, conseguiu uma licença para visitar a família, durante as comemorações do Ano Novo. Cláudio aproveitou o breve momento de liberdade para fugir, entrando no Brasil pela fronteira com o Rio Grande do Sul. Tivesse este episódio ocorrido 10 anos antes, a imprensa brasileira haveria tratado Benech como um possível terrorista. No entanto, em outro ambiente, como nos anos 1980, ele foi tratado como um refugiado, com a imprensa pressionando o governo brasileiro para resgatar a sua família, presa no Uruguai (FRAGA, 2011, pp. 15-16).

Para a seleção brasileira, o Mundialito era uma preparação para o Mundial do ano seguinte. E para a imprensa brasileira, era uma forma do seu povo encontrar um desafogo diante da péssima situação econômica do país (FRAGA, 2011, p.2). Mesmo com a derrota na final do torneio para os donos da casa, a seleção brasileira chegou à Espanha como uma das favoritas, em razão da excursão feita pela Europa, meses antes da Copa. Venceu a França, a Inglaterra e a Alemanha. No início da Copa do Mundo, com um futebol exuberante, o time brasileiro foi muito elogiado e era apontado como o principal favorito ao título. Porém, na segunda fase, após vencer a atual campeã, a Argentina, o Brasil foi derrotado pela Itália, na conhecida “Tragédia do Sarriá”. Até hoje, o time brasileiro é decantado como sinônimo de futebol-arte, mas a derrota da seleção foi mais um trauma para um país mergulhado em uma grave crise econômica e governado por uma ditadura.

Mesmo assim, na Copa do Mundo de 1982, um outro jogador contestador seria destaque: o “Doutor” Sócrates. A alcunha vinha do fato do jogador conseguir estudar Medicina e se formar, em um meio onde os jogadores têm pouquíssimos estímulos para estudar. Além disto, era um dos principais líderes do movimento conhecido como a Democracia Corinthiana, que exigia uma participação maior dos jogadores e dos funcionários nas decisões tomadas pelo clube. Neste período, governado pelo general João Baptista Figueiredo, o Brasil já começava a experimentar os ventos da mudança, com as manifestações contra a ditadura ganhando cada vez mais corpo. O ambiente de esperança, porém, foi quebrado pela derrota da seleção para a

Itália, e pela derrota da campanha das Diretas Já, em 1984, que contou com a participação importantíssima do “Doutor”.

2.3: A criação do Campeonato Brasileiro de Futebol: o futebol sob controle dos militares

A seleção brasileira não foi o único alvo da ditadura civil militar. A organização do futebol também era um alvo do regime militar. Os clubes de futebol, com suas enormes torcidas, são capazes de mobilizar multidões. A identificação de um torcedor com o seu “time de coração” é capaz de gerar não só uma explosão de sentimentos, mas também, de movimentar grandes somas de dinheiro, por meio da aquisição de produtos ligados aos clubes. Por isto, para um Estado autoritário era fundamental ter o controle sobre uma prática social e cultural, mobilizadora de elementos essenciais para o nacionalismo estatal.

Até a década de 1950, o futebol brasileiro contava apenas com torneios regionais. Os campeonatos estaduais ocupavam grande parte do calendário nacional. Não havia competições de âmbito nacional. Quando não estavam envolvidos nestes torneios, os clubes brasileiros aproveitavam para realizar excursões no exterior, com o objetivo de arrecadar maiores recursos, necessários para realizar os pagamentos de seus jogadores. Nesta época, não havia o patrocínio de grandes empresas e a transmissão dos jogos se dava pelo rádio. Os grandes investimentos que vemos hoje, não existiam naquela época. Além disto, havia um outro obstáculo que era a grande extensão territorial do Brasil. Como custear as viagens das delegações para jogos em todo o território nacional?

Os interesses regionais de cada liga prejudicaram o desenvolvimento de uma liga nacional. Cada uma delas, tinha o seu próprio projeto político para o futebol local e estas diferenças acabaram atrasando muito a integração nacional do futebol brasileiro (SCHATZ, ESPÍNDOLA, 2016, p. 305). Além disto, os dois grandes polos do futebol nacional, São Paulo e Rio de Janeiro, estavam envolvidos em uma disputa por hegemonia política, o que acabava por prejudicar a organização e o desenvolvimento de uma liga nacional.

Uma das primeiras tentativas de implantação de um campeonato de dimensões nacionais foi a disputa entre as seleções estaduais. O torneio, realizado entre 1923 e 1962, reunia seleções de todos os estados do país (SCHATZ, ESPÍNDOLA, 2016, pp. 305-306). Contudo, a competição não serviu como impulsionadora para a criação de um campeonato nacional.

Outro torneio que envolvia times de diferentes estados do Brasil foi o Torneio Rio-São Paulo. Disputado entre clubes das duas principais cidades do país, serviu de laboratório para a criação de um campeonato de âmbito nacional. A primeira edição foi disputada em 1933. A

segunda edição ocorre somente em 1950, tornando-se anual a partir daí. A disputa entre os clubes das duas cidades durou até 1966, quando o torneio passou a incluir times de outros estados e passou a ser conhecido como Torneio Roberto Gomes Pedrosa²³.

Em 1959, foi disputada a primeira Taça Brasil de futebol. Ela reuniu os campeões estaduais e era disputada no sistema eliminatório, com jogos de ida e volta. A primeira edição foi vencida pelo Esporte Clube Bahia. O maior campeão foi o Santos de Pelé que venceu o torneio entre os anos de 1961 e 1965. Foi disputada até ano de 1968, com a última edição sendo vencida pelo Botafogo. Contudo, o mais importante, foi demonstrar a possibilidade de realização de um campeonato nacional, pois poderia auxiliar a seleção brasileira na identificação de jovens talentos por todo o território nacional.

O fracasso da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1966, fez com que a CBD percebesse a importância de uma maior organização do futebol brasileiro. Aproveitando-se do sucesso da Taça Brasil, a CBD decidiu criar o Torneio Roberto Gomes Pedrosa, que previa a participação dos campeões estaduais e de outras equipes convidadas. Os clubes envolvidos foram aqueles que disputavam o Torneio Rio-São Paulo e equipes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. O Palmeiras foi o primeiro vencedor do torneio. Como o sucesso desta primeira edição foi grande, a CBD decidiu instituir a Taça de Prata para premiar o campeão do torneio. Em 1970, com a ampliação do torneio, os clubes do Nordeste foram incluídos e puderam participar de sua última edição, em 1970. O campeão, o Fluminense, foi indicado como representante do Brasil na Taça Libertadores da América (SARMENTO, 2013, p. 133).

Como já foi dito aqui, para o regime militar o futebol tinha uma importância estratégica. O esporte fazia parte do projeto da ditadura civil-militar para fomentar a ideia de união nacional, fundamental para o desenvolvimento do país. E neste projeto nacional dos militares, herdado dos projetos da Escola Superior de Guerra (ESG), um ponto era primordial: a integração nacional. Embora esse projeto tenha feito parte das políticas nacionais de outros governos (como Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek, por exemplo), o território brasileiro, com suas dimensões continentais, sempre foi visto pelos militares como estratégico, sobretudo, o interior, que possuía uma ocupação dispersa. Assim, o futebol, com a criação de uma competição nacional, cumpriria o seu papel no projeto de integração nacional do país (SCHATZ, ESPÍNDOLA, 2016, pp. 311-316).

²³ Ver <https://www.netvasco.com.br/mauoprais/futbr/camprsp.html>. Acessado em 29/10/2020. O torneio Rio-São Paulo voltou a ser disputado em 1993 (entre 1994 e 1996 não houve disputa), tendo a sua última edição ocorrido em 2002.

Desde o início da ditadura civil militar, os militares tinham como objetivo ter o controle do futebol. O fracasso da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1966 ajudou bastante na consolidação deste projeto. Mesmo com a permanência de João Havelange na presidência da CBD, os militares passaram a controlar os movimentos da entidade. E isso só aumentou com o sucesso da seleção brasileira no Mundial de 1970, quando os militares conseguiram impedir a manutenção de João Saldanha no cargo de treinador e interferiram na formação da comissão técnica seguinte. A partir daí, eles passaram a ocupar cargos estratégicos nas federações estaduais. Podemos citar como exemplos: o coronel José Guilherme, na federação mineira, e os generais Oldenor Maior e Rubem Moreira, nas federações cearense e pernambucana, respectivamente (SCHATZ, ESPÍNDOLA, 2016, p. 317).

Em 1971, foi criado então o primeiro campeonato brasileiro de futebol. Nesta primeira edição, participaram clubes do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará, Paraná e Pernambuco. Podemos observar na distribuição das vagas que nenhum clube das regiões Centro-Oeste e Norte foi contemplado. Isso refletiu a disparidade regional brasileira, concentrando as vagas na região Sul-Sudeste, com poucas vagas para o Nordeste. Ou seja, mesmo com o objetivo de modernizar o futebol brasileiro, pretendida pelos organizadores do campeonato, a sua organização reproduziu a disparidade econômica do país, o que pode ser percebido até hoje quando observamos a distribuição dos títulos da competição.

Mesmo de fora da competição, alguns clubes organizaram uma competição paralela ao campeonato brasileiro. O Goiás, junto com outras equipes excluídas do certame nacional, organizou o Torneio de Integração Nacional. A Federação Goiana de futebol foi a responsável pela organização do torneio. Tanto no campeonato brasileiro, quanto neste torneio, podemos observar um objetivo comum: fomentar a integração nacional (SCHATZ, ESPÍNDOLA, 2016, p. 318).

Porém, a organização de uma competição do porte do campeonato brasileiro impunha uma questão importante: os custos da sua realização. Como já foi dito aqui, a grande extensão territorial do Brasil sempre foi vista como um obstáculo à existência de competições de âmbito nacional. Na década de 1970, já podemos observar o surgimento de um modelo capitalista na organização do futebol. Os patrocinadores passam a exercer um papel fundamental na obtenção de renda para os clubes. Além disto, a imposição de um futebol mais afeito ao melhor preparo físico fez com que a Ciência passasse a ter um papel fundamental na preparação dos jogadores. Porém, no que diz respeito a estes fatores, frente ao futebol europeu, o Brasil ainda engatinhava.

Em 1970, com a intenção de auxiliar os clubes e a CBD na obtenção de rendas para viagens e hospedagens das delegações, o governo brasileiro criou a Loteria Esportiva

(SANTOS, 2015, p. 131). Aproveitando-se da popularidade do esporte, o jogo mexia com a imaginação das pessoas, já que além de poderem dar os seus palpites nas partidas de seus times de coração, tinham também a esperança de ganhar um prêmio em dinheiro. Outro fator que ajudou na popularização da Loteria Esportiva foi a publicidade feita pela mídia. A Revista Placar, surgida no mesmo ano, criou uma seção dentro da revista que dava uma ajuda aos apostadores, fazendo uma análise de cada confronto e dando dicas sobre qual seria a melhor aposta. O programa dominical, Fantástico, da Rede Globo de Televisão, também ajudou muito na popularização da loteria, sobretudo, com o famoso “quadro da zebrinha”, que à noite dava o resultado dos jogos²⁴.

O aumento da popularidade do futebol junto à população foi benéfico não só para o regime militar. Os meios de comunicação também tinham a ganhar com o crescimento do campeonato brasileiro. Até a década de 1960, as editorias de esporte não existiam nos jornais brasileiros. A cobertura dos esportes, sobretudo do futebol, tinha pouco espaço nos jornais. É claro que havia periódicos, como o Jornal dos Sports, voltados exclusivamente para a cobertura esportiva. Mas, dentro das redações, os esportes tinham um espaço bem menor do que as coberturas dos meios político e econômico. Isso só veio a se modificar com a consolidação do campeonato brasileiro, ao longo da década de 1970, o que mudou também a dinâmica dentro das redações dos jornais, com o surgimento das editorias de esporte (SANTOS, 2015, p. 137).

A primeira edição do campeonato brasileiro, de 1971, ocorreu entre os dias 7 de agosto e 19 de dezembro. Vinte clubes disputaram o certame nacional. Na primeira fase, os clubes foram divididos em 2 grupos. Os seis mais bem colocados de cada grupo disputaram a segunda fase, em que os 12 clubes restantes foram divididos em três grupos. O primeiro colocado de cada grupo disputaria um triangular final. Os três clubes que decidiram a primeira edição do campeonato brasileiro foram: Botafogo, São Paulo e Atlético Mineiro. E no dia 19 de dezembro, em pleno Maracanã, com uma vitória por 1x0 sobre o Botafogo, o Atlético Mineiro se tornou o primeiro campeão brasileiro.

A primeira edição do campeonato brasileiro não teve uma grande cobertura da imprensa, pelo menos desde o início da competição. Quando ele começou, em agosto de 1971, alguns campeonatos estaduais ainda não haviam terminado. Para os clubes, durante um bom tempo, os campeonatos estaduais ainda tiveram uma grande importância. A possibilidade de conquista de um título brasileiro e de uma vaga na Taça Libertadores da América ainda não era uma obsessão

²⁴ Ver <https://trivela.com.br/da-criacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/>. Acessado em 29/10/2020.

como nos dias de hoje. Contudo, com o andamento da competição e com a aproximação das fases finais, a cobertura da imprensa foi intensificada.

Nas edições posteriores do campeonato brasileiro, podemos observar a íntima relação entre os interesses do regime militar e da política regional. O número de clubes participantes cresce gradativamente. A exposição dos clubes e de suas cidades com o incremento da competição, passa a interessar prefeitos, governadores, deputados etc. que desejavam expor seus municípios e, conseqüentemente, receber dividendos políticos por isto. Porém, para receberem os jogos do campeonato brasileiro seria necessária toda uma infraestrutura para hospedar as equipes, sobretudo, os grandes clubes que atraíam multidões aos estádios.

Para a construção da infraestrutura necessária foi fundamental o investimento do Estado. Para os militares, era uma forma de dar prosseguimento a política de integração nacional, realizando grandes obras por todo o país. Demonstrava o grande desenvolvimento econômico, proporcionado pelo regime militar. Para as cidades que estavam fora do eixo Sul-Sudeste, a busca por um espaço no Campeonato Brasileiro de Futebol passa a ser um esforço para afirmação política e regional. Isto demonstra que o futebol era visto pelos políticos, principalmente a partir do século XX, como um importante meio de angariar popularidade. A análise de jornais de praças esportivas, fora do eixo Sul-Sudeste, nos permite ver que o futebol foi utilizado como meio de fixar imagens e caracterizar o povo brasileiro (SANTOS, 2015, p. 134).

A inclusão de novos clubes no campeonato brasileiro, ao longo da década de 1970, obedeceu a uma lógica estratégica. Se na primeira edição do certame nacional, os clubes do Sudeste e do Sul contavam com um maior número de participantes, descortinando a desigualdade regional econômica brasileira, nas edições posteriores a situação começa a ficar um pouco mais equilibrada. Os clubes do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste (este, um pouco menos) passam a contar com um número maior de representantes no campeonato. Isto pode ser traduzido como um reconhecimento da importância estratégica destes estados, ainda mais em um contexto político, no qual a partir de 1974, o governo Geisel necessitava de apoio no Legislativo Nacional para implantar o seu projeto de distensão política (SANTOS, 2015, p. 145). Os principais beneficiados por esta troca eram, com certeza, os políticos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio à ditadura civil militar.

No entanto, não foram somente os políticos aliados do governo que lucraram politicamente com o crescimento do campeonato brasileiro. Muitos prefeitos de cidades do interior do Brasil eram do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido de oposição até 1979. Eles também requeriam uma maior atenção para os seus municípios. Além

deles, os deputados do MDB também necessitavam de maior visibilidade política, se desejavam manter os seus cargos políticos nas eleições seguintes. Por isto, muitos deles apoiaram os prefeitos que exigiam vagas para os seus clubes no campeonato brasileiro e mais verbas para obras de infraestrutura e para a construção de estádios (SANTOS, 2015, p. 157).

O projeto de abertura política pretendido pela dupla Geisel/Golbery impunha um rígido controle sobre todo o seu processo. Os dois sabiam que este projeto não poderia ser implantado de forma abrupta, pois a resistência dentro das Forças Armadas era muito grande. O grupo mais reacionário, que legitimava os métodos de tortura e desaparecimento de opositores ao regime militar, não seria um obstáculo simples de ser transposto. E mesmo sendo favoráveis a um distensionamento do regime militar, os dois eram conservadores, ou seja, não iriam admitir uma ruptura brusca da condução política do país. Um exemplo disto foi o projeto de anistia, que surgiu como um movimento da sociedade, mas que só foi alcançado em 1979, com o retorno dos exilados políticos. Assim, para conquistar apoio político para o projeto de abertura era necessário negociar.

Uma das moedas de troca do governo para negociar com a classe política seria, justamente, o futebol. O aumento do número de vagas para clubes das várias regiões do país e as obras de infraestrutura (incluindo os estádios) foram objeto de negociação entre o governo federal e a classe política. Mas, para que todo o processo ficasse sob o controle do presidente Geisel seria necessário ter o controle da entidade que controlava o futebol brasileiro: a CBD. Com a saída de João Havelange, que em 1974 tornou-se presidente da FIFA, o caminho ficou aberto para que os militares indicassem alguém do seu interesse. Em 10 de janeiro de 1975, o Almirante Heleno Nunes de Barros assumiu a presidência da CBD. Em sua administração, a entidade esportiva passa por um intenso processo de militarização, com a ocupação de cargos importantes por militares (SANTOS, 2015, pp. 160-161).

A militarização do futebol brasileiro foi um processo, como já visto aqui, iniciado ainda no final da década de 1960. A experiência vitoriosa com a seleção brasileira, na Copa do Mundo de 1970, serviu para demonstrar aos militares que poderiam lucrar politicamente com o futebol. A criação do campeonato brasileiro fez parte de um projeto maior da ditadura civil militar, que ao derrotar a resistência política armada ao regime, na primeira metade da década de 1970, necessitava reforçar um projeto ideológico que demonstrasse uma nação unida, voltada para o desenvolvimento político e econômico. E o futebol com toda a sua capacidade de mobilização de sentimentos era um elemento primordial.

No entanto, a adição de mais e mais clubes na disputa do campeonato brasileiro, serviu para atrair críticas ao projeto. Mais clubes significavam mais jogos. Mais jogos tinham como

consequência a necessidade de mais datas nos calendários dos clubes e mais gastos com viagens e hospedagens. A renda obtida pela Loteria Esportiva não era suficiente para cobrir estes gastos crescentes. Os clubes do Sudeste e do Sul, que conseguiam lucrar mais com a arrecadação das bilheterias dos estádios (ainda mais quando iam jogar no interior do país, recebendo bolsas de organizadores dos jogos) continuavam em vantagem em relação aos clubes de outras regiões mais pobres. Estes fatores foram suficientes para o surgimento de críticas à condução do futebol brasileiro. E neste contexto, a imprensa teve um papel fundamental.

O crescimento das editorias de esporte fez com que a exigência por um futebol mais organizado e afinado com questões mais próximas a realidade do futebol europeu, como o patrocínio de empresas e a organização do calendário, passassem a fazer parte do discurso da imprensa esportiva nacional (SANTOS, 2015, p. 109). E destas críticas, já podemos perceber o surgimento de uma contestação não somente à entidade que controlava o futebol brasileiro, a CBD, mas também ao regime militar, pois a entidade era presidida por um almirante. O futebol passa a se tornar também um espaço de resistência à ditadura. E esta crítica veio não apenas da imprensa. Vamos começar a assistir, no início dos anos 1980, ao surgimento de um movimento de jogadores de futebol, que contesta não somente as decisões dentro do clube, mas também a própria condução política do país.

2.4: Futebol: espaço de resistência

O futebol, como vimos até aqui, não é um universo a parte da sociedade. Mesmo que possamos considerá-lo uma prática, acima de tudo, esportiva, ele carrega simbolismos que possuem uma importância política e social muito grande. Milhares de crianças e jovens, em todo o mundo, veem no futebol uma possibilidade de ascensão social. Em um país como o Brasil, onde a desigualdade social é brutal, isso fica ainda mais evidente. Muitas vezes, aqueles que conseguem chegar a um clube, ainda nas divisões de base, terminam por não conseguir concluir os seus estudos. Poucos alcançam o profissionalismo. Uma parcela menor ainda, consegue receber grandes salários. De uma forma geral, os jogadores não possuem muitos anos de estudo. Assim, pensando no tema desta dissertação, nos cabe perguntar: podemos dizer que o jogador de futebol brasileiro é um alienado político?

Assim como outros grupos profissionais, o trabalho do jogador de futebol é assalariado. Como em toda profissão, os jogadores de futebol possuem uma ética profissional. Assinam contratos de trabalho com os clubes, participam de campanhas de marketing, devem respeitar os patrocinadores e devem possuir uma relação amistosa com a imprensa. Nos dias de hoje, as redes sociais assumem um papel fundamental na vida do jogador. Muitos deles expõem as suas

vidas privadas e se comunicam com os torcedores por meio da internet. Por outro lado, em momentos de crise nos clubes, os jogadores sofrem com a pressão da imprensa e, sobretudo, dos torcedores.

Desta forma, se a vida de qualquer outro trabalhador é afetada por questões políticas e econômicas, por que isso não ocorreria com o jogador de futebol? Durante a ditadura civil militar, milhares de trabalhadores tiveram as suas vidas viradas do avesso. Muitos perderam os seus postos em empresas públicas, por terem aderido à luta contra a ditadura, assim como estudantes tiveram a sua vida acadêmica interrompida, em razão de prisões e exílios. Milhares de outros trabalhadores tiveram as suas vidas afetadas por políticas econômicas que redundaram em arrocho salarial, inflação e desigualdade social, ao longo de todo o regime militar. E os jogadores de futebol, que fazem parte deste universo, também sofreram com o autoritarismo dos militares.

O futebol é um meio profissional que retrata de forma clara a sociedade brasileira. A grande maioria dos jogadores são de origem humilde, buscando uma oportunidade de uma vida melhor. Muitos dos jovens que conseguem vaga nas divisões de base dos grandes clubes, são oriundos de outras cidades, tendo que abandonar as suas famílias, e se mudar para grandes cidades. São poucos os clubes que oferecem a estes jovens a possibilidade de prosseguir nos estudos, obtendo uma formação escolar básica²⁵. Além disto, em sua maioria, são jovens negros, que acabam por sofrer com o estigma de que só podem exercer com sucesso a função de jogador.

Uma das questões mais constantes na vida dos jogadores é o controle sobre a sua vida profissional. Eles treinam em meio período (manhã ou tarde) ou em período integral. São obrigados a manter uma dieta rigorosa para não perderem a sua forma física. E além disto, para que não percam o foco nas partidas, são obrigados a frequentar as concentrações, onde são reunidos em um lugar, geralmente um hotel, por 24 horas ou mais antes dos jogos. Muitas vezes também, os jogadores não participam de decisões importantes dentro dos clubes, como, por exemplo, sobre a contratação de um jogador ou de um novo treinador. Ou seja, o jogador de futebol é um indivíduo tutelado, desde a sua formação no amadorismo até o profissionalismo.

Ao longo do período em que país esteve mergulhado em uma ditadura militar sufocante e violenta, o futebol também foi espaço de contestação. Se os militares conseguiram obter o controle da entidade máxima do futebol brasileiro, a CBD (CBF a partir de 1979), por outro

²⁵ Ver <https://universidadedofutebol.com.br/relatorio-educacao-e-as-categorias-de-base/>. Acessado em 02/11/2020.

lado, o espaço de exposição proporcionado pelo futebol permitia que alguns fizessem uso dela para contestar o regime militar. Já citamos aqui, o exemplo do jornalista João Saldanha, que possuía ligações com o Partido Comunista Brasileiro, era investigado pelos órgãos de repressão, mas que mesmo assim foi escolhido para conduzir a seleção brasileira. Contudo, apesar dos resultados positivos, a sua postura independente, muitas vezes confrontando os militares, acabou por selar o seu destino, sendo dispensado da função de treinador meses antes da Copa do Mundo de 1970.

Um outro exemplo, bastante conhecido, é do ex-jogador Afonsinho. Em 1968, ele era um dos destaques do time do Botafogo, campeão da Taça de Brasil daquele ano. Com apenas 21 anos era o capitão do time campeão nacional. Com a saída de Gérson para o São Paulo, herdou a camisa 8 do time, sendo cotado para estar entre os convocados para o Mundial de 1970, no México. Contudo, ele tinha uma trajetória pessoal diferente da enorme maioria dos jogadores de futebol. Desde 1965, alternava entre o futebol e os estudos de Medicina. Hospedava em sua casa um menino de 4 anos, morador de rua. Participava de reuniões com militantes de esquerda e de manifestações de rua, consideradas atos de subversão pelos militares. Na sua ficha, elaborada pelos órgãos de repressão, era descrito como “comunista de carteirinha” (PEINADO, 2017, p. 146).

Em 1970, Afonsinho foi emprestado ao Olaria Atlético Clube, após entrar em conflito com o técnico do Botafogo, o tricampeão mundial, Mário Jorge Lobo Zagallo. Na época, um dirigente botafoguense, Xisto Toniato, vice-presidente de futebol, havia decidido que não queria mais no clube, jogadores que estudassem. Neste mesmo ano, o clube fez uma excursão pela França, e o jogador decidiu permanecer por um tempo maior no país europeu. Queria conhecer melhor Paris, e ter contato com o meio estudantil local. Quando retornou ao Brasil, foi confrontado por Zagallo, que não aprovava a sua aparência (tinha cabelos longos e barba). Como não concordou com as exigências do treinador foi afastado pelo clube, impossibilitado de treinar e de jogar. Para o ex-jogador, as críticas a sua aparência eram apenas um subterfúgio para puni-lo pelo seu posicionamento político (PEINADO, 2017, p. 147).

Afonsinho recebeu muitas propostas. A melhor delas foi do Santos, time de Pelé. A oportunidade de jogar com o “Rei do futebol” era imperdível. Porém, a diretoria do Botafogo decidiu dificultar a vida do jogador, não aceitando negociá-lo com nenhum clube. Desta forma, Afonsinho decidiu lutar contra o autoritarismo reinante no futebol brasileiro. Com o auxílio de dois amigos advogados, entra com uma ação no Supremo Tribunal de Justiça Desportiva para obter o passe-livre. Com isto, teria independência para negociar com outros clubes. Após um ano de luta jurídica, o jogador conseguiu sair vitorioso. Obteve o passe-livre e assinou contrato

com o time de Pelé. O “Rei” chegou a dizer que Afonsinho era o único jogador livre no Brasil (PEINADO, 2017, p. 148).

Mesmo com a vitória judicial, obtendo a liberdade profissional de negociar os seus próprios contratos, a vida de Afonsinho não foi tranquila. No documentário “Memórias do Chumbo – Futebol nos tempos do Condor”, no episódio que trata do Brasil, o ex-jogador expõe um episódio, quando após retornar de uma excursão com o Santos, foi informado por um repórter de que ele era observado pelos órgãos de repressão, que indagavam aos jornalistas, como foi o seu comportamento durante a sua estadia no exterior²⁶. Além disto, Afonsinho sempre percebeu o mal-estar dos outros jogadores dos clubes onde jogou. Muitos invejavam a sua liberdade profissional, segundo ele. Jogou em outros clubes, como Flamengo, Fluminense e Atlético Mineiro. Encerrou a sua carreira em 1982. Neste período, nunca foi convocado pela seleção brasileira (PEINADO, 2017, p. 148).

No início dos anos 1980, o Brasil passaria por grandes transformações. Com a anistia política, em 1979, e volta de muitos exilados políticos, a principal pauta dos opositores da ditadura civil-militar, seriam as eleições diretas. Neste mesmo ano, uma reforma política extinguiu o bipartidarismo. O surgimento e o ressurgimento de vários partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Nacional (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por exemplo, movimentaram o cenário político nacional. Em 1982, seriam realizadas eleições diretas para governador. Neste contexto, em 1981, no Sport Club Corinthians Paulista surgiu um movimento liderado por jogadores, que tinha o objetivo de democratizar o seu ambiente de trabalho.

A situação do clube paulista, no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, não era das melhores. Apesar do fim do jejum de títulos, que já durava 23 anos, em 1977, o Corinthians era um clube sem grandes conquistas nacionais. Havia conseguido o vice-campeonato brasileiro, em 1976, quando ficou famoso o episódio da “Invasão Corinthiana” ao Maracanã, nas semifinais contra o Fluminense. Em 1981, foi rebaixado para a Taça de Prata, o equivalente à segunda divisão do campeonato brasileiro. Mesmo sendo identificado como um clube popular entre as camadas mais pobres, o sistema eleitoral do clube era semelhante ao da grande maioria dos outros clubes brasileiros: excluía as classes populares, sendo o presidente eleito pelo voto dos sócios proprietários.

²⁶ “Memórias de Chumbo – Futebol nos tempos do Condor/Brasil”, Produção: Lúcio de Castro, Brasil: Espn Brasil, 2012.

Neste cenário, figuras políticas conseguem se perpetuar no poder, permanecendo durante anos em postos de comando nos clubes. No Corinthians não era diferente. Um dos dirigentes corinthianos mais famosos da história do clube foi Vicente Matheus. Espanhol de nascimento, naturalizou-se brasileiro. Foi presidente do clube em sete oportunidades (1959, 1972, 1975, 1977, 1979, 1987 e 1989)²⁷. Nas eleições para a presidência do clube, em 1981, realizou uma manobra política para permanecer controlando os destinos do clube. Escolheu um candidato que seria, na verdade, o seu “testa-de-ferro”, pois quando este vencesse as eleições continuaria sob o seu controle.

No documentário “Democracia em preto e branco”, a situação é analisada do ponto de vista dos principais envolvidos. Ao vencer a disputa eleitoral, o candidato de Vicente Matheus, Waldemar Pires, pôs em curso um modelo de administração independente de seu padrinho político. Para começar, escolheu para o cargo de Diretor de Futebol um sociólogo, Adílson Monteiro Alves, com perfil completamente estranho ao meio do futebol até então. Segundo ele próprio manifestou ao grupo de jogadores, na sua primeira reunião com o elenco, não entendia nada de futebol e não tinha uma solução para os problemas enfrentados pelo clube. Neste ponto, como é mostrado no documentário, os jogadores, liderados por Sócrates, aproveitam para se impor, exigindo mudanças no modelo de administração do futebol²⁸.

Porém, antes de analisar os objetivos do movimento nascido no Corinthians, é importante analisar o perfil de duas figuras fundamentais: Sócrates e Wladimir. O primeiro, nascido no estado do Pará, tinha o mesmo nome do filósofo grego, fazendo jus ao nome que carregava. Era um jovem rebelde, que foi jogar futebol contra a vontade do pai, que queria vê-lo formado. Depois, já como jogador profissional, ainda no Botafogo de Ribeirão Preto, onde se destacou no início da carreira, conseguiu aliar a carreira com os estudos na faculdade de Medicina. O segundo estava no clube desde 1972. Trabalhava ativamente nos sindicatos e era o jogador mais politizado de todos (PEINADO, 2017, p. 136). Além de tudo, era negro em um país onde o racismo latente, sempre foi escamoteado. Estes dois foram e até hoje são, junto com Casagrande, este mais jovem, as duas lideranças da Democracia Corinthiana.

Porém, esta denominação do movimento de jogadores e funcionários do clube não foi estabelecida desde o início. O nome, na verdade, foi uma ação de marketing do clube. Conforme conta Washington Olivetto, famoso profissional do ramo da Comunicação, o termo “Democracia Corinthiana” nasceu de uma conversa entre ele, Adílson Alves e o jornalista Juca

²⁷ Ver https://www.meutimao.com.br/historia-do-corinthians/fatos-marcantes/a_era_vicente_mateus. Acessado em 02/11/2020.

²⁸ Democracia em preto e branco: futebol, política e rock n roll. Direção: Pedro Asbeg, São Paulo, 2014.

Kfourri. Este teria afirmado que o movimento era uma democracia de corinthianos. E a partir daí, Olivetto cunhou o termo que foi estampado nas camisas dos jogadores, durante as partidas.

Quais eram as intenções deste grupo de jogadores? Como já vimos, alguns jogadores carregavam em suas vidas o desejo de discutir as estruturas da nossa sociedade. Em um período da história do Brasil, quando a ditadura civil militar se encontrava no seu ocaso, era mais do que necessária a organização dos trabalhadores. Desta forma, aproveitando-se da liberdade concedida pela direção do clube, os jogadores e os demais funcionários (do roupeiro ao presidente) decidiram que daquele momento em diante, qualquer decisão interna do clube seria tomada em forma de assembleia. Contratação de jogadores, horários de treinamento, compra de material esportivo, permanência ou não de treinadores seriam decisões tomadas em conjunto.

Um outro ponto sensível da relação entre jogadores e treinadores é a conhecida concentração. Para muitos, a concentração não influi no rendimento de um time de futebol. Para outros, seria uma forma de controlar o jogador antes dos jogos, obrigando-o a se concentrar apenas no jogo, sem outras distrações. Os jogadores corinthianos, contudo, decidiram pela abolição das concentrações. Eles apenas encontravam-se para uma refeição, antes dos jogos, e iam para o estádio. Sobre o assunto, Sócrates disse, certa vez:

“Só servem [as concentrações] para prender você. E quando você está preso só sonha com a liberdade, quer dizer, com que o jogo acabe. Você fica esperando que o árbitro apite para poder ir beber alguma coisa. Se você não está preso, tudo se centra na partida. Em nenhum lugar você come e dorme como em sua própria casa, e além disso é melhor para render em campo.” (PEINADO, 2017, p. 137)

Pelas palavras do “Doutor” podemos perceber qual era a palavra-chave da Democracia Corinthiana: liberdade. Liberdade de agir e de pensar, e liberdade para tomar as decisões que afetavam não somente a si próprio, mas o grupo de trabalhadores que estavam ao seu lado. Ter esta visão da sociedade em um período histórico no qual contestar era visto como coisa de subversivos e comunistas, não era de fácil aceitação. A própria imprensa paulista passou a criticar a organização dos jogadores corinthianos. Segundo o jornalista Juca Kfourri, o time corinthiano era chamado de grupo de “bêbados”, de “loucos” e de “irresponsáveis”. Portanto, para calar os críticos o time tinha que obter resultados dentro de campo.

Em 1982, o time do Corinthians conseguiu o retorno à disputa da Taça de Ouro para o ano seguinte. Neste mesmo ano, o time venceu o campeonato paulista, em um time que contava

com, além de Sócrates e Wladimir, jogadores como Zenon, Biro-biro e Casagrande. Este último era também um dos símbolos do movimento. Cabeludo e amante do Rock, o jovem jogador se destacou não só pelo bom futebol apresentado, mas também pela rebeldia, simbolizada por ele. No ano seguinte, o clube conquistou o bicampeonato paulista. Estas conquistas deram um grande suporte para o movimento, pois os títulos terminaram por calar, momentaneamente, as críticas.

Além do meio do futebol, a Democracia Corinthiana, como não poderia deixar de ser, escancarava um desejo de grande parte do povo brasileiro, daquele período. Logo no início do documentário sobre o tema, citado anteriormente, são mostradas imagens de vários protestos de rua, onde a população externa toda a sua insatisfação com a terrível situação econômica do país, mergulhado em uma inflação gigantesca, redundando em aumento da pobreza e da fome. Não havia como os jogadores corinthianos defenderem uma democracia que não abarcasse toda a população brasileira.

Assim, desde o início do movimento, os jogadores corinthianos se envolveram com temas da política nacional. Em 1982, com a primeira eleição direta para governadores estaduais, desde 1965, os jogadores decidiram incentivar a participação popular nas eleições, levando nas camisas de jogo a seguinte inscrição: “Dia 15 vote”. Nestas mesmas eleições, o clube decidiu prestar apoio à candidatura ao governo paulista de um famoso torcedor do clube: Luís Inácio Lula da Silva (PEINADO, 2017, p. 138).

Em 1983, o grupo de jogadores corinthianos decidiu apoiar uma outra causa política, ligada ao retorno da democracia no Brasil: a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que redundou na criação da campanha “Diretas Já”. Milhares de pessoas foram às ruas, exigir que o povo brasileiro recuperasse o seu direito de escolher, por meio de eleições diretas, o presidente da República. Os comícios de rua passaram a reunir multidões gigantescas. Comícios na Cinelândia, Rio de Janeiro, e no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, reuniram mais de 1 milhão de pessoas. Sócrates, Zenon, Wladimir e Casagrande participaram ativamente das manifestações populares (PEINADO, 2017, p. 138).

Sócrates, mais uma vez, em um comício em São Paulo, reafirmou o seu compromisso com os ideais democráticos. No seu discurso, durante um comício, em 1984, disse que não iria embora do país (ele vinha recebendo propostas de times da Itália), caso as eleições diretas para presidente fossem aprovadas pelo Congresso Nacional (PEINADO, 2017, p. 138). Porém, com toda a pressão popular, as “Diretas Já” não conseguiram sucesso. Mesmo com a maioria dos deputados votando favoravelmente pela proposta, o número de votos mínimos não foi alcançado. Foi um enorme golpe para toda a população. Milhares de pessoas choraram nas ruas.

E o “Doutor” Sócrates cumpriu a sua promessa. Deixou o Brasil, indo jogar na Fiorentina, da Itália, em 1984.

A saída de Sócrates representou o fim da Democracia Corinthiana. Ele não ficou muito tempo na Itália. Sua experiência na Europa durou poucos meses. Ele reclamava do frio, dos treinamentos e da solidão. Disputou ainda a Copa do Mundo de 1986, no México, em uma seleção que contava com poucos remanescentes da espetacular seleção brasileira de 1982. Após o Mundial, jogou (pouco) no Flamengo, no Santos e encerrou a carreira no Botafogo de Ribeirão Preto, seu clube de origem, em 1989. Passou a utilizar, já nos últimos anos de carreira, faixas na cabeça com mensagens de cunho político. Após o fim da carreira, seguiu trabalhando como médico, escreveu livros, participou de gravações de música e criticou Lula, quando este ocupou presidência do Brasil. Morreu em 2011, no dia 4 de dezembro, no mesmo dia que o Corinthians conquistou o campeonato brasileiro (PEINADO, 2017, pp. 139-141).

Enfim, pudemos observar aqui que no futebol, apesar de ser um meio profissional caracterizado por um certo autoritarismo, houve e ainda há espaço para a contestação. O futebol não é um universo à parte da sociedade. Ele é perpassado por questões sociais e políticas relevantes. Os jogadores de futebol sempre foram agentes de alegria para os torcedores e, por outro lado, podem e devem ter um posicionamento político que leve em conta a sociedade onde estão inseridos, pois em razão de sua grande exposição pública, podem colaborar para a manutenção (ou não) de um ambiente democrático.

Capítulo 3: Caderno de atividade – Futebol e Ditadura

Atividade 1: As relações entre futebol e política no Brasil

Objetivo:

Analisar a relação entre futebol e política no Brasil, comparando a utilização desse esporte para fins políticos em períodos democráticos e durante a ditadura civil-militar.

Conteúdos abordados: ditadura civil-militar, política e futebol

Introdução:

O futebol é o esporte mais popular do planeta. No Brasil, ele é uma paixão nacional. Multidões acompanham os seus clubes, seja nos estádios, seja na TV. A seleção brasileira é aquela que reúne o maior número de títulos da Copa do Mundo de futebol. Temos cinco títulos: 1958, 1962, 1970, 1994 e 2002. Em cada destas conquistas, o país era governado por diferentes pessoas, e o contexto político era bem diferente. Contudo, podemos dizer que em todas estas conquistas do nosso futebol, de uma forma ou de outra, os governantes brasileiros tentaram obter algum dividendo político com o sucesso da seleção brasileira.

Primeiro passo: Debate (50 minutos)

O professor pode iniciar com a turma uma discussão sobre a importância do futebol em nosso país. Seria interessante fazer com que os alunos expusessem os seus pontos de vista sobre este esporte. Indagando-os sobre como eles enxergam a conquista de uma Copa do Mundo pela seleção e se isto, de alguma forma, pode beneficiar o povo brasileiro. Assim, os alunos podem expor as suas ideias sobre a importância do futebol como instrumento político.

Depois, o professor pode iniciar uma exposição para tratar do governo de Emílio Garrastazu Médici, falando do período do “milagre brasileiro”, quando a economia brasileira alcançou grandes números de crescimento. O professor pode analisar com a turma de que forma o regime militar usou a conquista do tricampeonato mundial no México, em 1970, para consolidar a ideia de um país unido.

Segundo passo: Trabalho em grupo

Como a intenção desta atividade é analisar a instrumentalização política do futebol no Brasil, o professor deve requisitar aos alunos a seguinte pesquisa:

a) a turma deve ser dividida em 5 grupos. Cada um deles, ficará responsável por pesquisar informações sobre um dos anos em que o Brasil foi campeão mundial de futebol;

b) cada grupo deve pesquisar as seguintes informações sobre o ano pelo qual é responsável: o nome do presidente, o seu período de governo e um breve panorama político do ano em que a seleção brasileira conquistou a Copa do Mundo.

Observação: os alunos podem apresentar os resultados da pesquisa na aula seguinte. Uma semana é um tempo razoável para que eles pesquisem as informações.

Terceiro passo: Exposição oral e conclusões dos alunos (2 horários de aula de 50 minutos cada)

Os alunos devem apresentar os resultados de sua pesquisa. Cada grupo deve fazê-lo oralmente. Como são cinco grupos, cada um deles deve fazer a apresentação em no máximo 10 minutos, utilizando no total um tempo total de 50 minutos.

Após o fim das apresentações, o professor pode deixar a seguinte questão para a turma (esta deve ser respondida de forma escrita, individualmente):

Por que para a ditadura civil-militar, a vitória da seleção brasileira assumiu uma importância política maior do que para os demais governantes, em períodos democráticos?

Resposta sugerida: Os alunos devem relacionar a utilização da conquista do tricampeonato mundial de 1970 pelo regime militar com a propaganda oficial do governo, que desejava criar a ideia de uma nação unida, sem conflitos sociais, voltada exclusivamente para o objetivo de transformar o Brasil em uma grande potência mundial. Já para os outros governantes, a conquista da Copa do Mundo, apesar de seu uso político, não era parte de um projeto de propaganda estatal.

Atividade 2: A ditadura civil-militar e o tricampeonato no México

Objetivo:

Analisar de que forma a ditadura civil-militar utilizou a conquista da Copa do Mundo de 1970, como parte integrante de um projeto de propaganda estatal, que tinha como objetivo criar a ideia de um país sem conflitos sociais.

Conteúdos abordados: ditadura civil-militar, “milagre econômico” e futebol.

Introdução:

Em 1970, a seleção brasileira de futebol conquistou o tricampeonato mundial de futebol, no México. Desta forma, também ficou com a posse definitiva da taça Jules Rimet, pois foi o primeiro país a vencer a Copa do Mundo por três vezes. Na época, o Brasil era governado pelo general Emílio Garrastazu Médici. Era também o auge da repressão política. No ano anterior, o Ato Institucional número 5 (AI-5), instaurado em 1964, concedeu amplos poderes ao Executivo, permitindo o fechamento do Congresso, a cassação do mandato de parlamentares e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão. Ele representou a institucionalização da repressão política e o terror promovido pelo Estado.

Nessa mesma época, o Brasil passava pela fase do "milagre econômico", baseado em investimentos externos e no crescimento do campo industrial brasileiro, com o aumento do consumo de bens duráveis pela população. Porém, a desigualdade social aumentou e os trabalhadores sofreram com o arrocho salarial. Esta fase de crescimento econômico durou pouco tempo, pois com a Crise do petróleo, de 1973, os investimentos externos diminuíram, acompanhados por uma inflação gigantesca nos anos seguintes.

Mas, em 1970, o cenário ainda era favorável ao regime militar. Por isto, atrelado à conquista da Copa do Mundo, vemos o crescimento de uma campanha nacional pela valorização da união nacional. Para os militares e seus apoiadores era fundamental vender a ideia de que somente um povo unido poderia fazer do Brasil o "país do futuro". Nasceram slogans como "Brasil: ame ou deixe-o" e "Ninguém segura este país". O futebol, um esporte coletivo, onde a união dos jogadores é importantíssima, era a exemplificação perfeita do valor do trabalho coletivo, onde todos convergem para o mesmo objetivo. Observe a seguir as duas capas do jornal O Globo, de junho de 1970, a seguir:

Primeiro passo: Debate com a turma (50 minutos de aula)

Primeiramente, o professor deve fazer uma contextualização da época. Tratar de como a era do "milagre econômico" favoreceu a imagem do governo militar e criou a ideia de que o Brasil era um país rumo ao desenvolvimento econômico e a ratificar o seu destino de tornar-se uma grande nação. Em um segundo momento, seria importante também conversar com os alunos sobre o papel da imprensa na nossa sociedade. Será que os nossos alunos (não todos, pois o acesso à internet em nosso país ainda é restrito), que hoje consomem a informação de forma digital, teriam a noção do papel que a mídia pode desempenhar na construção e na desconstrução da imagem de um governo? Eles ainda "consomem" informação por meio das grandes empresas de Mídia, como o Grupo Globo, mostrado na imagem, ou se informam por outras fontes "independentes"? Por meio desta comparação do ontem com o hoje, o professor pode analisar com os alunos como a imprensa pode servir tanto como instrumento de promoção de governos autoritários, tanto como um agente na defesa da democracia.

Segundo passo: Respondendo as questões (2 horários de aula de 50 minutos)

Após a análise das fontes e o tratamento das questões acima, o professor pode dividir a turma em grupos, o que facilita a apresentação dos trabalhos e diminui o tempo utilizado. Assim, cada grupo deve expor as respostas para as seguintes questões:

1) Como a construção da imagem da imagem de um governante "torcedor" poderia favorecer a ditadura civil-militar? E qual o papel da imprensa neste processo?

Resposta sugerida: Os alunos devem responder que ao fazer do presidente mais um simples torcedor, a propaganda oficial do regime militar tentava mostrar ao público que o presidente estava próximo ao povo brasileiro, sofrendo e comemorando junto com eles.

2) Como a parte da capa do jornal, de 24/06/1970, no quadro "A lição do tri" serve para traçar um paralelo entre o futebol e a política nacional da época?

Resposta sugerida: O aluno deve abordar a questão do apoio de setores da mídia, como o jornal O Globo, que prestavam apoio ao regime militar. Ao ler este trecho da capa do jornal fica evidente que a conquista da Copa do Mundo, em 1970, seria uma oportunidade de consolidar as conquistas do regime imposto em 1964, eliminando da política nacional aqueles que não concordassem com os novos rumos do país.

Observação: Estas exposições dos alunos podem ser feitas de forma oral, e o professor pode pedir também aos alunos um texto escrito, que sirva como material de avaliação.

Atividade 3: A militarização da seleção brasileira

Objetivo:

Analisar como o processo de militarização do Estado brasileiro foi reproduzido em um ambiente esportivo, externo ao universo político.

Conteúdos abordados: ditadura civil-militar, Copa de 1970, João Saldanha e militarização da seleção.

Introdução:

A seleção brasileira, que disputou a Copa do Mundo de 1970, sofreu grandes interferências da ditadura civil-militar. Depois da fracassada campanha da seleção na Copa do Mundo de 1966, onde foi eliminada na primeira fase, os militares partiram para o ataque contra a Confederação Brasileira de Desportos (CBD). O presidente da entidade, João Havelange, sofreu ameaças de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) por deputados federais, apoiadores do governo.

Para tentar se desvencilhar das pressões políticas, Havelange criou a Comissão Seleccionadora Nacional (Cosena). A função deste grupo, formado por militares, tinha como função escolher um novo treinador para a seleção brasileira. Em 1967, o nome escolhido foi o de Aymoré Moreira, campeão mundial com a seleção brasileira em 1962. Contudo, os resultados obtidos pelo novo treinador foram muito ruins. Assim, em 04 de fevereiro de 1969, João Havelange dissolveu a Cosena e anunciou o nome de João Saldanha, como novo treinador da seleção.

João Saldanha era jornalista. Bastante popular entre os leitores e ouvintes de programas de esportes. Sempre contundente em suas críticas, Saldanha fazia sucesso. Possuía uma curta experiência como treinador do Botafogo. Para a CBD, era uma forma de acalmar as críticas ao futebol praticado pela seleção, colocando um dos maiores jornalistas esportivos do país no cargo de treinador. Porém, havia uma questão importante: Saldanha era um crítico do regime militar. Tinha envolvimento com grupos de esquerda e com o Partido Comunista Brasileiro. Seria um grande inconveniente para o regime militar, ter alguém como ele no comando da seleção.

Sob o comando de João Saldanha, a seleção brasileira conseguiu a vaga para a Copa do Mundo de 1970 com uma grande campanha. Porém, após o último jogo das eliminatórias, com a vitória sobre a seleção do Paraguai por 1x0, no Maracanã, poucos assistiram a discussão entre

o treinador e o general Elói Meneses. Este último queria que o grupo enviase uma mensagem de apoio ao presidente Costa e Silva, que havia sofrido um AVC. João Saldanha não concordou.

No início de 1970, Saldanha passou a sofrer críticas pelo desempenho ruim da seleção. Entrou em conflito com a principal estrela do time: Pelé. Segundo ele, o "Rei" estaria com problemas de visão. Após dois amistosos, com derrota para o Atlético Mineiro e empate com o Bangu, a situação ficou insustentável. Em 18 de março de 1970, João Saldanha foi demitido. Foi substituído por Mario Jorge Lobo Zagallo e por uma comissão técnica, com profissionais oriundos da Escola de Educação Física do Exército.

Sobre a demissão de João Saldanha, podemos assistir os dois vídeos abaixo:



<https://youtu.be/V2ui52toJoo>

[Duração: 6 minutos e 27 segundos](#)



<https://youtu.be/JYPGMktWMnc>

[Duração: 51 minutos e 17 segundos](#)

O primeiro vídeo faz parte da série especial Jogo Duro, exibido no Canal Futura. Conta com depoimentos da historiadora Livia Magalhães e dos jornalistas Lúcio de Castro e Juca Kfoury. O segundo vídeo faz parte da série "Futebol nos Tempos do Condor", produzida e dirigida pelo jornalista Lúcio de Castro. Este é o primeiro episódio, que trata sobre o Brasil.

Proposta da atividade (2 horários de aula de 50 minutos cada):

O professor deve exibir para a turma o primeiro vídeo da série Jogo Duro, do Canal Futura. Depois disto, pode estimular a realização de um debate com a turma, levantando as seguintes questões: Quem foi João Saldanha? Ainda hoje, vemos na imprensa esportiva jornalistas com atuação política? Você acha que futebol e política se misturam? Estas questões podem auxiliar os alunos a contextualizarem o ambiente da época, que levou a demissão de João Saldanha do cargo de treinador da seleção brasileira.

Após estas discussões, o professor pode propor as seguintes questões para a turma:

a) Podemos dizer que a demissão de João Saldanha teve relação com a sua atuação política? De que forma o posicionamento político do treinador poderia atingir o regime militar?

Resposta sugerida: Apesar dos fatos levarem a crer que João Saldanha foi retirado do cargo em razão de seu posicionamento político, devemos levar em consideração o desempenho ruim da seleção brasileira em amistosos antes no início do ano de 1970. Sendo assim, de acordo com o que foi visto no vídeo, o aluno pode tirar as suas próprias conclusões. Porém, é importante destacar que uma possível vitória da seleção na Copa do Mundo, sob o comando de Saldanha, poderia causar embaraços ao regime militar, devido ao fato de ser um opositor declarado do regime militar.

b) Por que para a ditadura civil militar era tão importante o sucesso da seleção brasileira na Copa do Mundo?

Resposta sugerida: Para o regime militar, a vitória brasileira na Copa do Mundo seria uma oportunidade de criar uma imagem positiva para o país. O torneio seria realizado em outro país, o que tirava do foco da imprensa internacional as mazelas do país, exacerbadas pelas denúncias de tortura. E porque a comissão técnica era, em grande parte, formada por pessoas que faziam parte das Forças Armadas, destacando o trabalho dos militares na preparação física dos jogadores.

Observação: o vídeo da coleção “O Futebol nos Tempos do Condor” possui uma duração bem maior, de cerca de cinquenta minutos. Este material pode ser utilizado pelo próprio professor como forma de obter uma maior gama de informações para si próprio, pois além da passagem de João Saldanha pelo comando da seleção brasileira, ele trata de outros assuntos. E, além disso, ele tomaria um tempo grande da aula do professor.

Atividade 4: A ditadura civil-militar e o projeto de integração nacional

Objetivo:

Relacionar o processo de construção e reforma de novos estádios, durante a ditadura civil-militar, com o projeto de integração nacional, que tinha como objetivo levar obras de infraestrutura ao interior do país. Além disso, analisar como interesses regionais foram atendidos pelo governo federal como uma moeda de troca política, levando à construção de estádios e à obtenção de vagas no Campeonato Brasileiro de futebol.

Conteúdos abordados: projeto de integração nacional, ditadura civil-militar e Campeonato Brasileiro de futebol.

Introdução:

Recentemente, com a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, os grandes estádios de futebol de nosso país passaram por um grande processo de reforma. Estádios tradicionais como o Maracanã (RJ), o Mineirão (MG), o Beira-Rio (RS) e a Fonte Nova (BA) foram fechados por longos períodos, passando por uma grande reformulação de suas estruturas. Tornaram-se estádios adequados às exigências da FIFA. Porém, as obras fizeram com que se tornassem estruturas caras, com altos custos para a sua manutenção. Para críticos dos governos de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Roussef, a reconstrução dos antigos estádios e a construção de novos, como a Arena Corinthians (hoje, Arena Neo Química), representava a intenção de angariar apoio político. Para outros, estes novos estádios elitizaram o público que frequenta os estádios de futebol, pois os preços médios dos ingressos aumentaram.

Mas, de que forma a construção de estádios poderia trazer algum dividendo político para esses governos? Isso não ocorreu em outros períodos da História do Brasil?

Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), vários estádios foram construídos e reformados no Brasil. Além disto, em 1971 foi disputada a primeira edição do Campeonato Brasileiro de futebol, elaborada pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Esta competição substituiria a Taça Roberto Gomes Pedrosa, outra competição nacional, disputada desde 1967, que por sua vez veio para ficar no lugar da Taça Brasil, disputada desde 1959. A 1ª edição do Campeonato Brasileiro foi disputada por vinte clubes. Contudo, ao longo da década de 1970, este número aumentou progressivamente até chegar aos inacreditáveis 94 clubes da edição de 1979! Este aumento deveu-se, sobretudo, a questões políticas. Para o regime militar, dois pontos eram importantes: o projeto de integração nacional e angariar apoio político para

os seus empreendimentos de infraestrutura. Com o sucesso do Campeonato Brasileiro, mais cidades desejavam receber os jogos. Seria necessário construir toda uma infraestrutura: estádios, hotéis, estradas etc. Isto passava por investimento estatais. Desta forma, clubes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, desfavorecidos na distribuição de vagas no torneio, nas primeiras edições, passaram a obter vagas e estádios. O estádio Serra Dourada (GO) é um exemplo disto. Para os militares, era uma forma de obter apoio político dos parlamentares destas regiões e de dar prosseguimento ao seu projeto de integração nacional, ocupando regiões do interior do território brasileiro.

Podemos ver abaixo uma lista de estádios que foram construídos ou reformados, durante a ditadura civil-militar:

Estádio	Cidade	Ano de inauguração	Estádio	Cidade	Ano de inauguração
Palma Travassos	Ribeirão Preto-SP	1964	Almeidão	João Pessoa-PB	1975
Mineirão	Belo Horizonte-MG	1965	Alfredo Jaconi	Caxias-RS	1975
Barão de Serra Negra	Piracicaba-SP	1965	Amigão	Campina Grande-PB	1975
Lomantão	Vitória da Conquista-BA	1966	Serra Dourada	Goiânia-GO	1975
Abreução	Marília-SP	1967	Verdão	Cuiabá-MT	1976
Santa Cruz	Ribeirão Preto-SP	1968	Índio Condá	Chapecó-SC	1976
Rei Pelé	Maceió-AL	1968	Centenário	Caxias-RS	1976
Vila Euclides	São Bernardo-SP	1968	Estádio do Café	Londrina-PR	1976
Beira-Rio	Porto Alegre-RS	1969	Willie Davids	Maringá-PR	1976*
Batistão	Aracaju-SE	1969	JK	Itumbiara-GO	1976
Vermeirão da Serra	Passo Fundo-RS	1969	Bezerrão	Gama-DF	1977
Morumbi	São Paulo-SP	1970*	Décio Vitta	Americana-SP	1977
Colosso da Lagoa	Erechim-RS	1970	Limeirão	Limeira-SP	1977
Martins Pereira	São José dos Campos-SP	1970	Mangueirão	Belém-PA	1978
Lanchão	Franca-SP	1970	Walter Ribeiro	Sorocaba-SP	1978
Vivaldão	Manaus-AM	1970	Serejão	Taguatinga-DF	1978
Romeirão	Juazeiro do Norte-CE	1970	Pituaçu	Salvador-BA	1979
Moreirão	Campo Grande-MS	1971	Lacerdão	Caruaru-PE	1980
Presidente Médici	Itabaiana-SE	1971	Romildão	Mogi Mirim-SP	1981
Arruda	Recife-PE	1972	Moacyrão	Macaé-RJ	1982
Uberabão	Uberaba-MG	1972	Olimpico Regional	Cascavel-PR	1982
Machadão	Natal-RN	1972	Castelão	São Luís-MA	1982
Albertão	Teresina-PI	1973	Prudentão	Presidente Prudente-SP	1982
Castelão	Fortaleza-CE	1973	Ipatingão	Ipatinga-MG	1982
Jauzão	Jauá-SP	1973	Parque do Sabiá	Uberlândia-MG	1982
Mané Garrincha	Brasília-DF	1974	Kleber Andrade	Cariacica-ES	1983

Fonte: <https://trivela.com.br/da-criacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/>. Acessado em 16/01/2021.

Vemos que boa parte dos estádios estão localizados em cidades do interior do país. Aqueles marcados com um asterisco ao lado foram construídos antes da ditadura civil militar. Daí, podemos constatar a junção entre os interesses políticos de municípios e seus representantes na Câmara dos Deputados, que passaram a ter um palco onde poderiam realizar as partidas do Campeonato Brasileiro, e dos interesses do regime militar, que tinha como meta a integração nacional, por meio de grandes obras.

Primeiro passo: Debate (50 minutos)

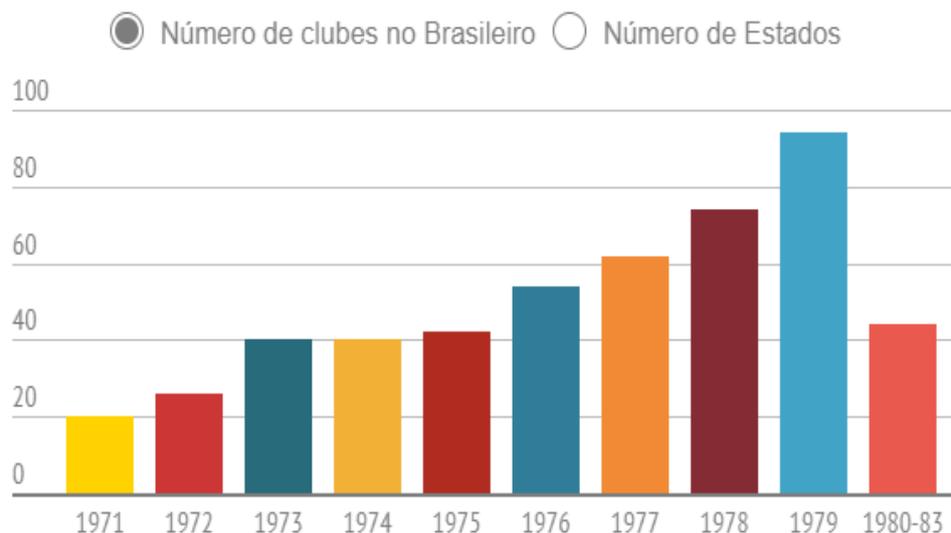
É importante discutir com os alunos, previamente, o papel dos estádios de futebol. Qual a sua relevância para as cidades? Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, temos o Maracanã, um símbolo do Brasil no exterior. Além de ser um símbolo do futebol, é também um ponto turístico. Em outras cidades do país, também temos estádios de grande relevância na história do futebol brasileiro. Nestas localidades, o professor também pode analisar junto com os alunos o papel social e econômico que o estádio tem para a cidade. Desta forma, os alunos podem entender a importância política da construção e reforma dos estádios para a ditadura civil-militar.

Outra discussão que deve ser feita previamente com os alunos é sobre o Campeonato Brasileiro de futebol. Será que este torneio alcançou o objetivo de desenvolver o futebol brasileiro em todas as regiões? Ou ainda hoje vemos o predomínio esportivo de regiões economicamente mais desenvolvidas no torneio? Assim, podemos entender como o futebol reflete as diferenças regionais do Brasil.

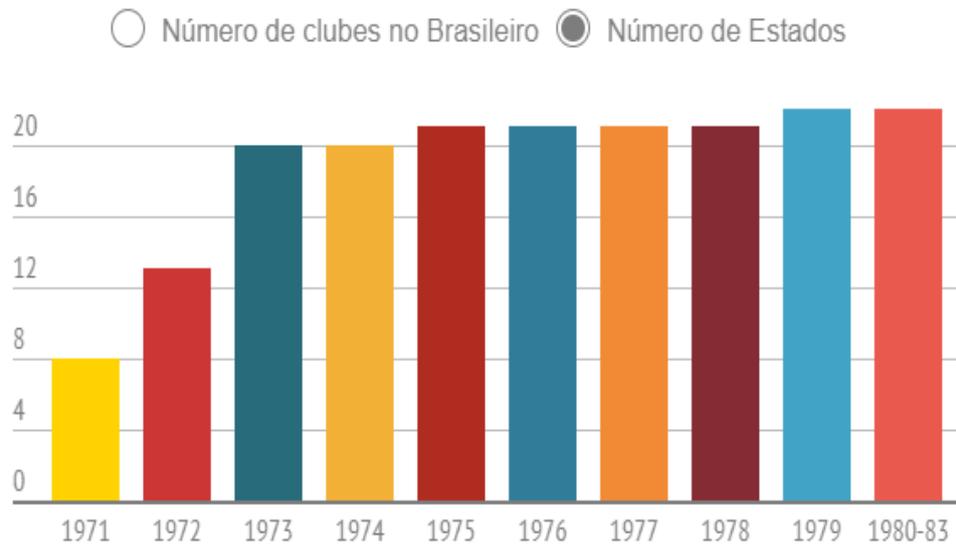
O professor deve ainda fazer uma exposição sobre o contexto político de criação do Campeonato Brasileiro (euforia com a conquista de Copa de 1970, o "milagre econômico" e o projeto militar de integração nacional).

Segundo passo: Análise de gráficos e resposta das questões (50 minutos)

CLUBES E ESTADOS REPRESENTADOS NO BRASILEIRO - 1971-83



CLUBES E ESTADOS REPRESENTADOS NO BRASILEIRO - 1971-83



Fonte: <https://trivela.com.br/brasil/da-criacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/>. Acessado em 16/01/2021.

Os gráficos acima devem ser analisados pelos alunos. Depois, eles devem responder as seguintes questões:

1) De que forma podemos relacionar os gráficos apresentados acima, sobre a crescimento do número de clubes e estados no Brasileiro, com o projeto político de integração nacional da ditadura civil-militar?

Resposta sugerida: Os alunos devem relacionar o projeto de integração nacional da ditadura civil-militar com os interesses políticos do governo e de parlamentares. Estes últimos desejavam obter dividendos políticos com a construção de estádios em seus currais eleitorais, enquanto o governo militar inaugurava e reformava estádios, dando prosseguimento às suas obras de infraestrutura, em regiões distantes dos grandes centros urbanos.

2) O primeiro esquema, apresentado no início desta atividade, que trata da construção e reforma de estádios no Brasil durante a ditadura civil-militar, nos mostra uma intenção política na localização geográfica dos novos estádios? Explique.

Resposta sugerida: Os alunos devem perceber que os estádios descritos no primeiro esquema estão localizados em regiões do interior do país. Assim, pode-se perceber com clareza o interesse do governo em realizar obras no interior do território, favorecendo cidades afastadas dos grandes centros urbanos. E que a construção e reforma destes estádios representava também

o atendimento às demandas políticas de localidades que não possuíam clubes disputando as primeiras edições do Campeonato Brasileiro. Dando a elas, a partir daí, a oportunidade de pleitear vagas no certame nacional.

Atividade 5: A conquista da Copa do Mundo e o seu uso político pelas ditaduras militares de Brasil e Argentina

Objetivo: comparar a forma como as ditaduras militares de Brasil e Argentina utilizaram politicamente a vitória de suas respectivas seleções nas Copas do Mundo de 1970 e de 1978.

Conteúdos abordados: ditaduras militares no Brasil e na Argentina, Copa do Mundo.

Introdução:

Brasil e Argentina são grandes rivais no futebol. O Brasil possui mais títulos mundiais do que os argentinos. Por outro lado, os clubes argentinos possuem um maior número de títulos na Taça Libertadores da América. A disputa sobre quem é o melhor jogador da história do futebol (Pelé ou Maradona) também define a rivalidade entre os dois países. Contudo, um assunto em comum marca a história recente das duas nações sul-americanas: o período das suas ditaduras militares. Em 1976, uma junta militar tomou o poder na Argentina. O general Jorge Vidella liderava a junta, impondo um dos regimes autoritários mais violentos entre as ditaduras militares da América do Sul. Centenas de pessoas foram presas, torturadas e assassinadas pelo Estado argentino. Para muitos estudiosos, a ditadura argentina foi mais violenta do que a brasileira, mesmo que esta tenha tido uma duração maior.

Em 1978, a Copa do Mundo foi realizada na Argentina. Para a ditadura militar local seria uma oportunidade de melhorar a imagem do país no exterior. Nesta época, várias denúncias sobre crimes cometidos pelas ditaduras militares da América do Sul alcançavam grande repercussão no exterior. Nos EUA, o presidente Jimmy Carter, eleito em 1976, defendia uma política externa favorável a defesa dos Direitos Humanos. Assim, para o governo argentino a Copa era uma chance de mostrar um "outro país" ao mundo. Mais uma vez, vimos a instrumentalização política do futebol por um governo. A seleção argentina sagrou-se campeã mundial pela primeira vez. Enquanto o povo comemorava a vitória nas ruas, centenas de opositores do regime estavam presas próximo ao local da final, o estádio Monumental de Nunez, na capital Buenos Aires.

Até hoje, boa parte da imprensa esportiva brasileira considera a seleção brasileira a "campeã moral" da Copa do Mundo de 1978. Os alunos já ouviram essa história? O professor pode tratar deste tema com os alunos, inicialmente. Pode ser usado como exemplo o jogo da 2ª fase da competição, onde a seleção da Argentina goleou a seleção do Peru por 6x0 e obteve a

vaga na grande final, eliminando o Brasil. Até os dias de hoje, ainda se discute sobre os fatos que levaram a esse placar “elástico”, alcançado pelos argentinos sobre os peruanos. Teria o governo militar argentino subornado os jogadores peruanos? Um dos fatores que colaboram para estas teorias conspiratórias é a qualidade da própria seleção do Peru. O outro fator importante é a necessidade dos anfitriões em vencer a partida por uma diferença de quatro gols, pois o Brasil possuía um melhor saldo de gols.

Passo 1: Exibição de vídeo (50 minutos)

O jornalista Lúcio de Castro produziu e dirigiu uma série documental chamada "Memórias de Chumbo - O futebol nos tempos do Condor". São quatro episódios: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, que tratam da relação do futebol com as ditaduras militares sul-americanas. O primeiro episódio, sobre o Brasil, conta com depoimentos de jornalistas, ex-jogadores. Começa com o Golpe de 1964, trata da seleção brasileira sob comando do “comunista” João Saldanha, da interferência dos militares na organização e na preparação do Brasil para a Copa do Mundo de 1970 e da ação da Operação Condor.

Primeiramente, o professor deve exibir para a turma o episódio que trata do Brasil. Após a exibição do vídeo, o professor pode realizar com os alunos uma discussão sobre como a ditadura civil-militar se aproveitou politicamente da vitória da seleção na Copa do Mundo de 1970. Como o vídeo possui pouco mais de 50 minutos de duração, seria interessante realizar esta atividade em um dia de aula com dois horários consecutivos.



<https://www.youtube.com/watch?v=JYPGMktWMnc&t=2162s>. Acessado em 16/01/2021.

[Duração: 51 minutos e 17 segundos](#)

Passo 2: Debate (50 minutos)

Após a exibição do vídeo, o professor deve estimular um debate com a turma. Uma das primeiras questões a serem abordadas é: de que forma o documentário aborda o Golpe de 1964? Ao longo do vídeo, podemos perceber que a intenção é demonstrar o clima sufocante vivido

pelo Brasil na época. Além da censura, os brasileiros tinham de conviver com as perseguições políticas e com a violência praticada pelo Estado contra os seus opositores. Mas, como isso tudo afetava o futebol? Esta questão também é fundamental para o debate. O documentário, por meio de relatos de ex-jogadores e jornalistas, deixa clara a interferência do regime militar brasileiro no esporte mais popular do país. Inclusive, dá exemplos claros, como, por exemplo: a demissão de João Saldanha e a composição da delegação brasileira que iria ao México, em 1970.

Passo 3: Exibição do segundo vídeo (50 minutos)

Exibir o segundo episódio do documentário, que aborda a Argentina. Este outro vídeo trata dos efeitos da ditadura militar no nosso vizinho e de que como a Copa do Mundo de 1978 serviu aos interesses políticos dos militares, que estavam no poder. Esse episódio conta com depoimentos de ex-jogadores argentinos, que faziam parte da seleção campeã em 1978, e de indivíduos que foram presos e torturados pela ditadura militar argentina.



https://www.youtube.com/watch?v=cCb_UjiskbA. Acessado em 16/01/2021.

[Duração: 52 minutos e 50 segundos.](#)

Passo 4: Questões (50 minutos)

O professor deve propor três questões aos alunos:

1) O Brasil venceu o tricampeonato em 1970. A Argentina venceu a sua primeira Copa do Mundo em 1978. Eram momentos distintos da política mundial. Porém, nos dois casos, as ditaduras brasileira e argentina fizeram uso político dessas vitórias no futebol. Podemos perceber diferenças e/ou semelhanças na forma como isso aconteceu?

Resposta sugerida: É importante aqui que os alunos ressaltem a importância política do futebol para os dois governos militares. Nos dois casos, foi importante para os governos usarem a vitória de suas seleções como um instrumento de unificação dos ideais nacionais. Entretanto, devem ressaltar que para a ditadura militar argentina a Copa do Mundo de 1978 tinha um caráter diferente, em razão da competição ocorrer no seu próprio país, servindo como propaganda do país no exterior. Isto porque os abusos cometidos pelas ditaduras militares da América do Sul contra os seus opositores eram alvos de diversas denúncias no exterior.

2) Você concorda com o argumento dos ex-jogadores argentinos, que diziam representar o povo argentino e não o regime militar? Justifique.

Resposta sugerida: Esta questão induz uma resposta pessoal dos alunos. No entanto, ao elaborarem as suas respostas seria interessante que os alunos dialogassem com o segundo vídeo, no que diz respeito ao papel do jogador de futebol em um regime autoritário. Ao vencer com a camisa de seu país, e se calar diante das atrocidades cometidas pelo Estado, ele se torna um colaborador do regime? Essa resposta é pessoal.

3) Na sua opinião, para os presos políticos, sejam eles brasileiros ou argentinos, era possível torcer para as suas respectivas seleções e lutar contra os regimes militares? É possível separar o futebol da política, em um momento como esse?

Resposta sugerida: Esta questão também requer a opinião do aluno. De tudo que ele viu sobre a relação entre as ditaduras militares de Brasil e Argentina com as conquistas das suas seleções, é possível separar a torcida pela vitória da seleção do apoio ao regime autoritário? Acho que seria interessante destacar aqui que o futebol, por ser uma prática esportiva de grande relevância cultural nestes países, é alvo dos interesses políticos de vários atores sociais.

Este último passo pode ser realizado pelo professor da forma que mais lhe convier. A turma pode ser dividida em grupos para discutir estas questões e apresentar as suas respostas de forma oral ou escrita. Pode também, propor que estas respostas sejam transformadas em um texto, onde os grupos de alunos podem apresentá-lo de forma oral.

Atividade 6: A Democracia Corinthiana

Objetivo:

Relacionar o surgimento e a inserção do movimento conhecido como a Democracia Corinthiana no contexto político do Brasil, no início dos anos 1980, quando a ditadura civil-militar começa a ser questionada por grandes manifestações de rua, realizadas por grupos de trabalhadores.

Conteúdos abordados: Democracia Corinthiana, ditadura civil-militar e a crise econômica dos anos 1980.

Introdução:

No início dos anos 1980, a ditadura civil-militar enfrentava grandes dificuldades. O cenário econômico era muito diferente do início da década anterior, caracterizada pelo "milagre econômico". A inflação era enorme. O custo de vida, sobretudo nas grandes cidades, trazia a pobreza. O desemprego também era grande. A desigualdade social, um dos símbolos negativos do Brasil, também. Mas nem por isso, o regime militar era menos opressor. As manifestações de trabalhadores eram duramente reprimidas pelas polícias estaduais. O ressurgimento do movimento sindical, no final dos anos 1970, foi acompanhado pelo recrudescimento da perseguição aos seus líderes. Um deles era Luís Inácio Lula da Silva.

Neste contexto, um dos clubes mais populares do Brasil passava por intensas transformações. O Sport Club Corinthians Paulista não atravessava uma boa fase. O clube havia sido rebaixado para a disputa da Taça de Prata (correspondente à segunda divisão) em 1982, devido ao péssimo desempenho do time no ano anterior. No final de 1981, seriam disputadas eleições para a presidência do clube. O lendário dirigente Vicente Matheus não desejava se afastar do clube. Por isto, escolheu um "testa de ferro" para a disputa das eleições: Waldemar Pires seria o seu candidato à presidente e ele seria o vice da chapa. Desta forma, caso Waldemar se afastasse, Vicente Matheus retornaria à presidência do clube. No entanto, após vencer as eleições, os dois romperam politicamente.

Na nova administração, foi escolhido para o cargo de Diretor de Futebol, Adílson Monteiro Alves, sociólogo, sem nenhuma experiência com o futebol. Logo que assumiu, ele fez uma reunião com os jogadores, onde eles tiveram espaço para expor as suas opiniões sobre a condução do clube. A partir daí, vemos o nascimento de um movimento conhecido como a Democracia Corinthiana, onde os jogadores decidiam deste a concentração até a contratação de

novos jogadores e treinadores. As principais lideranças eram Sócrates, Wladimir e Casagrande. E cada um deles, com o seu estilo, contribuiu para a construção de um movimento que marcou o futebol brasileiro.

Passo 1: Exibição do documentário “Democracia em Preto e Branco” (2 horários de 50 minutos)

Depois desta contextualização histórica, assistir ao documentário "Democracia em Preto e Branco", de 2014, dirigido por Pedro Asbeg, disponível no Youtube, no link abaixo:



<https://www.youtube.com/watch?v=ydj0Wb4yILo>. Acessado em 17/01/2021.

[Duração: 1h 30 min.](#)

Passo 2: Debate (50 minutos)

O professor pode discutir com os alunos sobre o contexto político e social, em que surge a Democracia Corinthiana. No documentário, além das imagens de manifestações de rua, realizadas por trabalhadores, podemos ouvir músicas que fizeram parte da trilha sonora daquela época. Os alunos conhecem algumas das músicas tocadas durante a exibição do filme? Estas bandas ainda estão em atividade? O rock ainda é uma expressão cultural da juventude ou outro ritmo musical expressa isso nos dias de hoje? Por meio desta discussão, os alunos podem entender como a sociedade brasileira no início dos anos 1980 expressava a sua insatisfação com o regime militar, fosse por meio da música, fosse por meio do futebol. Além disso, é importante que o professor aborde com a turma algumas questões importantes deste período, como: os altos níveis de inflação, o crescimento das manifestações de rua e participação dos jogadores corinthianos neste processo.

Passo 3: Questões (50 minutos)

1) Qual a relação entre as crescentes manifestações populares e o "começo do fim" da ditadura nos anos 1980?

Resposta sugerida: As manifestações ocorridas no Brasil no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 representavam uma insatisfação da população com o regime militar, reforçada pela crise econômica, caracterizada por inflação alta e desemprego. Além disso, com a anistia, em 1979, o ambiente político era favorável a manifestações políticas contrárias a ditadura civil-militar.

2) De alguma forma, a Democracia Corinthiana ainda representa uma possibilidade de novas relações de trabalho para milhares de trabalhadores brasileiros?

Resposta sugerida: A Democracia Corinthiana foi um movimento de jogadores, que nada mais eram do que funcionários do clube, exigindo uma maior participação nas decisões administrativas que afetavam a realização de seu trabalho, pois desta forma o fariam com mais alegria. Seria importante nesta resposta que os alunos fossem capazes de relacionar a experiência vivida por esses jogadores com as relações trabalhistas dos dias atuais, nas quais o trabalhador, muitas vezes, não possui um espaço para reivindicações de melhorias no seu ambiente de trabalho e sofre com exigências constantes.

3) Levando em conta que o futebol é um meio conservador, onde os jogadores têm pouco espaço de manifestação, a Democracia Corinthiana conseguiu romper com isto ou ainda hoje vemos jogadores que pouco se manifestam publicamente sobre a política nacional? Na sua opinião, por que isso acontece?

Resposta sugerida: No documentário é mencionado o desmanche do movimento, sobretudo, após a transferência do jogador Sócrates para a Itália, em 1984. Logo depois, as estruturas que facilitavam a participação dos jogadores e demais funcionários são desmanteladas, com o clube retornando às tradicionais práticas hierárquicas, nas quais os jogadores apenas obedecem aos dirigentes. Seria importante que os alunos opinassem sobre o papel do jogador de futebol em nossa sociedade, explicando se pessoas de grande exposição pública como esses atletas, são importantes para auxiliar na construção de uma sociedade mais democrática.

Atividade 7: Médici, o torcedor.**Objetivo:**

Analisar o processo de construção da imagem popular do presidente Emílio Garrastazu Médici, por meio de sua relação com o futebol. Relacionando a sua participação em eventos futebolísticos com a intenção de se criar a imagem de um governante mais próximos aos interesses do povo.

Conteúdos abordados: Governo Médici, propaganda política e futebol.

Introdução:

O governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) ficou marcado pela forte e violenta repressão aos grupos políticos de oposição e pela imagem de prosperidade econômica, baseada no período do “milagre brasileiro”. Para consolidar a imagem de um governante próximo ao povo e que possuía as suas mesmas preocupações, o Governo Médici não poupou esforços em criar uma imagem positiva para o presidente. Apoiado na conquista do tricampeonato pela seleção brasileira no México, em 1970, se tentou criar a ilusão de um país unido, voltado para o desenvolvimento econômico da nação. E o futebol foi um importante fator neste processo.

Passo 1: Análise de imagens e debate com os alunos (50 minutos)

Para iniciar a atividade, o professor pode exibir para a turma as imagens abaixo. Em todas elas, podemos perceber que o presidente Médici participa de grandes eventos do futebol, tentando passar a imagem de um torcedor apaixonado pelo esporte.



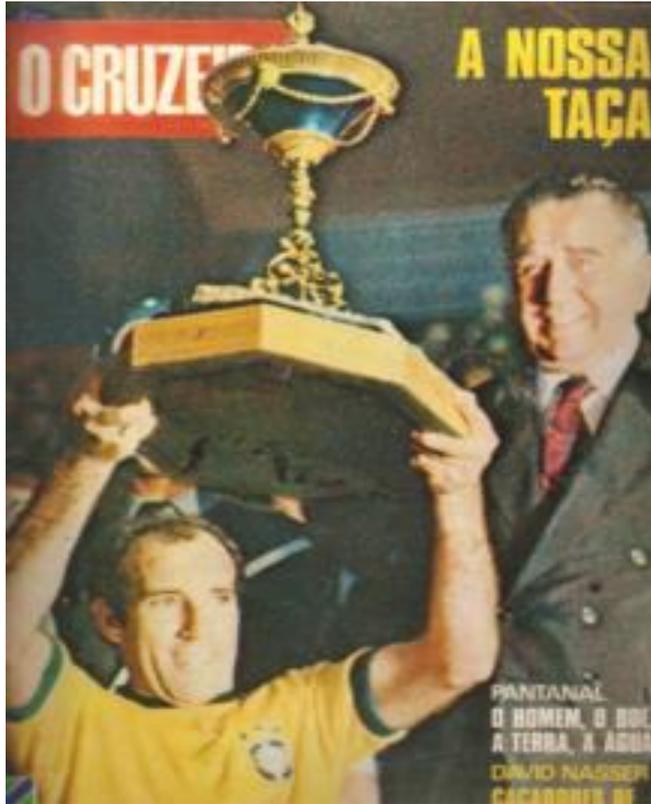
1)

Fonte: <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-06-07/a-selecao-que-presenteou-a-ditadura-com-uma-taca.html>. Acessado em 17/01/2021.



2)

Fonte: <https://medium.com/arquibancadaantifa/%C3%A0-sombra-da-ditadura-m%C3%A9dici-9dff88450cdf>. Acessado em 17/01/2021.



Fonte: <http://blogdoramonpaixao18.blogspot.com/2017/07/09071972-brasil-campeao-da-taca.html>.

Acessado em 17/01/2021.

As imagens deixam clara a exploração política do futebol pelo presidente Médici. Na primeira imagem podemos vê-lo ao lado do capitão do tri, Carlos Alberto Torres, com a taça Jules Rimet nas mãos. Na segunda, vemos o general nas tribunas do Maracanã. Na última, vemos o presidente ao lado do jogador Gérson, que levanta a Taça Independência, em 1972.

Ao observar as imagens, os alunos podem ser instigados a discutir se eles já assistiram outros governantes e políticos fazendo o mesmo em relação ao futebol. Para eles, isso é válido? Seria legítimo os políticos usarem o futebol como instrumento de autopromoção? Onde eles vivem, já assistiram algo parecido? São questões que podem fazer com que os alunos vejam que as práticas políticas podem mudar ou não, ao longo do tempo. O debate destes temas é importante para que os alunos entendam como o futebol contribuiu para a popularização da imagem do presidente Médici, e para que eles percebam que até os dias de hoje, o futebol continua sendo um instrumento político importante para o meio político.

Passo 2: Respondendo as questões (50 minutos)

O professor pode dividir a turma em grupos, após a discussão acima, e pedir que eles respondam as seguintes questões relacionadas à ditadura civil-militar:

1) De que forma o futebol poderia ajudar a propaganda oficial do regime militar a criar uma ideia de unidade do povo brasileiro?

Resposta sugerida: O futebol é um esporte coletivo. Independentemente dos destaques individuais, quando um time ou seleção vence, todo o conjunto de jogadores vence. Muitas vezes, este discurso da conquista coletiva é realçado pelos treinadores, com a intenção de motivar os seus jogadores. Para a ditadura civil-militar, este discurso do trabalho e da vitória em grupo ia de encontro aos seus interesses políticos, pois havia o interesse de construção da imagem de um país sem conflitos sociais, no qual todos os cidadãos e cidadãs estavam imbuídos do seu papel na sociedade, que era levar o Brasil a se tornar uma grande potência mundial.

2) Analisando as imagens com atenção, podemos perceber o cuidado em retratar o presidente como um torcedor e alguém que estava apenas usufruindo da emoção popular, proporcionada pelo futebol. Na sua opinião, o futebol ainda tem a capacidade de criar uma imagem favorável aos governantes? Por quê?

Resposta sugerida: Esta resposta tem um caráter pessoal. O aluno deve partir de seus próprios conhecimentos para responder a esta questão. Contudo, é fundamental que ao desenvolver a sua resposta, o estudante tenha a ideia do papel do futebol na Política. Por ser uma prática esportiva e cultural, ele carrega traços de nossa sociedade, tendo sido apropriado diversas vezes por governantes como um instrumento de propaganda.

Atividade 8: Zico e Reinaldo, duas carreiras afetadas pela ditadura civil-militar

Objetivo:

Analisar como os jogadores de futebol foram afetados pela ditadura civil-militar.

Conteúdos abordados: ditadura civil-militar, perseguição política e futebol.

Introdução:

Muitas vezes, ouvimos dizer que o futebol é um espaço à parte da sociedade. Para muitos, o futebol é apenas um esporte, onde "22 homens correm atrás de uma bola". Na mídia em geral (TV, jornais, revistas, sites) é dado um grande destaque aos grandes clubes de futebol, onde os jogadores recebem altos salários. Alguns deles, conseguem uma transferência milionária para o exterior, indo jogar na Europa e outros continentes. Mas, o jogador de futebol deve se manifestar politicamente? Eles possuem espaço para tal? Eles têm reivindicações a fazer quanto ao seu trabalho? Assim, como todos nós, os jogadores de futebol são cidadãos e por serem figuras públicas têm um papel fundamental na formação da opinião pública, sobretudo entre os mais jovens. São ídolos de crianças e adultos, sendo referência de comportamento.

Durante a ditadura civil-militar não foram poucas as demonstrações de profissionais do futebol contra o autoritarismo reinante no Brasil. E não foram poucos também os jogadores que tiveram as suas vidas pessoais e profissionais afetadas pelo regime militar. Podemos citar aqui, dois jogadores que marcaram época no futebol brasileiro: Zico e Reinaldo.

Zico, Arthur Antunes Coimbra, vem de uma família de jogadores de futebol. Todos os seus irmãos se tornaram profissionais. Obviamente, que Zico é a grande história de sucesso futebolístico da família. É o maior ídolo da história do Clube de Regatas do Flamengo e um dos maiores jogadores da história do futebol brasileiro e mundial. Antes dele, o seu irmão Edu, outro grande jogador, fazia sucesso no América (RJ), sendo cogitado para fazer parte da seleção brasileira que iria disputar a Copa do Mundo de 1970, no México. No entanto, outro irmão de Zico, Nando, era quem iria enfrentar problemas com a ditadura. Em 1963, com 18 anos de idade, Nando estudava na Faculdade Nacional de Filosofia e decidiu ser voluntário no Plano Nacional de Alfabetização, uma campanha organizada por vários movimentos sociais e grupos católicos. O objetivo era alfabetizar 5 milhões de pessoas em 2 anos. Porém, com o golpe de 1964, o projeto foi enterrado pelos militares. Nando passou a fazer parte da lista de subversivos,

fato que afetou a sua vida como jogador de futebol. Foi dispensado de vários clubes no Brasil e até mesmo em Portugal, onde foi jogar em 1968. Na época, o país ibérico era governado pela ditadura salazarista, que sabendo de seu passado no Brasil, o fez retornar, não sem antes ser interrogado. Desta forma, logo teve que encerrar a carreira. Para a família, a perseguição da ditadura civil-militar afetou não somente Nando, mas as carreiras de Zico e Edu também.

Passo 1: Análise das fontes (audiovisual e escrita) – 50 minutos

Na reportagem abaixo, exibida em 16 de outubro de 2011, no programa dominical Esporte Espetacular, da Rede Globo de Televisão, a família trata do assunto. Por meio de depoimentos do próprio Nando, do irmão Zico e dos demais membros da família Antunes, a reportagem demonstra como a família teve a sua vida profissional afetada pela ditadura civil-militar, em razão da postura política de Nando.



<https://www.youtube.com/watch?v=ZjDGgZCjaG0&t=1s> . Acessado em 17/01/2021.

Duração: 8 minutos e 31 segundos.

No link: <https://estadodaarte.estadao.com.br/reinaldo-a-copa-de-1982-e-a-ditadura-militar/> (Acessado em 17/01/2021) temos acesso a uma reportagem do Jornal Estado de São Paulo, de 13/05/2018, onde são abordadas as polêmicas da carreira do ex-jogador Reinaldo. Reconhecido como um dos maiores centroavantes da história do futebol brasileiro, ele manifestava publicamente a sua posição política contrária à ditadura civil-militar. E assim como Zico, pensa que isto influenciou a sua trajetória na seleção brasileira.

Como a reportagem é bem extensa, para auxiliar na realização da atividade, seria interessante a análise do seguinte trecho, abaixo reproduzido:

“[...] Na atmosfera de intimidação e terror que caracterizou a ditadura, as corajosas declarações políticas de Reinaldo, e sua famosa comemoração com o punho direito erguido, em alusão aos Black Panthers, não demoraram a chamar a atenção dos poderosos. [...]

A partir do segundo semestre de 1977, Reinaldo passou a defender publicamente eleições diretas, a anistia e o fim da ditadura militar. Sob o título “Reinaldo, bom de bola e bom de cuca”, o jornal *Movimento*, ligado à oposição de esquerda à ditadura, estampava Reinaldo na capa da edição de 06 de março de 1978. Foi o suficiente para que o Almirante Heleno Nunes, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos, que em janeiro de 1978 havia saudado Reinaldo como a grande revelação da Seleção, [i]declarasse que “Reinaldo não possui as condições físicas exigidas por uma competição de alto nível”. [ii] Ficou clara a manobra de Heleno Nunes, que tentava excluir Reinaldo da Seleção Brasileira na Copa de 1978, num momento em que um dos maiores centroavantes da história estava em seu auge.

Pela primeira vez desde Afonsinho, um craque de projeção nacional instalava na esfera pública o debate sobre os direitos de os jogadores se posicionarem sobre política. Reinaldo passou a receber centenas de cartas de solidariedade, o próprio jornal *Movimento* fez outra matéria denunciando a manobra e o técnico Cláudio Coutinho não teve como não bancar a ida do Rei à Copa da Argentina. Entre os militares, o grande medo era que, se Reinaldo marcasse um gol, ele repetisse o gesto Black Panther já conhecido nos gramados brasileiros. A Argentina vivia naquele momento uma ditadura militar sanguinária, que terminaria em 1983 com o saldo de mais de 20.000 mortos e desaparecidos. A Copa do Mundo era seu grande instrumento de propaganda naquele ano.

Quando ficou claro que não seria possível excluir da Seleção o jogador que havia chegado à absurda marca de 1,55 gol por jogo no Campeonato Brasileiro de 1977 (que se estendeu até março de 1978), o próprio Almirante Heleno Nunes e o diretor da CBD na época, André Richer, chefe da delegação brasileira na Copa, aconselharam-no a evitar o gesto político na comemoração dos gols. Ninguém menos que o ditador Ernesto Geisel se dirigiu a Reinaldo no Palácio Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul, com a frase “Vai jogar bola. Deixa que a política a gente faz.

Na estreia, Reinaldo marcou o gol do Brasil no empate em 1 x 1 contra a Suécia e não se acovardou. Comemorou o tento com o seu gesto Black Panther, provocando enorme mal estar entre a chefia da delegação. Depois do jogo, Reinaldo recebeu um envelope em espanhol, vindo da Venezuela, com supostas informações sobre a Operação Condor, a colaboração entre as ditaduras sul-americanas para o assassinato e desaparecimento de ativistas de esquerda ou pró-democracia. Depois do empate em 0 x 0 com a Espanha, em que toda a equipe atuou mal,

Reinaldo foi substituído por Roberto Dinamite. No auge da carreira, reconhecido em todo o país como um gênio da camisa 9, Reinaldo era tirado do time e nunca mais voltaria a iniciar uma partida de Copa do Mundo pela Seleção Brasileira. Na decisão do terceiro lugar, em que o Brasil derrotou a Itália por 1 x 0, Reinaldo entrou no decorrer da partida, substituindo o pontadireita Gil, e essa seria sua última participação em Copas do Mundo. Haveria outra chance em 1982, quando a Seleção Brasileira de Telê Santana encantou o mundo com uma equipe quase perfeita, na qual—muitos concordam—só faltava o Rei. Sua ausência naquela Copa, aliás, seria depois objeto de uma série de mistificações [...]"

Passo 2: Debate (50 minutos)

Após a exibição do vídeo e da leitura do texto acima, o professor pode perguntar aos alunos se eles conhecem os dois ex-jogadores. A partir daí, o professor pode iniciar a discussão sobre a forma como a ditadura civil-militar afetou a vida de pessoas, que mesmo sem uma militância política ativa contra o governo, tiveram as suas trajetórias modificadas. Aliás, é importante destacar que mesmo sendo pessoas públicas e jogadores de futebol, Zico e Reinaldo foram atingidos pelo autoritarismo estatal.

Passo 3: Questões (50 minutos)

1) Zico e Reinaldo podem ser considerados exemplos de cidadãos que tiveram uma postura de combate público à ditadura civil-militar? Sim ou não? Justifique a sua resposta.

Resposta sugerida: Não. O aluno deve diferenciar os dois casos. Zico alega ter sofrido interferências em sua trajetória na seleção brasileira em razão da postura política de seu irmão, ou seja, ele nunca se indispôs diretamente contra o regime militar. Já no caso de Reinaldo, a sua postura política, retratada no seu modo de comemorar os seus gols e nas declarações públicas dadas à imprensa, fizeram com que ele tivesse a sua trajetória na seleção brasileira prejudicada, sendo sacado do time titular no início da Copa do Mundo de 1978 (assim como Zico) e que não fosse convocado para a Copa do Mundo seguinte, de 1982, na Espanha, mesmo que a comissão técnica alegasse problemas físicos do jogador.

2) Ao analisarmos a reportagem exibida pela Rede Globo de Televisão e lermos o trecho sobre a carreira de Reinaldo, podemos deduzir que os dois jogadores são exemplos de como os

órgãos de repressão da ditadura civil-militar estavam presentes em todos os setores da vida social? Sim ou não? Justifique a sua resposta.

Resposta sugerida: Sim. A ditadura civil-militar tinha como objetivo controlar todos os setores da vida em sociedade, pois somente desta forma poderia lograr êxito em impor a sua visão política de viés conservador, onde o povo tem pouco ou nenhum espaço para fazer reivindicações.

Atividade 9: Os clubes brasileiros e argentinos diante da memória das ditaduras militares

Objetivo:

Comparar a forma como os clubes de futebol do Brasil e da Argentina lidam com a memória do período de suas mais recentes ditaduras militares.

Conteúdos abordados: ditadura civil-militar, memória e futebol.

Introdução:

Brasil e Argentina enfrentaram ditaduras militares, que deixaram marcas profundas nos dois países. No Brasil, ela durou 21 anos, entre 1964 e 1985. Na Argentina, a última durou sete anos, entre 1976 e 1983. A forma como as duas nações atravessaram estes períodos de suas histórias foi diferente. Para muitos, a ditadura militar argentina foi mais violenta do que a brasileira. Por outro lado, no Brasil, a anistia, em 1979, permitiu o retorno de exilados políticos e a absolvição dos agentes estatais que participaram de atividades repressivas.

Recentemente, em 2018, o Brasil elegeu um presidente, Jair Messias Bolsonaro, que sempre defendeu a ditadura civil-militar. Com um discurso conservador e radical, conquistou apoio em vários grupos sociais. Para ele, o golpe de 1964 evitou a instauração de uma ditadura comunista e salvou o Brasil. Mas, esta ideia não é exclusividade de Bolsonaro. Na verdade, ela reflete o pensamento de parte da população brasileira. O que demonstra como é importante uma Educação voltada para a valorização dos ideais democráticos e o quanto foi falho o nosso processo de transição da ditadura para a democracia.

Na Argentina, podemos ver desde o fim da ditadura militar um processo de punição dos agentes do Estado, que participaram de atos de tortura e assassinato de seus opositores. Vários militares foram punidos. Além disto, na área da Educação, a preocupação com uma Educação voltada para a valorização da democracia e dos direitos humanos foi uma constante desde o imediato fim da ditadura militar.

No futebol, podemos perceber o quanto o tratamento da questão das ditaduras militares afeta a percepção da sociedade. No Brasil, os clubes de futebol, em sua maioria, não prestam um tratamento adequado às suas próprias trajetórias. São raros aqueles que possuem um museu próprio contando a história de seus principais personagens. Ex-jogadores, com relevantes serviços prestados, não fazem parte do cotidiano dos clubes. No que diz respeito ao período da ditadura civil-militar, os clubes brasileiros possuem uma posição ambígua, condenam os

ataques à democracia, mas não atacam os governantes que a colocam em perigo diariamente. Daí, podemos ver que os clubes de futebol são instituições sociais que buscam defender os seus interesses econômicos, nem que seja por meio da ligação com parlamentares de discurso autoritário. Um exemplo disto, podemos ver abaixo, ao analisarmos que somente três dos grandes clubes brasileiros, se manifestaram sobre os cinquenta e cinco anos do Golpe de 64.

Passo 1: Debate (50 minutos)

Em um primeiro momento, o professor pode discutir com os alunos qual o conhecimento deles em relação ao Golpe de 64. Eles já estudaram esse assunto? Em casa, com os seus familiares ou com os seus amigos, eles já discutiram este acontecimento? E o que eles acham que significa viver em uma democracia? Isso é indiferente para eles? O professor pode também tratar com os alunos sobre a trajetória dos clubes de futebol de sua cidade. Os alunos conhecem a história dos clubes para os quais torcem? Isso é importante, pois a partir daí, pode-se partir para a análise das imagens abaixo.

Passo 2: Análise de imagens (50 minutos)

Observe as imagens abaixo. As três primeiras são reproduções de publicações de três clubes brasileiros, Corinthians, Bahia e Vasco da Gama, no Twitter, no dia 31 de março de 2019. Neste dia, há 55 anos ocorreu o golpe civil-militar, que implantou a ditadura. A quarta imagem é também uma reprodução de uma postagem conjunta dos clubes argentinos, no dia 24 de março de 2019. Neste dia, os argentinos celebram o Dia da Memória, Verdade e Justiça, para lembrar os horrores da ditadura e valorizar a democracia.

mobile.twitter.com

Tweetar

 **Corinthians** 
@Corinthians

Ganhar ou perder, mas sempre com democracia. 🍌🍌🍌🍌🍌

 Bruno Teixeira

#DemocraciaCorinthiana



3:56 PM · 31 de mar de 2019 · Twitter Web Client

mobile.twitter.com

mobile.twitter.com

Tweetar

 **Esporte Clu...**  · 31 de mar de 2019

Na alegria ou na tristeza.
Na saúde ou na doença.
De Democracia a gente entende.
Hoje e sempre: #NuncaMais



0:08 247 mil visualizações

452 3,4 mil 12,4 mil

Tweetar

 **Vasco da Gama** 
@VascodaGama

Que as lindas linhas do que escreveu o poeta vascaíno Aldir Blanc não sejam mais urgentes, mas só lembranças que nos recordem que a democracia deve ser sempre a nossa verdade e nunca mais uma esperança equilibrista.



Aldir Blanc 16- O Bêbado e a Equilibrista (João Bosco/ Aldir ...
youtube.com

3:55 PM · 31 de mar de 2019 · Twitter for Android

2,2 mil Retweets 734 Tweets de comentários



Imagens retiradas de https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/01/deportes/1554137880_617605.html.
Acessado em 17/01/2021.

De acordo com as possibilidades de cada professor, dos alunos e da estrutura escolar, as imagens acima podem ser visualizadas de maneiras diferentes. Acho que um recurso importante seria a utilização do aplicativo Whatsapp para o compartilhamento das imagens com os alunos. Ou, se possível, o professor(a) pode exibir as imagens para a turma por meio slides.

É importante fazer uma contextualização das imagens mostradas acima para os alunos. No dia 31 de março, relembramos o golpe civil-militar de 1964. Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro autorizou as Forças Armadas a celebrarem publicamente a data. Até hoje, para os militares, o episódio de 1964 é visto como uma "revolução". Neste dia, somente três clubes da primeira divisão do Campeonato Brasileiro celebraram a democracia: Corinthians, Vasco da Gama e o Bahia, como podemos ver nas mensagens reproduzidas acima, nas suas redes sociais.

Na Argentina, o dia 24 de março, data em que a junta militar tomou o poder no país, é celebrado como o Dia da Memória, Verdade e Justiça. Em 2019, vários clubes argentinos celebraram a democracia, conforme podemos ver na última imagem.

Passo 3: Respondendo as questões (50 minutos)

No fim, o professor pode deixar para a turma as seguintes questões:

Por que Brasil e Argentina apresentam formas tão diferentes de lidar com o seu passado autoritário? Isso é consequência da maneira como ocorreu o fim da ditadura nos dois países? E por que os clubes de futebol brasileiros não se manifestaram em maior número a favor da democracia?

Resposta sugerida: Podemos destacar, em primeiro lugar, que na Argentina houve um processo de julgamento dos agentes do Estado, responsáveis por ações violentas contra os seus cidadãos e cidadãs. Enquanto no Brasil, o processo de anistia política, ocorrido ainda durante o período autoritário, permitiu que os agentes do Estado brasileiro, participantes da estrutura repressiva, não fossem julgados. Em segundo lugar, no que diz respeito ao posicionamento dos clubes de futebol brasileiros, podemos dizer que muitos possuem interesses políticos, seja no Parlamento, seja no que diz respeito à direitos de transmissão, que podem ser rediscutidos com a ajuda de deputados, senadores e do presidente. Desta forma, ao não buscar um posicionamento político em relação ao aniversário do Golpe de 1964, os presidentes de clubes não desejam desagradar parte do mundo político.

Conclusão:

No decorrer desta dissertação, tive como maior objetivo demonstrar a viabilidade do uso do futebol como instrumento pedagógico nas aulas de História, quando tratamos do ensino da ditadura civil-militar. No primeiro capítulo, a ideia foi apresentar a forma que este tema é tratado em sala de aula e como ele foi perpassado por questões políticas ao longo das últimas décadas. Já no segundo capítulo, a minha intenção foi relacionar a história do futebol brasileiro com o regime militar, que vigorou entre 1964 e 1985, analisando como o futebol sofreu interferências do Estado autoritário.

O Brasil, ao longo de toda a sua história republicana, passou por vários momentos de interrupção da vida democrática. Durante a Primeira República, apesar da realização de eleições, estas eram marcadas por episódios de fraudes eleitorais e pelo mandonismo local das elites agrárias. A Revolução de 1930 não significou o surgimento de um ambiente mais democrático. A Era Vargas (1930-1945) levou à reorganização do quadro político, mas durante boa parte dela, entre 1937 e 1945, Getúlio Vargas governou como ditador. O Estado Novo fez das prisões arbitrárias e da tortura, instrumentos políticos. Entre 1946 e 1964, o país atravessou um período democrático, com a realização periódica de eleições. Mas, em 1964, a democracia brasileira entraria em um jejum de 21 anos.

Vivemos em uma país, que só voltou a escolher o seu presidente de forma democrática a partir de 1989. Desde então, as eleições transcorrem normalmente, sem interrupções. Contudo, temos gerações de pessoas que viveram a ditadura civil-militar, e que formaram diferentes memórias sobre o período. Para aqueles que sofreram com os abusos cometidos pelo Estado brasileiro, não há dúvidas em reconhecer o obscurantismo vivido pelo país na época. Mesmo pessoas que não foram atingidas diretamente ou que não sofreram qualquer tipo de violência por parte do regime militar, reconhecem o prejuízo causado por um Estado autoritário e por políticas econômicas que só serviram para aumentar a nossa conhecida desigualdade social.

Há uma outra parcela da população brasileira que, tendo vivido ou não o período aqui analisado, possui uma opinião diferente. Segundo elas, o Golpe de 1964 foi uma reação á grupos políticos que desejavam implantar o comunismo no Brasil. Sendo assim, para estas pessoas, o termo político correto para denominar o ocorrido no dia 31 de março de 1964 é “Revolução”. Essa ideia não é defendida apenas pelas Forças Armadas, mas também por uma parcela da sociedade civil, que apoiou o movimento militar, e ajudou a implantar uma ditadura no Brasil.

Confesso que a escolha do tema do ensino da ditadura civil-militar para a minha dissertação, envolve também questões pessoais. Nasci em 1977, tendo vivido a fase final do

regime militar. Por ser uma criança na época, tenho algumas lembranças. Lembro da crescente inflação anunciada constantemente na televisão, das máquinas remarcando os preços dos alimentos nos supermercados, mais de uma vez no mesmo dia, e da imagem do último general-presidente João Baptista Figueiredo. Meu saudoso pai era contador e trabalhou em uma empresa chamada Coroa, que mais tarde veio a se envolver em um dos grandes escândalos de corrupção do regime militar, o caso “Coroa-Brastel”. A empresa fechou, meu pai perdeu o emprego e nosso nível de vida caiu bastante. Ou seja, mesmo não tendo nenhum membro familiar que tenha participado da luta armada contra a ditadura, a minha vida foi afetada pelo regime militar.

Este foi um ponto que me animou a realizar este projeto: analisar como a vida das pessoas é afetada por um governo autoritário. Aqueles que defendem o regime militar apresentam, muitas vezes, o argumento de que se você não procurou problemas, você não sofreu nada. Tentam desmerecer a luta daqueles que se opuseram ao governo dos militares, ofendendo a sua imagem, deixando-os parecerem um bando de arruaceiros. Mas, por outro lado, vemos nesse argumento uma forma de conformar o povo, retirando deste a vontade e o direito de ir às ruas se manifestar contra os desmandos dos governantes.

Desta forma, penso que o ensino da ditadura civil-militar é essencial para a consolidação e a defesa de nossa democracia. Ao estudarmos um período da história, onde o Estado brasileiro tinha como recurso político a tortura e o assassinato de cidadãos brasileiros, entendemos não somente como isto foi possível, mas como até hoje percebemos traços desta época em nossa sociedade. Sobretudo, na forma como as Polícias Militares tratam os moradores das zonas mais pobres das grandes cidades brasileiras. Assim, tratar deste tema em sala de aula é de certa forma tratar do cotidiano de boa parte de nossos alunos. Além do que, demonstra como é necessário defendermos a manutenção de um Estado democrático, essencial para a defesa dos direitos humanos.

Mas, o que me motivou também foi a noção de que o ensino da ditadura civil-militar, na Educação Básica, deixa algumas lacunas. Uma delas, a meu ver, é insistir em um demasiado destaque dos acontecimentos políticos e na atuação de uma oposição mais beligerante, que sofreu com a violência e com a censura. Desta forma, não conseguimos analisar como o cotidiano das pessoas foi afetado pela ditadura. Havia corrupção no regime militar? E as pessoas que não atuaram diretamente contra os militares? Sofreram algo? Havia violência nas grandes cidades? Estas questões me levaram a buscar um outro meio de estudar o período da ditadura civil-militar. Daí, veio a opção pelo futebol, como objeto de pesquisa.

O futebol é o esporte mais popular do planeta. Faz parte do cotidiano de boa parte da população brasileira. A seleção brasileira é um patrimônio cultural brasileiro, como pude

analisar ao longo do trabalho. E vimos aqui, como o futebol pode ajudar no entendimento do que é vida sob um regime ditatorial. Vimos que o esporte ultrapassa as barreiras da mera atividade física e do entretenimento. Sendo o futebol, um grande mobilizador de emoções, ele não escapou das garras da ditadura brasileira. Se desde a década de 1930, o futebol já era enxergado como parte de um modelo civilizatório brasileiro, com o regime militar ele passa a fazer parte de um projeto político, que visava usar a imagem vencedora do futebol brasileiro como um modelo de sociedade, unida e trabalhando para a formação de uma grande nação.

Como escrevi mais acima, o futebol movimento emoções. A Copa do Mundo é um evento de grande importância em nosso país. A mobilização de população brasileira é imensa. Mesmo aqueles e aquelas que não gostam de futebol tem as suas vidas afetadas neste período. Muitos torcedores fazem parte de torcidas organizadas, onde formam laços de amizade e identitários. Os clubes de futebol trazem consigo, muitas vezes, as características de um povo e de uma cidade. Acabam por servir como símbolos culturais. Os estádios servem não apenas como local de jogo, mas também como pontos turísticos. Podemos citar, como exemplo máximo, o Maracanã, cartão-postal da cidade do Rio de Janeiro e símbolo do Brasil em todo o mundo. O futebol, portanto, serve não apenas como recurso pedagógico para o estudo da ditadura civil-militar, mas como outros trabalhos do Profhistória já demonstraram, pode ser utilizado para trabalhar diversos temas da História do Brasil.

Enfim, estudar a ditadura civil-militar é fundamental. Ainda mais atualmente, quando a disputa pela memória deste período é tão intensa, e os ataques ao regime democrático se mostram cada vez mais fortes. O professor de História tem um papel primordial na construção de uma sociedade democrática. Ele, que muitas vezes é o alvo dos arroubos autoritários de grupos políticos e de governantes, deve fazer da escola um espaço de construção e de vivência da cidadania. E isto somente é possível, quando entendemos que a democracia é uma construção coletiva e diária.

Referências bibliográficas:

ABRAHIM, Tárík de Almeida. Na cara do gol: usos e potencialidades pedagógicas da História do futebol para o Ensino de História. UERJ: São Gonçalo, 2018.

ABRÃO, Paulo. Educar para o futuro. In: Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho / organização Maria Paula Araújo, Izabel Pimentel da Silva, Desirree dos Reis Santos. - 1. ed. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. O regime militar em festa, Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento. In: Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho / organização Maria Paula Araújo, Izabel Pimentel da Silva, Desirree dos Reis Santos. - 1. ed. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

BALESTRA, Juliana Pirola. História e Ensino de História das Ditaduras no Brasil e na Argentina, v. 9, n. 18, p. 249-274, jul./dez. 2016.

CARVALHO, Alessandra. QUINAN, Lícia Gomes. Conhecimento histórico escolar, consciência histórica e a função social do historiador: uma reflexão a partir do Ensino da Ditadura Militar na Educação básica. Revista Transversos, Rio de Janeiro, Vol. 04, ano 02, abr-set, 2015, pp. 116-126.

_____. Conhecimento histórico escolar, consciência histórica e a função social do historiador: uma reflexão a partir do ensino da ditadura militar na Educação Básica. Revista Transversos, Rio de Janeiro, Vol. 04, nº. 04. Ano 02. abr.-set. 2015. pp. 116-126. Disponível em: ISSN 2179-7528.

FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. Topoi (Rio J.) [online]. 2013, vol.14, n.27, pp.239-261. ISSN 2237-101X. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X014027003>.

_____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. Varia História, Belo Horizonte, vol. 28, p. 43-59, jan/jun 2012.

FRAGA, André Barbosa. As representações sobre o regime militar nos livros didáticos de história (1985-2011): de “revolução” a golpe civil-militar de 1964, *Enfoques*, Vol.13 (2), dezembro, pp.100-131, 2014.

FRAGA, Gérson Wasen. Futebol, imprensa e ditadura: das formiguinhas de Geisel à abertura de Telê. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo*, julho 2011.

GASPAROTTO, Alessandra e PADRÓS, Enrique Serra. A Ditadura Civil-Militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória. Parte IV, pp. 183-201, In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel et al. *Ensino de História: Desafios Contemporâneos*, Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.

IASI, Mauro Luis et COUTINHO, Eduardo Granja (orgs.). *Ecos do Golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

LUIZ, Pedro Aurélio dos Santos. Ideias de jovens sobre a relação história, futebol e política: uma pesquisa em ensino de história, pp. 71-102. In: RAMOS, Márcia Elisa Teté (org.), *Conhecimento histórico escolar: sujeitos, práticas, suportes*. Maringá: Edições Diálogos, 2019.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. *Ensino e Memória: Histórias do futebol*. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2010.

_____. *Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*, 1ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2014.

_____. *Futebol em tempos de ditadura civil militar*. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo*, julho 2011.

_____. *Ditadura e futebol: o Brasil e a Copa do Mundo de 1970*. *PolHis*, Año 5, nº 9, Primer semestre 2012, pp. 232

MURAD, Mauricio. *A violência no futebol*, São Paulo: Saraiva, 2012, Coleção para entender.

PEINADO, Quique. *Futebol à esquerda*. São Paulo: Madalena, 2017.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova Direita? Guerras de Memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, nº 57, pp.863-902, set./dez., 2015.

PERES, Marcus Vinicius Monteiro. A formação de um sujeito por meio da Democracia, In: *Encontros*, ano 12, nº 22, 2014.

RAGGIO, Sandra. Transmission de la memoria: la experiencia en el encuentro con Otros. El largo processo de instucionalización de la memoria em la escuela. *Aletheia*, volumen 7, número 14, abril 2017.

REIS, José Carlos. O desafio historiográfico, Rio de Janeiro: Editora FGV, Coleção FGV de bolso, 2010.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010.

ROCHA, Helenice. A Ditadura Civil-Militar (1964-1985) nas narrativas didáticas brasileiras. *Espacio, Tiempo e Educacion*, 2 (1), 2015, pp. 197-120.

ROCHA, Luiz Guilherme Soares Burlamaqui Soares Porto. Os empresários, a pátria e a bola: nacionalismo, organização empresarial e o financiamento da seleção brasileira de futebol de 1970. *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, vol 32, nº 68, p. 655-674, setembro-dezembro 2019.

SANTOS, Daniel de Araújo dos. Onde a Arena vai mal, um time no Nacional: a criação do Campeonato Brasileiro de Futebol em 1971, Editora Multifoco, Rio de Janeiro, 2015.

SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. A construção da Nação Canarinho: Uma história institucional da seleção brasileira de futebol, 1914-1970, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SCHATZ, Patrícia Volk, ESPÍNDOLA, Carlos José. Jogos e estratégias: o campeonato brasileiro de futebol na década de 1970 e a política de integração nacional. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 302-324, 2016.

SCHATZ, Patrícia Volk. A abertura política do futebol brasileiro. XXVIII Simpósio Nacional de História, lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, 27 a 31 de julho de 2015, Florianópolis, Santa Catarina.

QUINALHA, Renan Honório. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a “teoria dos dois demônios”. Revista Jurídica da Presidência, Brasília, v. 15, n.105, fev./mai. 2013, pp. 181-204.

ZAGO, Mainnã. Bola rolando: elaboração e execução da oficina de História “Futebol no Estado Novo”. UNIRIO, 2019.

Documentários:

DEMOCRACIA em preto e branco: futebol, política e rock n roll. Direção: Pedro Asbeg, São Paulo, 2014.

SER campeão é detalhe: a democracia corinthiana. Direção: Gustavo Forti Leitão e Caetano Biasi, DNA filmes e Unicamp: São Paulo, 2011.

MEMÓRIAS de Chumbo: Futebol nos tempos do Condor/Brasil. Produção: Lúcio de Castro, Brasil: Espn Brasil, 2012.